

RODRIGO MODESTO NASCIMENTO

PODER PÚBLICO E PATRIMÔNIO CULTURAL.

**ESTUDO SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO NO
OESTE PAULISTA (1969 – 1999).**

ASSIS

2006

RODRIGO MODESTO NASCIMENTO

**PODER PÚBLICO E PATRIMÔNIO CULTURAL.
ESTUDO SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO NO
OESTE PAULISTA (1969 – 1999).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Conhecimento: História e Sociedade.

Orientador: **Dra. Célia Reis Camargo.**

**ASSIS
2006**

RODRIGO MODESTO NASCIMENTO

**PODER PÚBLICO E PATRIMÔNIO CULTURAL.
ESTUDO SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO NO
OESTE PAULISTA (1969 – 1999).**

COMISSÃO JULGADORA:

CÉLIA REIS CAMARGO – UNESP/ASSIS - ORIENTADORA.

ÁUREO BUSETTO – UNESP/ASSIS.

MARLY RODRIGUES – CONDEPHAAT/SÃO PAULO.

AGRADECIMENTOS

Para iniciar essa série de agradecimentos devo mencionar antes de tudo a FAPESP que apoiou esta pesquisa com uma bolsa de estudos durante dois anos. Sem esse suporte teria sido muito mais difícil concluir este trabalho.

Desejo lembrar, logo de início, duas mulheres especiais que foram fundamentais durante todo o processo de execução desta dissertação. Primeiro, minha mãe Odette, por todo o seu amor, a quem devo tudo de bom que consegui ser, que sempre me apontou os melhores caminhos a percorrer e que fez tudo o que pôde para que eu chegasse até aqui.

A outra é a amiga e orientadora, Célia Camargo, que acreditou em minha proposta de trabalho desde a montagem do primeiro projeto, o de Iniciação Científica, em 2001. Devo a ela, além da descoberta de novos caminhos, das orientações e sugestões da pesquisa, a preocupação constante em ser uma pessoa cidadã “do bem” como costumamos dizer, não é?

Minha família, meu pai Sérgio, minha irmã Regiane e Salomão, que nunca deixaram de me oferecer sua solidariedade, carinho e apoio.

Por isso também sou muito grato a meus amigos de graduação e pós-graduação, Raphael e Vanessa, Luis Ernesto, Bel, Silvia, Rose, “Maomé”, Tonhão, Iuri, Richard, Jorge, Giavara, Celsinho, “pós doc” Marcelo, cada um com sua contribuição especial de amizade.

Elisabete Mitiko do Condephaat, tia Lurdinha e Cantarela, tia Lú, Rosa e Ronaldo, Marlene e João Mário e Clarice, secretária do Departamento de História, foram um apoio constante. A tia Arlete, um agradecimento especial.

Os professores do Departamento de História, principalmente os membros da Banca do Exame Geral de Qualificação, Anna Maria Martinez Correa e Áureo Busetto, que foram muito atenciosos e generosos em seus comentários e sugestões para acertos de rumo. As professoras ligadas ao Condephaat, Marly Rodrigues e Ana Luiza Martins, sempre estiveram dispostas a me ouvir e a contribuir com importantes sugestões de trabalho.

Sem nomeá-los, para não correr o risco de esquecimento, agradeço por fim a todos os amigos e amigas, lembrando aqueles que são professores em Palmital. Todos, cada um de sua maneira, mantiveram meu ânimo, trouxeram alegria, demonstraram sua confiança e suavizaram muitos momentos difíceis pelos quais todos passamos na iniciação da vida profissional.

RESUMO:

A presente dissertação de mestrado tem por objeto de estudo as propostas de tombamento de bens culturais apresentadas por agentes políticos e sociais dos municípios do oeste paulista ao CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico), órgão que institui e preserva o patrimônio paulista.

No trabalho foram analisados os guichês e processos de tombamento onde foi abordado o ideário que esteve presente nas discussões e decisões do CONDEPHAAT, nas manifestações dos envolvidos e nas iniciativas das sociedades locais ao solicitar o tombamento, argumentando sobre seu valor. Foi possível identificar os embates pela preservação do patrimônio entre os diversos agentes do processo, com ênfase para os técnicos e conselheiros do CONDEPHAAT.

A região oeste de São Paulo foi à última a ser ocupada e integrada ao restante do estado, sendo formada por municípios que se constituíram nas primeiras décadas do século XX sob o signo da modernidade e do progresso e esses conceitos acabam por conflitar com a noção de história enquanto visão de passado e pode-se considerar que a história presente não é reconhecida como objeto de preservação, nem pelo poder público nem pela sociedade local.

Palavras-Chave: Oeste paulista – Patrimônio cultural – Memória social – História política – Patrimônio arquitetônico – Condephaat.

ABSTRACT:

The present master's degree dissertation has for study object the protection proposals of cultural goods presented by political and social agents of the municipal districts in western São Paulo State to Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico), organ that institutes and preserves the heritage from São Paulo.

In the work, windows and protection processes were analyzed where was approached the ideary that was present in the discussions and decisions of Condephaat, in the manifestations of those involved and in the initiatives of the local societies when requesting the protection, arguing on in value. It was possible to identify the resistences for the preservation of the heritage among the several agents of the process, with emphasis for the technicians and counselors of Condephaat.

The western region of São Paulo was the last to be occupied and integrated into the rest of the state, being formed by municipal districts that were constituted in the first few decades of the XX century under the sign of the modernity and of the progress and those concepts conflict with the history notion while past vision and it can be considered that the present history is not recognized as preservation object, neither by the public power nor by the local society.

Key-Words: Western São Paulo State – Cultural Heritage – Social Memory – Political History – Architectural Heritage – Condephaat.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE PAULISTA	13
1. Oeste paulista hoje: economia e sociedade	15
2. Os primeiros habitantes	17
3. A ocupação do oeste paulista	24
4. As ferrovias e o café	38
CAPÍTULO II: OS ESTUDOS DO PATRIMÔNIO	49
1. As políticas do patrimônio cultural	50
1.1. IPHAN	51
1.2. CONDEPHAAT	59
1.3. Do Arquivo Nacional à Constituição de 1988	65
2. Os discursos do patrimônio	69
3. As políticas atuais de proteção ao patrimônio no Brasil	73
3.1 O programa Monumento - BID	73
3.2 O patrimônio imaterial	78
CAPÍTULO III: O EMBATE POLÍTICO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO OESTE PAULISTA	
1. Patrimônio de elite (1969 – 1972)	
2. Primeiras tentativas (1973 – 1984)	
2.1 Entre o imaterial e o material: a capela da família Ikeda	
3. Interiorização do patrimônio (1985 – 1999)	
CAPÍTULO IV: PÚBLICO versus PRIVADO. O TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO EM MARÍLIA	
1. A Casa da Rua Dom Pedro, 87	
2. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
FONTES	
ANEXO I - Processos e guichês referentes aos municípios do oeste paulista em estudo no Condephaat	
ANEXO II - Fotos do Teatro São Vicente – Assis (2), das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo - Marília (6) e da Casa da Rua Dom Pedro n. 87 (2) - Marília	
BIBLIOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu como desdobramento de pesquisa executada para iniciação científica sob o título de “Poder público municipal e patrimônio histórico: fontes para a história de Palmital SP (1914 – 2001)”, financiada pela FAPESP e concluída em 2002.

No contato com o município paulista de Palmital e no levantamento realizado para estudar as instituições criadas para a preservação e guarda de documentos relacionados à história local pudemos identificar problemas e questões que estão na base dos comportamentos do poder público no que tange à proteção do patrimônio cultural. Vários deles estão abordados e discutidos nesta pesquisa.

Uma das questões mais importantes é a que se relaciona à importância do município na formulação e execução de políticas preservacionistas, quase sempre estudadas no âmbito do poder público federal e, com frequência mínima, nas esferas estadual e municipal. O que, de certo modo, reflete as práticas locais – quando existem – de reproduzir as fórmulas federais, aplicadas “de cima para baixo”, sem considerar suas próprias particularidades e necessidades.

Mas a principal indagação, que norteou todo o trabalho, foi a seguinte: como as cidades paulistas que foram criadas no século XX se relacionam com seu passado, com sua história, ao eleger bens culturais considerados símbolos de sua identidade? A intenção de responder a essa questão fez com que ficasse definido o objetivo principal da pesquisa: analisar as políticas de preservação de bens culturais que compõem o patrimônio cultural paulista, particularmente na região oeste, a partir do órgão estadual encarregado de sua proteção, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT – desde

sua criação, em 1969, até 1999,¹ marco que se refere à última decisão do Conselho para com solicitações de tombamento de bens no oeste do estado.

Suas cidades, de modo geral, surgiram durante o processo mais recente de ocupação das áreas do interior do Estado de São Paulo, sendo o oeste a última região ocupada e integrada, formada por municípios que, em sua maioria, se constituíram nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com os resultados obtidos durante a pesquisa inicial, já referida, a história presente não é reconhecida como objeto de preservação, nem pelo poder público nem pela sociedade local. Esta foi a hipótese de trabalho que conduziu toda a análise.

O objeto de estudo teve como suporte documental para análise as propostas de tombamento de bens culturais apresentadas por grupos ou segmentos sociais das cidades do oeste paulista ao CONDEPHAAT, órgão que institui e preserva o patrimônio paulista. A análise dessas fontes possibilitou abordar o ideário que esteve na base das decisões do Conselho e nas iniciativas da sociedade civil, no que diz respeito à preservação de registros da memória e à seleção de bens culturais de valor histórico, artístico e cultural expressa nos dossiês de informações que formam os processos de tombamento.

Assim, a estrutura da dissertação está sustentada por quatro capítulos. Os dois primeiros respaldam a análise propriamente dita, contida nos dois últimos.

O primeiro, “Formação histórica do oeste paulista”, responde ao propósito de construir um quadro de informações para o entendimento das ações do Estado e

¹ Esta data refere-se à última consulta feita aos processos e guichês de tombamento, realizada em outubro de 2004.

das sociedades locais diante da memória e da história dessa região. O objetivo, portanto, foi historiar a ocupação do oeste paulista pelo homem branco e o seu desenvolvimento, fundados na expansão do capitalismo para o interior e oeste do Estado de São Paulo. Foram destacados três tópicos: os primeiros habitantes da região, sua ocupação pelos brancos e o período de implantação da economia de mercado, com a criação de novos municípios.

“Os estudos do patrimônio”, segundo capítulo, ao mesmo tempo em que discute as principais obras que abordaram a temática envolvida por esta pesquisa trata das conceituações fundamentais que envolvem o estudo da constituição do patrimônio, trazendo um panorama das principais políticas de preservação formuladas para o Brasil e para o Estado de São Paulo. No estudo das práticas políticas governamentais ressaltaram-se as práticas políticas e culturais do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) e as que estão sendo concebidas no momento atual, trazendo breves considerações sobre o Programa Monumenta e sobre o Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto Federal n.3.551 de 04 de agosto de 2000.

A segunda parte do trabalho constitui o *corpus* da pesquisa. Refere-se à análise das fontes selecionadas e é formada pelo capítulo três, “O embate político na preservação do patrimônio cultural no oeste paulista” e pelo capítulo quatro, “Público versus privado: o tombamento do patrimônio em Marília”.

O terceiro capítulo, “O embate político na preservação do patrimônio cultural no oeste paulista”, contém uma análise temática dos processos e guichês de tombamento que tramitaram no CONDEPHAAT, apresentando um perfil desse conjunto de bens, procurando identificar também os critérios de valoração, os

conflitos de interesses, os diversos agentes sociais envolvidos e as visões do passado, entre outros elementos. Foi possível delimitar e caracterizar três períodos que podem sustentar a compreensão das políticas de preservação para com o oeste paulista, a saber: *Patrimônio de Elite (1969 – 1972)*, *Primeiras Tentativas (1972 – 1985)* e *Interiorização do Patrimônio (1985 – 1999)*.

“Público versus Privado: O Tombamento do Patrimônio em Marília”, capítulo quatro, cumpriu o objetivo de analisar com mais detalhe dois processos de tombamento: o do imóvel residencial da Rua Dom Pedro, 87 e o das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Ambos podem ser considerados emblemáticos, pois mesclam elementos essenciais para a compreensão dos agentes e das ações sobre o patrimônio cultural do oeste paulista. O primeiro, tombado duas vezes, apresentando a recusa ao ato administrativo dos proprietários, ainda não foi homologado. O segundo revela cerrado embate jurídico pela preservação do patrimônio.

Os órgãos estaduais e municipais encarregados da proteção do patrimônio cultural dependem de pesquisas para fundamentar suas ações e deliberações. O que se espera é que esta pesquisa possa contribuir de alguma forma para aprimorar as decisões sobre o patrimônio histórico e cultural do oeste paulista e, de outro lado, que as práticas políticas de preservação do patrimônio possam criar situações capazes de envolver cada vez mais a ampla participação social em sua formulação e execução.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE PAULISTA

Desde a meia encosta do valle do Paranapanema, onde acaba a região dos campos, até o alto da serra, ella é composta de um cerrado que, baixo na divisa dos campos, vae gradualmente se levantando ate constituir uma matta frondosa, que dobra a serra e entra no valle do Peixe até a região dos saltos.²

O trecho citado acima é parte do relatório produzido pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo demonstra um pouco do que era a área natural do oeste paulista, anterior à presença dos “civilizados” que a destruíram quase completamente,³ em nome da posse da terra. Hoje restam poucos locais onde podemos observar a existência dos elementos mencionados nesse documento.⁴

O objetivo deste capítulo é historiar a ocupação do oeste paulista pelo homem branco e o seu desenvolvimento a partir da análise da expansão do capitalismo para a região do interior do estado. Três temas serão destacados neste estudo: os primeiros habitantes do oeste, a ocupação pelos brancos e o período de implantação da economia de mercado. Com isso procura-se fundamentar a escolha desta região

² COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1913.

³ A destruição da flora e da fauna para a implantação da economia de mercado fez parte integrante desse processo. O que se enfatiza aqui é quão foi violenta essa destruição, que durou aproximadamente meio século.

⁴ No oeste paulista existem apenas 3 parques estaduais: Rio do Peixe (municípios de Dracena, Ouro Verde, Piquerobi e Presidente Venceslau); Aguapeí (municípios de Monte Castelo, Nova Independência, São João do Pau D'lho, Castilho, Guaraçai e Junqueirópolis); Morro do Diabo (município de Teodoro Sampaio) e duas reservas estaduais: Pontal do Paranapanema (municípios de Rosana, Presidente Epitácio, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema); Lagoa São Paulo (município de Presidente Epitácio). Como se pode observar, essas áreas de conservação estão localizadas na confluência entre os rios Paraná e Paranapanema. A maioria das áreas naturais da região oeste de São Paulo foi totalmente destruída durante o processo de integração a economia de mercado. Fonte: <http://www.seade.gov.br>, acesso em 22/09/2004.

como forma de compreender as políticas de preservação de bens culturais, expressas nas decisões do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) e nas solicitações apresentadas por grupos e segmentos sociais do oeste paulista.

Antes de iniciar a análise, é importante ressaltar que a ênfase para a região de Marília e Presidente Prudente, dada neste capítulo, se deve ao fato de que a maioria das obras arroladas e selecionadas que tratam do oeste paulista abordam predominantemente esse espaço geográfico e econômico.

De início justifica-se a escolha da região e são apresentadas as condições atuais, nos aspectos populacional e econômico. Em seguida, aborda-se a região oeste no período anterior à ocupação branca, marcada pela presença indígena. Por fim, o momento da chegada da ferrovia e da fundação de núcleos urbanos, privilegiando a expansão da rede ferroviária, a produção cafeeira e a vinda dos migrantes e imigrantes para o oeste do Estado.

1. OESTE PAULISTA HOJE: ECONOMIA E SOCIEDADE

Esta breve exposição contemplará informações e dados das regiões administrativas⁵ do Estado de São Paulo como um todo. Como se sabe, a região do oeste paulista, é “mutante” - como são todas as regiões - apresentando diferentes configurações e características conforme as abordagens e o período histórico que está sendo analisado.

O oeste paulista se destaca pela produção de gêneros primários.

As principais cidades da região atualmente são: Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Araçatuba. O oeste paulista conta, aproximadamente, com uma população de três milhões, setecentos e trinta mil e quinhentos e sessenta e cinco pessoas (3.730.565)⁶, aproximadamente 9.5% da população restante do Estado estimada, em 22/09/2004, em trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos e quinze pessoas (39.471.415).⁷

A composição da população local é bastante heterogênea. Além de migrantes mineiros e paulistas, o oeste paulista conta com uma importante presença de imigrantes como espanhóis, italianos, japoneses e sírio-libaneses, na maioria. Alguns municípios são marcados por grande presença de imigrantes como Bastos (japoneses) e Pedrinhas Paulista (italianos), entre outros.

A economia regional baseia-se no setor primário com produção agropecuária. As culturas agrícolas com maior produção em relação ao restante do Estado são a

⁵ Serão utilizados os dados socioeconômicos das regiões administrativas da Marília, Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, que correspondem *lato sensu* à região do oeste paulista compreendido nesta pesquisa.

⁶ <http://www.seade.gov.br>, acesso em 20/09/2004. Dados populacionais referentes ao ano de 2002. Esses dados são o resultados da soma da população das regiões administrativas do oeste paulista, a saber, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

⁷ Idem. População estimada em 22/09/2004.

soja, o milho e a cana de açúcar, esta última utilizada na crescente agroindústria do álcool e açúcar. Na região de Presidente Prudente há também uma considerável criação de bovinos.

O quadro seguinte discrimina a produção agropecuária anual em números recentes, do ano de 2003:

QUADRO 1.

Produto	Quantidade	Total
ALGODÃO	15 KG	5.221.161
CANA DE AÇUCAR	TONELADAS	63.890.908
MILHO	SC. 60 KG	33.364.856
SOJA	SC. 60 KG	13.412.708
TRIGO	SC. 60 KG	847.974
CAFÉ	SC. 60 KG	814.400
CARNE BOVINA	15 KG	44.530.320

Fonte: <http://www.iea.sp.gov.br>, acesso em 15/09/2004.

Outra importante atividade econômica do oeste paulista, a agroindústria, está representada principalmente pela produção anual de açúcar e álcool.⁸

Em relação à produção geral do Estado de São Paulo, o álcool (anidro e hidratado) representa aproximadamente 30% do total. O açúcar representa, também, aproximadamente, 18% do total do Estado, na safra de 06/2001 a 05/2002, dados referentes às duas produções da agroindústria sucroalcooleira, conforme a o quadro que segue:

⁸ Os dados econômicos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar são os únicos referentes às indústrias paulistas que são divididos pelo Estado em regiões administrativas.

QUADRO 2.

Produção de Álcool	Litros
Marília	593.394
Presidente Prudente	230.018
Araçatuba	617.143
São José do Rio Preto	893.720
Total	2.334.275
Produção de Açúcar	Toneladas
Marília	764.777
Presidente Prudente	142.767
Araçatuba	402.835
São José do Rio Preto	599.115
Total	1.909.494

Fonte: <http://www.seade.gov.br>, acesso em 20/09/2004.

2. OS PRIMEIROS HABITANTES

Anteriormente à ocupação do oeste paulista pelos “brancos”, esta região já estava ocupada por diversas etnias indígenas. O objetivo deste item é apresentar as principais etnias presentes no oeste de São Paulo, sua localização espacial, sua cultura e o conflito com o invasor branco.

Serão privilegiadas duas etnias, os kaingang ou coroados e os oti ou xavantes. É preciso lembrar a pequena produção bibliográfica disponível que aborda esse período e o processo de ocupação, apesar da sua importância para o conhecimento da história recente do Estado de São Paulo.

De acordo com Niminon Suzel Pinheiro, a etnia predominante na região era a dos kaingang ou coroados. Os kaingang originam-se provavelmente do rio São

Francisco e do rio Araguaia. Há cerca de 3.000 anos atrás teriam migrado para o oeste paulista e para o sul do Brasil.⁹

José Francisco Tidei de Lima afirma que existiu, na região oeste, quatro etnias indígenas principais: os caingangues, xavantes, guaranis e caiuás, dos quais atualmente restam muito poucos descendentes. No contato com o povoador branco, os dois lados foram à luta pela posse da terra, muito violenta entre ambos, sendo que o período mais agudo de conflito teria sido entre 1890 a 1910.¹⁰

Tidei de Lima destaca ainda que o Estado Nacional ignorou completamente a presença do indígena na elaboração da Lei de Terras de 1850:

Já o próprio Estado, (...), ao legislar sobre a propriedade de terra em 1850, ignorara esse componente, ao lançar no mercado, sob a denominação de devolutas, os territórios indígenas. Não estranha, pois, que os protagonistas da penetração, ao diligenciarem para legalizar a conquista, com registros e títulos de posse, passagem ao largo de qualquer consideração sobre os primeiros donos do território.¹¹

Outra característica importante da ocupação do oeste paulista foi a instalação de religiosos na área, como por exemplo os frades capuchinhos no vale do rio de Peixe, no início do século passado. Posteriormente esse local foi abandonado, em 1907, devido aos contatos conflituosos com os indígenas.¹²

A etnia oti foi assimilada pelos brancos, em sua maioria, mas esse grupo indígena tinha como inimigos naturais os kaingang e, obviamente, o homem branco. Mas já na década de 10 do século XX, sua etnia fora totalmente exterminada pelos

⁹ PINHEIRO, 1999.

¹⁰ LIMA, 1978.

¹¹ Idem. P. 71.

¹² SILVA, 1996.

“bugreiros” (caçadores de índios) e fazendeiros da região, antes mesmo da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPILTN.¹³

Sobre sua eliminação, Jose Francisco Tidei de Lima assinala:

Em relação aos oti-xavantes, habitantes do vale do Paranapanema, essa onda repressiva – como já foi lembrado anteriormente – adquiriu uma rapidez avassaladora, a ponto de riscá-los, sumariamente, do quadro etnográfico brasileiro (...).¹⁴

Os índios oti ou xavante habitaram o vale do Paranapanema e, com o avanço do colonizador, afastavam-se da presença do invasor, sempre fugindo em direção ao oeste. Foram considerados, pelos estudiosos da época, como os mais atrasados dentre os grupos indígenas que viveram no oeste paulista.¹⁵

Niminon Suzel Pinheiro afirmou que foi a etnia kaingang¹⁶ a que mais se opôs à presença do branco, conhecidos pelos colonizadores da época como os “índios bravios”, pois os outros grupos indígenas, oti e caiuí foram, em sua grande maioria, assimilados pelo colonizador. Os kaingang foram “pacificados” apenas no início do século XX pela atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPILTN.¹⁷

Niminon Suzel Pinheiro critica o SPILTN:

No início do século 20, o indígena foi ‘incorporado’ pela nação brasileira enquanto parcela a ser ‘civilizada’. Nas suas singularidades foi observado pelo viés do preconceito, ridicularizado, alcoolizado, delinqüente e indisciplinado. Os ‘problemas indígenas’ não foram

¹³ PINHEIRO, 1999.

¹⁴ LIMA, 1978, p. 134.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Será mantida essa grafia ao longo do trabalho.

¹⁷ PINHEIRO, 1992.

mais solucionados pela violência da 'limpeza' dos bugreiros, mas pela 'paz imposta' do Serviço de Proteção aos Índios.¹⁸

Portanto, para os índios não havia qualquer alternativa, ou eram mortos pelos "bugreiros" ou sua cultura era destruída pela missão "civilizadora" do Serviço de Proteção ao Índio.

No primeiro momento de ocupação da terra os povoadores do oeste paulista não alteraram muito a região. Com isso, não houve grandes choques com os indígenas. Mas, com o avanço do homem branco, as terras desbravadas iam de encontro às dos nativos e, a partir daí, o confronto era inevitável. As ações de destruição ou extermínio dos nativos, que se iniciaram no período colonial e terminaram nos primeiros anos da República, seja como decorrência dos combates ou das epidemias provocadas pela presenças do homem branco.¹⁹

Foi nesse período que ocorreram os maiores conflitos com as etnias indígenas, particularmente com a etnia kaingang, durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Foram organizadas as "batidas", pelos pioneiros, com o aval do Estado, que partiam em busca de indígenas com o objetivo de captura e matança. Niminon Suzel Pinheiro localiza a origem dessas "batidas":

As cidades de Campos Novos do Paranapanema, Botucatu, Bauru e o trecho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entre as estações de Albuquerque Lins (atual cidade de Lins) e Araçatuba se sobressaíram na organização destas 'batidas'.²⁰

Mas, ainda segundo Pinheiro, as "batidas" empreendidas pelos "bugreiros", foram se tornando assunto público, sendo divulgadas em jornais nacionais e

¹⁸ PINHEIRO, 1999, p. 64.

¹⁹ Idem.

²⁰ PINHEIRO, 1992, p. 232.

internacionais, e, sob pressão de “defensores” das etnias indígenas, os envolvidos nessa ação violenta foram pressionados a acabar com a prática de extermínio, pois era preciso que o Brasil fosse reconhecido entres as nações “civilizadas” da época.

21

Pinheiro destaca a cultura kaingang em trechos de seus comentários:

Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos de metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem ao espírito dos mortos eram vivências sócio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores.²²

Em geral, o contato entre brancos e índios, no período de ocupação dos primeiros no oeste paulista, foi em muitos casos, sangrento. O indígena foi o mais prejudicado, tanto na destruição de sua cultura quanto da sua eliminação pura e simples.

Pinheiro afirma que os índios kaingang foram perseguidos pelo homem branco, em um período aproximado de cinquenta anos, no decorrer da transição da monarquia para o regime republicano.²³

Niminon Suzel Pinheiro, apresenta em linhas gerais o conflito entre os indígenas e os brancos:

(...), contudo, pressionados pela incessante e crescente invasão de bugreiros e grileiros, os conflitos se tornaram mais freqüentes. Escasseada a caça, reduzido o território indígena disponível, e seduzidos pelos utensílios de ferro dos civilizados, os indígenas aproximavam-se cada vez mais das lavouras e das residências dos

²¹ PINHEIRO, 1999.

²² PINHEIRO, 1992, p. 241.

²³ PINHEIRO, 1999.

civilizados para obter alimentos e os tais utensílios. De vez em quando matavam uma cabeça de gado ou assaltavam uma fazenda para suprir sua economia que ia se delibitando. Esse procedimento causava grande alarde entre os colonos. Algumas vezes, quando se tratava de morador conhecido dos indígenas, por tê-los perseguido ou assassinado parentes, e, havendo oportunidade, os indígenas vingavam-se e assassinavam membros da família. Os colonos reagiam com violência armando uma expedição de extermínio. Nessas ocasiões, aldeias inteiras foram destruídas. (...).²⁴

Mas não se pode supor que fossem apenas os brancos os algozes” desse processo. Os kaingang, de sua parte, impuseram pesadas baixas, particularmente entre os funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que cortou seus territórios tribais, como assinala o trecho abaixo:

(...) Muitos funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB) foram trucidados e tiveram suas cabeças cortadas e olhos arrancados pelos guerreiros kaingang, que procuravam vingar companheiros assassinados e impedir a destruição do habitat da comunidade: as florestas e a caça. (...).²⁵

Para uma análise mais aprofundada sobre a formação histórica do oeste de São Paulo é importante mencionar as obras dos memorialistas Bruno Giovannetti²⁶ e de Amador Nogueira Cobra²⁷.

No estudo sobre o contato do homem branco com o indígena, no oeste paulista, o relato de Giovannetti traz informações que enriquecem a caracterização que vem sendo feita. Ao que parece, ocorria a prática de índios viverem com os brancos:

²⁴ Idem. P. 85.

²⁵ Idem. P. 122.

²⁶ GIOVANNETTI, 1943.

²⁷ COBRA, 1923.

Em 1898, cerca de 10 famílias de índios, fugiram da fazenda do Cel. Francisco Sancho Figueiredo, Fazenda Matão, próxima a atual cidade de Palmital, e se refugiaram na Fazenda S. Matheus na água que mais tarde tomou o nome de Aldeia. Os índios bravos investiram contra estes e os mataram, incendiando os ranchos e destruíram as poucas plantações de milho que tinham feito.²⁸

Amador Nogueira Cobra trata do receio perante o desconhecido dos primeiros povoadores do oeste paulista:

Um pensamento, entretanto é certo ponto, entrecortava e amortecia seus assomos de entusiasmo. Era que lá dentro dessas espessas mattas estava o índio, de espreita, seguindo os passos do branco atrevido que rondava aquelles domínios com intenção de penetrar de delles se apoderar.

Isto constituía pesadelo para os recémchegados que anteviam a lucta próxima e inevitável a se travar pela conquista real da terra que, naquelles dias, possuíam unicamente no instrumento de registro parochial que trouxeram de Botucatu.²⁹

Lembre-se que também existiram conflitos entre os próprios brancos, pela posse da terra, como se pode ver pelo trecho abaixo:

No início do século XX, quando o café proporcionou outra fisionomia ao extremo oeste paulista, os plantadores que chegaram ao Vale do Paranapanema aproveitaram do trabalho dos “expansionistas” mineiros. Já havia caminhos abertos, os índios haviam sido dizimados e alguns núcleos urbanos serviam de ponto de apoio às plantações. (...). Para os plantadores, no entanto, os precursores mineiros constituíram um obstáculo que acabariam por contornar, negociando (...) ou expulsando os antigos posseiros (...).³⁰

Os povoadores que chegavam ao oeste paulista, seduzidos pelas extensões de terra e pelo avanço do café, entravam em confronto pela posse da terra, muitas

²⁸ GIOVANNETTI, 1943, p. 58.

²⁹ COBRA, 1923, p. 31.

³⁰ PENÇO, 1980, p. 80.

vezes dando margem a fraudes em que a prática de falsificação de documentos foi fato recorrente relacionado aos interessados em conquistar, a todo custo, a posse das terras.³¹

Ainda hoje permanece a luta iniciada em finais do século XIX e ainda não resolvida pela posse da terra, expressa principalmente nos atuais conflitos entre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), organizado em vários acampamentos e reivindicando a Reforma Agrária, e os proprietários rurais do Pontal do Paranapanema, conflitos amplamente cobertos pela mídia, tanto regional como nacional.

3. A OCUPAÇÃO DO OESTE PAULISTA

Em meados do século XIX, a região que se estendia para o oeste, além de Botucatu, entre os Rios Paraná, Paranapanema e Peixe, era ainda pouco conhecida e raramente povoada. Depois daquela vila, vinham os pequenos povoados de Lençóis e São Domingos. As posses de terras na zona rural chegavam até a margem do Rio Turvo. Daqui em diante era o sertão desconhecido, completamente inexplorado, estendendo-se por campos e matas, até o rio Paraná.³²

Em trabalho acadêmico de 1972, o autor do texto ignora completamente em seus comentários a presença indígena, como podemos observar nos trechos de seus comentários.

Neste breve apanhado do processo de ocupação, além desse tópico privilegiaremos as correntes migratórias que optaram fazer do oeste paulista seu novo lar, a economia local, o modo de vida desses povoadores e a fundação de núcleos iniciais. Em suma, os principais aspectos que marcaram o período anterior à

³¹ SILVA, 1996.

³² ABREU, 1972, p. 15.

construção das ferrovias e da cultura do café, que irão alterar substancialmente a fisionomia da região e de seus habitantes.

Em meados do século XIX, aproximadamente metade do território da província de São Paulo era conhecida pela expressão “terrenos poucos explorados”, até então habitados por etnias indígenas e fora do controle do poder público, como se pode verificar em trecho de discurso de Washington Luis:

Apesar de achar a dia de distância desta capital por estrada de ferro, esse território, (...), é desconhecido, pouco explorado e habitado por indígenas; e mais do que isso, é uma zona misteriosa, e envolve-se em lendas, algumas pavorosas. (...) É indispensável, pois fazer o reconhecimento geographico dessa região, civilizar o indígena, arrotear a terra, para apagar do nosso progresso esse borrão que o enfeia.³³

No discurso do deputado Washington Luís pode se observar o destaque dado ao progresso. No seu entender o oeste paulista é um obstáculo ao processo de desenvolvimento do Estado que deve ser ocupado dominado a todo o custo pelo poder público de São Paulo, algo que até aquele momento não se efetivara.

Essa região foi objeto de estudo de duas expedições científicas de caráter oficial nos anos de 1886 e 1905, conduzidas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. A primeira expedição que percorreu o oeste paulista foi realizada em 1886, partindo em 11 de abril. O objetivo era mapear os afluentes e observar as

³³ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, discurso de Washington Luis em 06/07/1904.

condições de navegação do rio Paranapanema, chegando até sua foz no rio Paraná.

34

Mas foi somente em 1905 que o governo do estado decretou que se realizasse uma segunda expedição da Comissão Geográfica e Geológica para o oeste de São Paulo. A Comissão teve como objetivo a exploração da região, particularmente para facilitar o povoamento do “sertão” de São Paulo, estimulando assim, a sua ocupação. Foram feitas quatro expedições pelos rios Tietê, Feio, Peixe e o Paraná.³⁵

Figueroa analisa esse momento:

(...) Em 1905, o chamado ‘sertão’ de São Paulo – como era conhecida uma vasta região a oeste do Estado, que compreendia quase um terço do território – não estava mapeado a fim de permitir sua ocupação e exploração. Em 1899 foram publicados os três primeiros mapas, e mais outros 14 até 1905, sem porem contemplar a região mais a oeste (...).³⁶

Como se pode observar, o poder público só se interessou pela região no início do período republicano. Mas antes dessa última expedição de caráter oficial, o oeste paulista já estava ocupado por diversas etnias indígenas, e, muito timidamente, pelos habitantes de Minas Gerais.

Para entender os motivos da ocupação do oeste paulista pelo homem branco nesse período, é preciso levar em conta as condições socioeconômicas da província de Minas Gerais, e, em seguida considerar as incursões dos habitantes de Minas na região em estudo.

³⁴ FIGUEROA, 1999.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem. P. 115.

A província de Minas Gerais sofria uma grave crise econômica que se arrastava desde o fim do século XVIII, provocada pela decadência da mineração, que afetara grande parte de seus habitantes. Uma das soluções foi migrar para a província vizinha.³⁷

A Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, forçou muitos dos habitantes de Minas Gerais a deixarem sua província em função do alistamento compulsório no exército brasileiro. A alternativa foi emigrar para São Paulo - exemplo na região de Ribeirão Preto -, como afirmou Monbeig:

(...) Assim, grande contingente de mineiros receberam os municípios situados no sopé da dos contrafortes da Mantiqueira, como Casa Branca, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, Limeira, Araras. Mais forte ainda foi a proporção de imigrantes oriundos da província vizinha, mais ao norte em Batatais, em Franca, em Barretos, fundada em 1831. (...).³⁸

Como o autor afirma, a maioria dos migrantes mineiros instalou-se em municípios paulistas onde a cultura do café já estava implantada.³⁹

Parte destes migrantes escolhera o “sertão”, conhecido como oeste paulista. Esses pioneiros foram atraídos pelas terras de pastos apropriadas à criação de animais de corte e também pela possibilidade de se apossarem das terras devolutas.

40

O maior atrativo do oeste do Estado, tanto por parte dos migrantes de Minas Gerais quanto dos paulistas, foi a posse de grandes extensões de terras devolutas. Em seguida, com a chegada dos paulistas e imigrantes, a possibilidade de

³⁷ MONBEIG, 1998.

³⁸ Idem. P. 133.

³⁹ Idem.

⁴⁰ ABREU, 1972.

empreenderem a cultura agrícola baseada primeiramente no café, seguida pelo algodão.

Ainda sobre a região, Monbeig comenta sobre o avanço dos pioneiros mineiros em direção ao oeste paulista:

Sua avançada foi ainda mais sensível no espigão que separa a bacia do Paranapanema da do rio do Peixe. Em 1850, a cidade mais importante nessa região era Botucatu. (...).⁴¹

A cidade de Botucatu foi a principal “boca do sertão”, denominação dada a localidades de onde partiam os “pioneiros” em direção ao oeste paulista:

Criada formalmente como freguesia em 19 de fevereiro de 1846, pela lei provincial n. 238, Botucatu abrigava, entre criadores de gado e plantadores de algodão e fumo, pessoas fugidas da justiça. Os perseguidos entre eles vários oriundos de Minas Gerais, após a vitória de Caxias na Revolução de 1842, buscaram as bocas do sertão um ponto de abrigo. Posto avançado na franja pioneira da província de São Paulo, Botucatu servia também de entreposto para a comercialização de animais (...).⁴²

Maria do Carmo Sampaio Di Creddo assinala a importância da cidade de Botucatu para o povoamento do oeste paulista:

O pólo irradiador para o Vale do Paranapanema era Botucatu desde o final da década de 1850. Os caminhos em direção ao interior do Vale do Paranapanema partiam dessa cidade e todo o fluxo de mercadorias provenientes do “sertão do Paranapanema” tinha por base esses meios de comunicação. O alargamento das vias de comunicação terrestre passou a ser, depois da segunda metade do século XIX, uma estratégia permanente na política do governo provincial de São Paulo. Exemplo disso foi a abertura de um picadão, saindo de Botucatu, passando por Lençóis, atingindo Campos Novos

⁴¹ MONBEIG, 1998, p. 134.

⁴² SILVA, 1996, p. 124.

do Paranapanema, e prevendo sua extensão até os “campos do Avanhandava”. A partir de então, o processo de ocupação e povoamento passou a ter dinâmica própria.⁴³

A partir de 1850 foram três as correntes migratórias dos habitantes de Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo. A primeira partia de Botucatu em direção a Campos Novos do Paranapanema, a segunda corrente que começava em São Francisco Sales em Minas Gerais e se dirigia à nascente Rio Preto, e a última, com base na cidade de Araraquara, que também tinha por objetivo a região de São José do Rio Preto.⁴⁴

Dióres Santos Abreu, analisando a corrente migratória dos habitantes mineiros para São Paulo durante o período da Guerra do Paraguai, aponta a sua origem:

Procediam de Pouso Alegre, Caldas, Caracol, Machado, (...), Alfenas, Carmo da Escaramuça, Campestre, Botelhos, São Joaquim da Serra Negra, (...), Ouro Fino, São Gonçalo do Sapucaí, Passos, Vila Nova Rezende, Jacuí. (...).⁴⁵

Segundo o autor essa corrente migratória continuou, mesmo com o fim da Guerra do Paraguai, incentivada pelas boas notícias relatadas por seus conterrâneos que migraram para São Paulo.⁴⁶

Amador Nogueira Cobra descreve as conseqüências das notícias sobre as grandes extensões de terra devolutas entre os mineiros durante o início do povoamento do oeste de São Paulo em finais do século XIX:

⁴³ DI CREDDO, 1987, p. 432.

⁴⁴ MONBEIG, 1998.

⁴⁵ ABREU, 1972, p. 20.

⁴⁶ Idem.

Em todos os municípios do sul de Minas, vizinhos de Pouso Alegre, e até nos que se achavam mais afastados, echoou profundamente a notícia da nova posse e da excellência das terras da mesma comprehendia, provocando verdadeiro alvoroço entre os lavradores, grandes e pequenos, proprietários e simples jornaleiros.⁴⁷

Também Antonio Celso Ferreira trata da ocupação das áreas novas em finais do século XIX:

A lavoura do café expandia-se pelas regiões oeste e norte-nordeste, alcançando os limites de Minas Gerais, (...). Os terrenos desconhecidos dos mapas provinciais iam diminuindo com rapidez numa conquista que significava a derrubada de matas nativas, a expulsão ou extermínio do indígena, (...).⁴⁸

Nesse momento, a província de São Paulo passava por transformações em sua estrutura socioeconômica, com a entrada de imigrantes europeus, em substituição ao trabalho escravo, gravemente afetado pela proibição do tráfico em 1850, a migração interna dos mineiros para a província de São Paulo e o avanço da cultura cafeeira.

Em linhas gerais a primeira fase de ocupação do oeste paulista encerra-se com a aproximação da cultura cafeeira que irá condicionar o desenvolvimento da região.

É importante tratar agora das características desse povoamento, os povoadores mineiros, a economia e suas dificuldades de adaptação na sua nova terra.

José Teodoro de Souza, mineiro de Pouso Alegre, é tido pela maioria dos autores que trataram do tema, como o primeiro povoador da região. Não é intenção

⁴⁷ COBRA, 1923, p. 32.

⁴⁸ FERREIRA, 2002, p. 29.

aqui apresentar esses povoadores como “homens bravos e destemidos, rumo ao sertão desconhecido”, mas demonstrar como outros interesses, particularmente a ambição pela posse de terras devolutas, isto é, a terra vista como mercadoria, impulsionou a ocupação do oeste paulista.

Por volta do ano de 1850, Souza chegou a Botucatu e penetrou com sua família nos “terrenos poucos explorados” em busca de terras para venderem aos novos povoadores, fundando às margens do rio Turvo, o povoado de São Pedro do Turvo, onde viveu boa parte da sua vida. ⁴⁹

Em seguida em 1852, ⁵⁰ às margens do Rio Novo, fundou o povoado de São José do Rio Novo, hoje, Campos Novos Paulista.

Utilizando as brechas da Lei de Terras de 1850, pois o Regulamento da Lei - 601, Decreto - 1.318 de 30/1/1854, que estipulava em seus artigos 91 e 92 os prazos de 1854 para o registro da terra na província de São Paulo. Teodoro de Souza conseguiu, em 1856, validar seus títulos de terras, ⁵¹ que compreendiam de 60 quilômetros de frente e 150 de fundo. ⁵²

Emília Viotti da Costa informa sobre a Lei de Terras:

A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. (...). ⁵³

⁴⁹ ABREU, 1972.

⁵⁰ IBGE, 1957, Volume 28, p. 210.

⁵¹ ABREU, 1972.

⁵² MONBEIG, 1998, p. 134.

⁵³ COSTA, 1999, p. 171.

Com isso, o Governo Imperial obtinha capital para subsidiar a imigração européia, vendendo as terras seriam vendidas a um alto preço, durante o período de substituição da mão de obra escrava pela assalariada.⁵⁴

Ainda nessa fase, pode – se constatar a presença de povoadores em alguns locais do “sertão”, como em 1886, com a ocupação da área do atual município de Palmital, antigo bairro do Palmital, pertencente ao município de Campos Novos do Paranapanema⁵⁵, por João Batista de Oliveira Aranha, que divulgou em São Manoel a fertilidade da terra roxa, atraindo muitos pioneiros para a localidade⁵⁶; ou no município atual de Pompéia, em 1852, quando Francisco de Paula Moraes obteve a posse de terras localizadas no vale do rio do Peixe.⁵⁷

Mas esses locais só se elevariam à categoria de municípios a partir da chegada da ferrovia.

Durante a primeira expedição da Comissão Geográfica e Geológica em 1886, seus componentes chegaram ao último povoado dos “civilizados” encontrado no vale do Paranapanema, Salto Grande:

(...). Como lugar incipiente, não tinha ainda nesta data nem comércio, nem mesmo comunicação postal regular com os municípios vizinhos. (...), já no relatório presidencial de 1864 há referencia a uma tentativa de aldeamento em Salto Grande. (...).⁵⁸

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ <http://www.seade.gov.br>, acesso em 06/4/2004.

⁵⁶ IBGE, 1957, Volume 30, p. 220.

⁵⁷ Idem. P. 338.

⁵⁸ Idem. P. 70.

No ano de 1852, famílias mineiras fundaram São José do Rio Preto, que foi elevado a Distrito de Paz em 1855, criando nesse local uma subdelegacia de polícia.

59

Os mineiros fundaram também os patrimônios ⁶⁰ de São Pedro do Turvo, que foi elevado à condição de freguesia em 1874, ⁶¹ e Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre que, junto com Campos Novos do Paranapanema, foram os únicos povoados da região que se estendia entre os rios Paranapanema e Peixe, até o início do século XX. ⁶²

Sobre esses primeiros núcleos urbanos Ricardo Siloto da Silva destaca:

(...). Tendo como base os pontos de paradas, em geral localizados próximos às águas, iniciava-se ao redor do espaço (...), a formação de alguns núcleos de aglomeração de serviços requisitados pelos viajantes da época. Abrigo, alimentação, rápido descanso e, posteriormente, um pequeno comércio, consistiam a sua incipiente oferta. ⁶³

Bruno Giovannetti descreve a cidade de Campos Novos do Paranapanema:

Nos primeiros tempos tudo era tosco e pobre: casebres cobertos de sapé com paredes de pau a pique, ruas cheias de tocos de árvore recém-abatidas, duas praças quase invisíveis por estarem asfixiadas no meio do matagal que se alastrava intensamente fora das linhas geométricas traçadas e que só um tosco cruzeiro indicava a existência das mesmas. ⁶⁴

⁵⁹ APUD FERREIRA, 2002.

⁶⁰ *Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. (...). O fundador “dava” uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam-se ao redor de pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre viesse pedir.* APUD ENNES, 2001, p. 47.

⁶¹ <http://www.seade.gov.br>, acesso em 06/4/2004.

⁶² MONBEIG, 1998.

⁶³ SILVA, 1996, p. 178.

⁶⁴ GIOVANNETTI, 1943, p. 100-101.

Essas duas passagens apresentam algumas das características da nascente urbanização do oeste paulista. Como se pode perceber o povoamento da região pelos brancos é ainda ralo e incipiente. Nesta primeira fase de ocupação será muito pequena a criação de novos municípios. O avanço dos povoadores mineiros ficaria restrito apenas à procura de terras devolutas e na fundação de algumas povoações.

Os povoadores tinham um estilo de vida rude e simples, produzindo gêneros alimentícios para a sua própria subsistência. Neste período a falta de meios de comunicação inviabilizava a cultura do café, que fazia fortunas principalmente no Vale do Paraíba e região de Campinas.⁶⁵

A atividade econômica mais importante desse período foi a criação de porcos. Como os suínos eram animais que não precisavam de uma infra-estrutura especial para sua criação, e baseados em sua experiência como criadores na terra natal, os povoadores da região optaram pela sua exploração econômica, que viabilizava o poder de compra de produtos necessários à sua sobrevivência, como sal e a pólvora. Monbeig descreve esse processo:

(...). Bastava semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos ate Lençóis Paulista e Botucatu, sendo o caso até Sorocaba. (...).⁶⁶

Nessa fase da ocupação, pelos motivos já expostos, os pioneiros mineiros não puderam desenvolver uma atividade econômica mais rendosa. Apenas na segunda fase da ocupação, quando a migração interna aumentou e a região foi atingida pelas estradas de ferro, o desenvolvimento econômico se efetivou.

⁶⁵ MONBEIG, 1998.

⁶⁶ Idem. P. 135 - 136.

Pierre Monbeig discorre sobre as características econômicas da região de Rio Preto:

Comportavam-se os pioneiros mineiros da região de Rio Preto como os companheiros de José Teodoro. Criadores de porcos, eles os levaram a Araraquara e São Carlos. Estabeleceram-se nas manchas de campos e solos medíocres de Rio Preto e Tanabi. Só começaram a penetração nas matas, quando se evidenciou a possibilidade de cultura do café, graças à aproximação da estrada de ferro.⁶⁷

Dióres Santos Abreu mostra as dificuldades do povoamento branco no oeste paulista:

(...). Era uma região erma, ameaçada pelos índios e animais bravios como a onça, que obrigavam os moradores a uma constante vigilância. As relações com os índios eram, em geral, inamistosas e sangrentas. A posse da terra fazia-se à custa de muita luta e mortes. (...).⁶⁸

Como se percebe, a ocupação do oeste paulista efetiva-se de modo violento, sendo o índio o elemento que aparece como um “problema” à ocupação do oeste paulista.

Cobra aborda o modo de vida dos primeiros povoadores do oeste paulista:

Nas vertentes do Rio Novo, do Pary, do Capivara bem além até Anhumas, as famílias sertanejas se ocupavam nos pesados misteres da lavoura e criação de gado que absorviam todos os cuidados. Nas povoações, de quando em vez, cumprir deveres religiosos, votar em dias de eleições e adquirir objectos necessários ao seu viver primitivo e sem conforto.

⁶⁷ Idem. P. 136.

⁶⁸ ABREU, 1972, p. 22.

Dos gêneros mais necessários era o sal que procuravam com empenho e o que mais caro lhes custava, chegando a ter, em meio deles, função de moeda e de instrumento de permuta.⁶⁹

É importante destacar que na região noroeste, os povoadores brancos lá instalados, tiveram como atividade econômica principal, a exploração das áreas naturais na forma do extrativismo vegetal, surgindo a figura do mateiro.⁷⁰

Os primeiros povoadores brancos enfrentaram muitos problemas, tanto na luta contra os nativos, como na derrubada das matas, como em função do total isolamento vivido por esses homens e mulheres que se aventuraram pelo “sertão” de São Paulo em busca da posse da terra.

A expansão territorial brasileira foi conduzida dentro dos limites do Estado Nacional, exceção feita à anexação do Acre da Bolívia no início do século XX.⁷¹

A ocupação do oeste de São Paulo, especialmente com o advento da República, fez parte de um projeto amplo do poder público, nas esferas estadual e federal, para a conquista dos grandes espaços vazios que existiam no interior do país.

No âmbito federal foi organizada a Comissão Rondon⁷² e no estadual (SP) a Comissão Geográfica e Geológica, que tinham por objetivo comum “conhecer” e integrar o oeste do país, embasadas pela noção de ordem e progresso da nascente República.

⁶⁹ COBRA, 1923, p. 96.

⁷⁰ ENNES, 2001.

⁷¹ VELHO, 1972.

⁷² MACIEL, 1998.

Pierre Monbeig afirma que, nesse momento, tanto na América do Norte como na do Sul, os homens destes locais partiram na conquista do oeste:

(...), observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo rápido ganho de dinheiro. (...), marcha para o oeste, ainda não há muito tempo nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental.⁷³

De acordo com a afirmação do autor, é o que vai acontecer na região em estudo, principalmente em finais do século XIX e o início do XX, com a implantação da economia de mercado, tendo como principal consequência a destruição do quadro natural e o extermínio dos seus primeiros habitantes do oeste paulista.

Giovannetti compara os povoadores do oeste paulista com os bandeirantes do Brasil Colônia:

A ação bandeirante de marcha para o Oeste, iniciada nos albores do Brasil Colônia, e ao tempo de São Paulo Piratininga, teve intensa continuidade no meado do século XIX. Se as primeiras vararam o sertão para o descobrimento de ouro, as segundas concorreram para o largo aproveitamento da riqueza potencial das terras desconhecidas.⁷⁴

Como afirma o autor, esses “novos povoadores” empreendem, com as devidas proporções, os objetivos dos bandeirantes paulistas do Período Colonial, de alargamento das fronteiras nacionais, mas nesse momento, dentro do Estado de São Paulo.

Em suma, a ocupação do oeste paulista se efetiva primeiramente com os habitantes de Minas Gerais, depois com os paulistas e finalmente com os imigrantes, especialmente os espanhóis, italianos e japoneses.

⁷³ MONBEIG, 1998, p. 124.

⁷⁴ GIOVANNETTI, 1943, p. 68.

Laura Antunes Maciel comenta os objetivos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, mais conhecida como Comissão Rondon. A Comissão percorreu desde o sul de Mato Grosso até ao atual estado do Acre, no início do período republicano, com o objetivo de estimular o povoamento e contribuir com a implantação de meios de comunicação como foi o caso do telégrafo, à época visto como um ícone da modernidade.⁷⁵

Maciel destaca a modernidade e o progresso como meios para incorporar os “espaços vazios” ao controle do poder público:

(...) A ligação telegráfica de Cuiabá à capital federal, concretizada em 1892, foi considerada o atestado de sua integração ao restante da nação. Depois do telegrafo, acreditava-se que haveria de vir, cedo ou tarde, a estrada de ferro, o progresso das cidades, os braços do imigrante, o povoamento e a incorporação definitiva de Mato Grosso à pátria brasileira.⁷⁶

Entre esses espaços destaca – se o de nossa pesquisa, o oeste de São Paulo, ocupado originalmente pelos índios, em seguida pelos povoadores mineiros e que, a partir da primeira década do século XX, teve na ferrovia - um dos principais expoentes da modernidade e do progresso neste momento - e na cultura do café, os principais fatores de alteração da fisionomia da economia e sociedade locais, pela ação dos novos pioneiros, atraídos pelas possibilidades de apropriar-se da terra, em particular as férteis terras roxas, propícias à produção cafeeira.⁷⁷

4. AS FERROVIAS E O CAFÉ

⁷⁵ MACIEL, 1998.

⁷⁶ Idem. P. 16.

⁷⁷ MONBEIG, 1998.

Os trabalhos de prolongamento da estrada de ferro foram acompanhados pelas volumosas correntes de colonização. Com ingêrtes esforços os desbravadores da nova zona, iam-se instalando nas terras adquiridas.

Assim, à medida que penetrava a estrada de ferro, iam-se povoando rapidamente as suas margens, de modo que, dentro em breve, os sacrifícios da construção eram fartamente compensados por um grande volume de transporte de passageiros e mercadorias.⁷⁸

Bruno Giovannetti descreveu o povoamento e a formação dos municípios do oeste paulista, corroborando a idéia de que foram as ferrovias os principais vetores da urbanização desta área do Estado de São Paulo.

Como observa Marcelo Alarios Ennes,⁷⁹ o loteamento também foi um importante meio para efetivar a urbanização (exemplo da origem de Pereira Barreto) e a ocupação do oeste paulista, particularmente na zona noroeste, a partir da década de 1920.

As principais companhias de loteamento foram: São Paulo Land and Lumber – Birigui, Brasil Tokuchako Kumai – Bratac – região de Pereira Barreto e Mirandópolis e também a família Moura Andrade – Andradina.⁸⁰

Sobre os loteamentos afirma Ennes:

O loteamento aparece, pois, como principal mecanismo de mercantilização da terra e de avanço da franja pioneira na região. Seu significado extrapola sua dimensão econômica mais imediata: a de transformar a terra em mercadoria. Significou, ainda, o início do processo de ocupação da região, (...).⁸¹

⁷⁸ GIOVANNETTI, 1943, p. 33.

⁷⁹ ENNES, 2001.

⁸⁰ APUD ENNES, 2001.

⁸¹ ENNES, 2001, p. 46-47.

O oeste do estado foi atravessado por quatro companhias de estrada de ferro: Noroeste, Araraquarense, Paulista e Sorocabana.⁸²

Ainda hoje, as sociedades locais identificam a região onde vivem pela denominação dada a ela por essas empresas ferroviárias.

Pierre Monbeig fala de sua importância:

(...). Até hoje é mais exato falar de regiões ferroviárias, que de regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira.

Fixar os limites dessas regiões e praticamente impossível. Ilude o paralelismo entre as grandes linhas do relevo e o traçado das ferrovias.⁸³

Esse trecho demonstra a grande relevância que tiveram as ferrovias, particularmente essas quatro companhias, no desenvolvimento socioeconômico do oeste paulista.

Para entender o processo da sua urbanização é importante determinar as características das estradas de ferro, particularmente o seu traçado, pois muitas cidades serão criadas à beira das bitolas.

Em primeiro lugar, destacar os locais onde as estradas de ferro da região estavam paradas - “ponta de trilhos” - no início do século XX, localidades que eram os pontos finais das ferrovias, entendendo assim a origem de grande parte dos municípios do oeste paulista.⁸⁴

Até o ano de 1910, a Estrada de Ferro Sorocabana terminava na cidade de Salto Grande. A Araraquarense atinge São José do Rio Preto em 1912, mas foi

⁸² Estas três regiões ferroviárias correspondem *lato sensu* às regiões administrativas de Araçatuba, São José do Rio Preto, Marília, e Presidente Prudente, respectivamente.

⁸³ MONBEIG, 1998, p. 385.

⁸⁴ Idem.

apenas em 1928 que a Paulista chega à cidade de Marília. Por fim a cidade de Araçatuba recebeu os trilhos da Noroeste em 1920.⁸⁵

A Estrada de Ferro Sorocabana teve concluídos os trabalhos de prolongamentos de trilhos por volta de maio de 1922, quando atingiu as barrancas do rio Paraná dando origem ao município de Presidente Epitácio.⁸⁶

Apenas a região de São José do Rio Preto permanecia “desocupada”, até o ano de 1929. Esta localidade foi ocupada apenas quando houve a possibilidade concreta de estender os trilhos da ferrovia e de desenvolver o café.⁸⁷

A Noroeste acompanhou as margens do rio Tiete, não sendo muito bem sucedida nessa empreitada, devido a uma série de fatores, dentre eles uma epidemia de malária. Já a Sorocabana, pelos motivos expostos, orientou seu traçado para o espigão, fugindo do vale do rio Paranapanema. Por fim a Araraquarense acompanhou o vale dos rios Preto e São José dos Dourados.⁸⁸

Pierre Monbeig compara a rota do povoamento na Noroeste e na Sorocabana:

(...). Enquanto na Noroeste os trilhos haviam precedido o pioneiro, o que em outras áreas não havia acontecido, na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro.⁸⁹

A fundação das futuras cidades muitas vezes acompanhava o traçado da ferrovia, como se pode observar:

(...). Conta se que a descoberta fortuita dos dormentes, marcados com as iniciais Companhia Paulista, revelou aos fazendeiros do

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ IBGE, Volume 30, 1957.

⁸⁷ MONBEIG, 1998.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem. P. 197.

sertão de Marília que a Companhia Paulista havia procedido aos trabalhos de reconhecimento da região e que, portanto, se podia antever a posição eventual de uma estação. Empiricamente, portanto, é a localização das fundações urbanas.⁹⁰

É importante ressaltar que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro também possibilitou a ocupação e a fundação de municípios na Alta Paulista e, além de desenvolver o setor ferroviário, construiu rodovias que facilitaram a criação de municípios como os de Osvaldo Cruz, Adamantina e Lucélia.⁹¹

As estradas de ferro contribuíram para a efetivação do povoamento da região desempenhando papel preponderante na urbanização do oeste de São Paulo. Deve-se levar em conta ainda o seu papel como principal via de comunicação na época e na consolidação da economia de mercado, liderada pelo café.

Mas existe o lado reverso: ao mesmo tempo em que a ferrovia foi o vetor do povoamento e urbanização do oeste paulista, temos de levar em conta que cortou diversos territórios indígenas, particularmente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que atravessou as terras dos índios kaingang.⁹²

Anna Maria Martinez Correa relaciona a ferrovia à destruição da área das matas do oeste paulista:

A ferrovia tornava-se o agente da ocupação do espaço pelo capital responsabilizando-se pela destruição do quadro natural, pela desorganização das formas de ocupação até então existentes, (...).⁹³

Warren Dean realiza uma análise contundente sobre o avanço do café e a conseqüente destruição da mata atlântica:

⁹⁰ Idem. P. 347.

⁹¹ Idem.

⁹² PINHEIRO, 1992.

⁹³ CORREA, 1988, p. 56 - 57.

(...). Os resultados indiretos do comércio cafeeiro também oneraram a Mata Atlântica. O crescimento da população, tanto urbana quanto rural, a demanda por quantidades (...), de gêneros alimentícios, combustíveis (...), exerciam pressão intensa sobre as terras de mata. Apesar disso, a expansão da frente cafeeira foi a princípio contida pela inadequação do transporte primitivo. Quando os lucros do café possibilitaram a instalação de ferrovias, a liberação estava ao alcance da mão: o café podia ser plantado nos domínios mais distantes da Mata Atlântica e de lá trazido a custo aceitável.⁹⁴

A bibliografia que trata do oeste paulista chama a atenção para a mentalidade desses primeiros povoadores, que tinha na violência a base do contato com o “outro”, representado pelas etnias indígenas. Nesse quadro se inclui a destruição quase total das áreas naturais, em especial a mata atlântica, em nome da civilização e do progresso e da ambição desenfreada pela conquista da terra.

È importante mencionar também os municípios que não foram incluídos no traçado das estradas de ferro:

(...) excluiu desse fomento ao desenvolvimento os núcleos dos quais essa via se distanciou. Campos Novos Paulista e Conceição de Monte Alegre são exemplos dessa realidade. Sem acesso direto à ferrovia, com o passar dos anos, ambas deixaram de ser comarcas, tiveram seus limites municipais diminuídos e tiveram a destruição parcial de seus poderes administrativos, após terem perdido sua importância no ciclo econômico regional.⁹⁵

Pode-se afirmar, como exposto nas obras de José Francisco Tidei de Lima e de Niminon Suzel Pinheiro, que muitos outros conflitos ocorreram entre os índios e brancos na construção das demais estradas de ferro do oeste paulista (Paulista, Sorocabana e Araraquarense). Seu conhecimento e aprofundamento dependem

⁹⁴ DEAN, 1996, p. 227.

⁹⁵ SILVA, 1996, p. 129.

ainda de novos estudos sobre o período anterior a ocupação dos brancos no oeste paulista.

Sérgio Milliet descreve a urbanização da região:

Com Marília surge a nossa apreciação outro fenômeno interessante. O da urbanização do estado, fruto da invasão cafeeira e freio moderador dos efeitos perniciosos do abandono das regiões esgotadas. (...) cidades cogumelos, já se apelidaram esses aglomerados surgindo do dia para a noite na boca do sertão desbravado pelo cafezal. Onde, entretanto rodovias e ferrovias passaram, onde as circunstancias geográficas se mostraram favoráveis, essas cidades criaram raízes e catalizaram fortemente o movimento imigratório.⁹⁶

Como afirma o autor, as cidades do oeste paulista “nascem” sem parar neste espaço que começou a ser efetivamente ocupado pelo capital em princípios da primeira década do século XX.

Sobre a produção e a localização de café, que fazia fortuna no restante do Estado, foi a partir da década de 1930 que começaram a ser produzidos os primeiros dados econômicos sistematizados.⁹⁷

Sérgio Milliet afirma que, até o ano de 1935, o café foi a única fonte de renda das “zonas novas” – entendia – se oeste paulista - sendo a produção do algodão, uma cultura agrícola que irá se expandir pelo oeste paulista em finais da década de 1930⁹⁸ e ainda incipiente naquele momento.⁹⁹

⁹⁶ MILLIETTI, 1938, p. 33.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ É importante observar que tanto em Marília como em Assis foram construídas respectivamente em 1937 e 1947, duas agro - indústrias relacionadas com a produção de algodão, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a SANBRA, respectivamente. Com isso, podemos afirmar que o oeste paulista foi um grande produtor de algodão durante o período supracitado. Processo n. 26.030/88 e Processo n. 24.344/85 do CONDEPHAAT.

⁹⁹ MILLIET, 1938.

A seguir apresenta-se uma tabela demonstrando a produção de café na região, no ano de 1935:

QUADRO 3.

Região na época	Região atual	Em arrobas
Noroeste	Araçatuba e Marília	12.500,00
Sorocabana	Presidente Prudente	6.500,00
Araraquarense	São José do Rio Preto	14.100,00

Fonte: Milliet, Sérgio. O roteiro do café. 1938.

Em 1929 as principais cidades produtoras da região¹⁰⁰ eram Mirassol, São José do Rio Preto, Araçatuba, Cafelândia, Marília, Assis e Presidente Prudente.

Monbeig comenta o desenvolvimento do café na região:

Foi ao sul do Tietê que o desenvolvimento dos cafezais depois da crise de 1905 tornou-se mais espetacular. A carta de 1927-1928 indica um vasto crescente, cujas pontas são formadas pela 'Noroeste' e pela 'Alta Sorocabana', duas regiões que não conheciam o café vinte anos antes.¹⁰¹

Mas a partir da década de 1940, particularmente no ano de 1946, no oeste paulista, começam a entrar em cena novos produtos agropecuários importantes para o desenvolvimento regional, como a criação de gado de corte e a cultura de algodão.

¹⁰²

Tamas Szmrecsányi analisa a incorporação das áreas novas pela economia de mercado:

(...), é muito importante observar, logo de saída, se a expansão da fronteira agrícola se resume ao simples povoamento de novas áreas

¹⁰⁰ MONBEIG, 1998.

¹⁰¹ Idem. P. 187.

¹⁰² Idem.

por posseiros ou ocupantes, ou se ela envolve a apropriação formal dessas áreas por empreendimentos capitalistas. No primeiro caso, a terra – pelos menos no início do processo – constitui aparentemente um bem livre na natureza, do qual se apossam os produtores, à medida que vão chegando, com vistas a garantir o seu sustento através do próprio trabalho. (...). Já no segundo caso, tanto a terra como a força de trabalho se transformam em mercadorias e a maior parte da produção agropecuária se destina ao mercado e não ao consumo dos próprios produtores.¹⁰³

Sua análise confirma inteiramente a idéia da incorporação do oeste paulista ao regime capitalista, pois na primeira fase a sua economia baseava-se na subsistência e, na segunda, já se implantava o empreendimento para a comercialização do café, como a construção de ferrovias.

A composição social da região oeste paulista nesta segunda fase de ocupação envolve, como referência importante para este trabalho, a localização dos imigrantes e dos migrantes, ressaltando sua origem.

A migração interna, particularmente, dentro do próprio Estado de São Paulo, teve origem na Depressão Periférica, Serra da Mantiqueira e nos terrenos basálticos do Planalto, todos com destino ao oeste paulista.¹⁰⁴

A imigração estrangeira e a migração interna também tiveram um papel preponderante na composição social da região. Monbeig analisa a localização da maioria dos imigrantes estrangeiros:

Em todas as zonas, era a Alta Sorocabana que apresentava a mais acentuada mistura. Recebera não somente italianos e espanhóis,

¹⁰³ SZMRECSÁNYI, 1984, p. 128-129.

¹⁰⁴ Pierre Monbeig afirma que é difícil obter números exatos dessa migração.

mas também atraíra alemães e austríacos, bem como a maioria dos húngaros, romenos, tchecos, letos, lituanos e poloneses.¹⁰⁵

Os imigrantes de origem oriental, representados essencialmente pelos japoneses, preferiram fixar residência nos municípios da Variante e da Alta Paulista. Essas duas regiões e mais a Alta Sorocabana foram as que receberam mais elementos de origem estrangeira, com destaque para os espanhóis, italianos e japoneses.¹⁰⁶

A análise socioeconômica da região oeste paulista possibilita uma visão geral sobre os principais pontos que fizeram dela uma importante área agropecuária dentro do estado.

Foi a partir da implantação da economia de mercado, com a melhoria das vias de comunicação possibilitando a cultura do café, que o oeste de São Paulo foi inserido na produção capitalista, particularmente no que tange à sua urbanização e à vinda de imigrantes para esta área do estado.

A construção desse panorama foi um recurso que nos permitiu pontuar alguns dos fundamentos das políticas de proteção ao patrimônio cultural, nos quadros da sua ocupação e povoamento tardios. Sem um passado colonial e imperial, mas formadas por cidades criadas entre meados do XIX e início do século XX, como as cidades das localidades próximas a Jales e Fernandópolis, no extremo oeste do estado, essa região apresentará aspectos peculiares na fundamentação das políticas protecionistas.

¹⁰⁵ Idem. P. 376 - 378.

¹⁰⁶ Idem.

Essas políticas irão privilegiar os espaços de antiguidade de povoamento para a escolha de bens culturais representativos do patrimônio histórico, tanto estadual como nacional, visão que confirma e sustenta uma política de preservação elitista que privilegia apenas os locais tradicionais, como por exemplo, a cidade de São Paulo, o vale do Paraíba e região de Campinas,¹⁰⁷ como referenciais para a localização da memória paulista.

No que se refere à política federal de preservação, representada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), não existe, no oeste paulista, qualquer bem selecionado, sequer em estudo.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Apenas no município de Campinas existem quinze bens tombados pelo CONDEPHAAT, enquanto o oeste paulista conta com apenas sete bens considerados como patrimônio cultural paulista. Fonte: CONDEPHAAT.

¹⁰⁸ Existe na região oeste sítios arqueológicos nos seguintes municípios: Álvares Machado, Cândido Mota, Ibirarema, Iepê, Martinópolis, Ourinhos, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rosana, Salto Grande e Teodoro Sampaio. Mas como sabemos o patrimônio arqueológico já está protegido por força de lei, a Lei n. 3.924/61 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Fonte: <http://www.iphan.gov.br>, acesso em 21/09/2004.

CAPÍTULO 2

OS ESTUDOS DO PATRIMÔNIO

Do ponto de vista dos modernos, a categoria “patrimônio” tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc.

Nesse sentido, suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza etc. Sabemos, entretanto, que essas divisões são construções históricas. Pensamos que elas são naturais, que fazem parte do mundo. Na verdade, resultam de processos de transformação e continuam em mudança. A categoria patrimônio tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas.¹⁰⁹

No trecho acima, do antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, está elaborada uma conceituação da noção de patrimônio apontando para suas múltiplas acepções.

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama das políticas de patrimônio cultural no Brasil com base nas as obras que trataram diretamente do estudo das políticas de patrimônio, utilizadas como orientação teórica e metodológica para a execução da pesquisa. Como o presente trabalho se circunscreve no âmbito da história política foi necessário realizar uma contextualização, a partir de bibliografia especializada, das políticas de patrimônio cultural elaboradas e implementadas no Brasil.

¹⁰⁹ GONÇALVES, 2003, p. 21.

Nesta análise estão privilegiados: os órgãos cuja função é a de preservar a memória; o estudo dos discursos que sustentam a “ideologia do patrimônio”; e, finalmente, a análise sobre o campo atual das políticas de preservação, com destaque para o Programa Monumenta e para o patrimônio imaterial ou intangível, instituído pelo Decreto n. 3.551 de 04 de agosto de 2000.

A ênfase recai sobre os seguintes órgãos de proteção à memória: o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT – e, em âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

1. AS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

(...), se é verdade que dificilmente podemos falar de uma “política cultural”, em sentido lato, por parte do Estado brasileiro – isto é, falar de um conjunto articulado e fundamentado de decisões, programas e instituições que tenham sido sistematicamente implementadas pelo governo federal -, o mesmo não ocorre no campo estrito da preservação artística e histórica. Aqui, desde 1937 pode – se falar de uma “política” de preservação. Podem-se identificar fundamentação e articulação, que uniram por mais de 45 anos, como unem ainda, decisões, programas e instituições. (...).¹¹⁰

O trecho acima identifica uma vertente da política cultural brasileira que, apesar dos problemas enfrentados no campo da cultura, como o descaso político e a falta de recursos materiais e humanos, usufruiu uma atuação sem quebras de continuidade: as políticas de preservação do patrimônio, dos bens culturais materiais e, recentemente, dos imateriais.

¹¹⁰ FALCÃO, 1984, p. 23-24.

1.1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Segundo Camargo, as primeiras ações de preservação do patrimônio no Brasil circunscrevem-se ao século XIX com a criação do Arquivo Nacional, e juntamente com esse, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB,¹¹¹ ambos em 1838, o primeiro com a tarefa de organizar e preservar os documentos da Colônia e do Império e o segundo, com o objetivo de escrever uma história para a nova nação brasileira.¹¹²

Mas foi apenas no século XX, com a instituição do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - que o Estado toma para si a tarefa de preservação do patrimônio cultural, expressa no Decreto Federal n. 25 de novembro de 1937.

Maria Cecília Londres Fonseca, em seu trabalho “O patrimônio em processo”¹¹³ analisa a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural, realizadas no âmbito federal e implementadas a partir da década de 1930 no Brasil, buscando compreender como a política de preservação foi implementada e, principalmente, analisar as relações entre Estado e sociedade civil.

A autora estrutura seu trabalho em três partes: a primeira, relativa à formulação de uma política governamental que elegeu como objeto o patrimônio cultural; a segunda, sobre a construção da idéia de patrimônio; e a última onde analisa historicamente a trajetória da política federal de preservação, concentrando-

¹¹¹ O IHGB é uma instituição privada, mas pode ser incluído como resultado de uma política governamental, pois era mantido, em grande parte, com verbas do Governo Imperial. Sobre esse assunto o artigo Manoel Luiz S. Guimarães, 1988, traz muitas informações importantes.

¹¹² CAMARGO, 1999. Ver especialmente o capítulo 2.

¹¹³ FONSECA, 1997.

se na análise do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, suas práticas de tombamento, especialmente no período de 1970 a 1990.

Foi a partir da década de 1920 - com o movimento modernista, quando aparece a denúncia dos seus intelectuais, sobretudo na Revista do Brasil, quanto à destruição e o roubo do patrimônio cultural, em particular do barroco colonial brasileiro, que se iniciaram as discussões entre os intelectuais sobre a proteção ao patrimônio nacional, particularmente dos bens arquitetônicos e das obras de arte, com a criação das Inspetorias Estaduais dos Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928).¹¹⁴

No âmbito federal, com a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional (Decreto n. 22.928 de 12 de julho de 1933), foi criada em 1934 a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, desativada em 1937 quando então se criou, pela Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, vinculado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente Gustavo Capanema.¹¹⁵

O SPHAN foi resultado de um projeto de proteção ao patrimônio nacional encomendado por Gustavo Capanema a Mário de Andrade. Sobre ele comenta Fonseca:

(...) desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito – arte – manifestações eruditas e populares, Mário de

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/ nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.¹¹⁶

Os ideais de Mário de Andrade sobre a cultura nacional, especialmente sobre os fazeres e costumes do povo brasileiro, só encontrariam força para “sair do papel” no ano de 2000 com o Decreto n. 3.551 de 04 de agosto, que institui o registro do patrimônio imaterial de que se tratará ainda neste capítulo.

No momento de criação do SPHAN, em finais da década de 1930, o que havia de imediato para ser feito era a proteção do que estava sendo roubado, levado para fora do país e destruído, essencialmente os bens culturais do período colonial.

Na década de 1920, todos os projetos de defesa do patrimônio foram indeferidos em nome do direito de propriedade. Apenas com a Constituição de 1934 que impôs limites a esse direito, é que se abre caminho para o Decreto n. 25 de 30 de novembro de 1937 atribuindo ao Estado a tarefa de proteger o patrimônio cultural nacional.¹¹⁷

Marly Rodrigues afirma que a constituição do ideário de preservação do patrimônio no Brasil foi influenciada por duas vertentes do modernismo, a primeira, vinculada ao anteprojeto de Mário de Andrade e a segunda fundada na noção de arte histórica que, como veremos mais adiante, foi a vencedora.¹¹⁸

O SPHAN em sua fase “heróica”, período em que foi dirigido por Rodrigo Melo de Franco Andrade, elegia como bens culturais de interesse os remanescentes do

¹¹⁶ Idem. P. 108.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ RODRIGUES, 1996.

período colonial, valorizando a arquitetura religiosa, especialmente o barroco mineiro, e, em grau decrescente, o estilo neoclássico e a arquitetura moderna.¹¹⁹

Os pedidos de tombamento partiam do próprio órgão federal de preservação, revelando o distanciamento da sociedade brasileira das políticas de proteção ao patrimônio.¹²⁰

Sobre esse período, Silvana Rubino apropriadamente ressalta:

Elegeu-se uma história presa a lugares e a tempos. Nesse processo eletivo, o SPHAN construiu um “mesmo” – em oposição a um “outro”. Pois o grupo do SPHAN, ou qualquer homem brasileiro virtual contemporâneo não se confunde com os homens do século XVII ou XVIII, mas a distância temporal, essa profundidade histórica chega a quatro séculos não é geradora de alteridade. O SPHAN construiu um Brasil antepassado. Esse antepassado exclui atores do presente ao delimitar de quem “descendemos”. Não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã via detração de um outro, mas via sua exclusão, via construção de um elo de ligação com tudo aquilo que pode ser um digno bisavô, antepassado, ancestral. O melhor passado não é o exótico e não contrasta. Continua, só que para trás. Esse olhar para trás escreve um tempo para o adjetivo “histórico” do patrimônio histórico e artístico.¹²¹

Essas observações são fundamentais para a fundamentação desta pesquisa, pois justifica a valorização da história como passado remoto em detrimento da história presente desde os primeiros anos de atuação do SPHAN. Em razão de seu passado recente, o oeste paulista dispõe de apenas sete bens culturais inscritos nos Livros do Tombo do CONDEPHAAT.

¹¹⁹ FONSECA, 1997.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ RUBINO, 1991, p. 136.

A instituição SPHAN se baseava nos critérios da história da arquitetura e da arte, definidos pela presença majoritária de arquitetos, em detrimento de outros especialistas, como os historiadores.¹²²

Marisa Veloso Motta Santos, em sua tese “O tecido do tempo”¹²³, estuda o significado social que a idéia de patrimônio adquiriu no Brasil e sua importância com a ação do SPHAN. Santos afirma que a prática do tombamento é um rito social que compõe um conjunto de representações que permite dar visibilidade ao poder do Estado.

A autora trata das estratégias discursivas e institucionais da “Academia SPHAN”, termo que utiliza para conceituar o grupo de intelectuais que dela fazia parte, demonstrando como foram utilizadas para assegurar a eficácia simbólica da idéia de patrimônio.¹²⁴

Sobre a “Academia SPHAN”, discorre:

O grupo da Academia SPHAN, no que se refere ao seu corpo de técnicos, é formado principalmente por arquitetos - de linhagem modernista -, em que demonstra mais uma vez, conforme vimos afirmando, a interseção entre arquitetura moderna - voltada à modelagem do “homem novo”, e o patrimônio, voltado a descobertas de um passado civilizatório, revolucionário, porque original, novo, inaugural.¹²⁵

Célia Camargo aponta para um dos motivos da valorização do patrimônio arquitetônico pelo órgão federal de preservação, particularmente

¹²² Idem. É preciso ressaltar que os cursos de história nas universidades ainda eram muito poucos, visto que a Universidade de São Paulo teve sua primeira turma ingressante no ano de 1934.

¹²³ SANTOS, 1992.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ SANTOS, 1996, p. 82.

durante o período do governo de Getúlio Vargas, em detrimento do patrimônio documental:

Com um poder de comunicação difícil, trazendo conjuntos elaborados de informações (no caso dos livros) ou constituídos de informações brutas (como os documentos de arquivo), exigindo a leitura de uma grande quantidade deles para atingir um conhecimento desejável, sua acessibilidade foi pouco reclamada nesse período, ficando para segundo plano a sua preservação enquanto patrimônio histórico. A visibilidade do Estado e da nação não se encontrava fundamentalmente nesses exemplares, registros da história.¹²⁶

Durante a fase “heróica” do IPHAN Silvana Rubino aponta para os 689 bens tombados em nível federal, os cinco estados da federação que mais tiveram bens culturais inscritos nos Livros do Tombo: Minas Gerais – 165, Rio de Janeiro – 140, Bahia – 131,-Pernambuco - 56 e São Paulo - 41.¹²⁷

Maria Cecília Londres Fonseca também analisa o SPHAN em sua fase “moderna”, marcado pela criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. A autora destaca que o modelo de preservação da “pedra e cal” estava desgastado na década de 1960, frente às novas demandas de preservação:¹²⁸

A partir da década dos anos 70 vários fatores contribuíram para mudar esse cenário: o agravamento dos conflitos com a especulação imobiliária, (...); a apresentação de propostas de tombamento de bens inusitados – vindas, muitas delas, de instituições recém-criadas, como o CNRC – que traziam novos problemas a serem enfrentados pelos técnicos do SPHAN; a própria ampliação do conceito de patrimônio, tendência verificada também em nível

¹²⁶ CAMARGO, 1999, p. 20.

¹²⁷ Dos 41 bens tombados no Estado de São Paulo, nenhum era do século XX. RUBINO, 1996.

¹²⁸ FONSECA, 1997.

internacional, (...), são alguns desses fatores que ocorreram internamente no campo da política federal de patrimônio.¹²⁹

Nos quadros da burocracia estatal, o órgão de preservação estava isolado de importantes questões políticas e culturais, evidenciando-se a carência de recursos financeiros e humanos. Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em finais da década de 1960, demonstrou-se a fraca autonomia do órgão, dependente de líderes fortes para conduzi-lo. Somente com Aloísio Magalhães, em 1979, é que o SPHAN teve novamente um diretor forte e de trânsito fácil dentro da burocracia estatal.¹³⁰

No ano de 1975, por meio de um convênio firmado entre diversas instituições como o Ministério da Educação e Cultura, a Caixa Econômica Federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq entre outras instituições, cria-se o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, dirigido por Aloísio Magalhães, a partir do qual se dará uma nova orientação às políticas de preservação em âmbito nacional. O CNRC tinha por objetivos atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira, bem como buscar formulações, compreendendo a cultura no contexto atual do Brasil.¹³¹

Sobre o CNRC, discorre Joaquim de Arruda Falcão:

O CNRC não foi formulado pela burocracia oficial, muito menos pela clientela cultural tradicional dos órgãos públicos repassadores de recursos financeiros para a área cultural. O CNRC foi iniciativa externa e estranha aos planos e programas culturais até então oficialmente dominantes.¹³²

¹²⁹ FONSECA, 1996, p. 157.

¹³⁰ FONSECA, 1997.

¹³¹ FONSECA, 1997.

¹³² FALCÃO, 1984, p. 31.

O quadro dos profissionais ligados ao CNRC era composto por cientistas sociais, críticos literários e também profissionais da área de informática, educação e documentação, diferente do SPHAN, maioria de arquitetos. Foi do CNRC que emergiu o conceito de bem cultural, pois abrangia toda a produção humana. O Centro valorizou os bens culturais excluídos das políticas oficiais de preservação, saindo em defesa da cultura popular, denunciando as influências exteriores e seu prejuízo na autenticidade da cultura nacional.¹³³

No ano de 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN, e então ocorreu a fusão de duas importantes leituras do patrimônio, a técnica do IPHAN e a visão inovadora do CNRC. Com isso altera-se a estrutura do órgão federal de preservação, que passou a chamar-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A criação da Fundação Nacional Pró-Memória, atrelada à SPHAN, viabilizava a ação federal por meio da existência paralela de um órgão normativo - a SPHAN - e de outro, executivo – a FNPM.¹³⁴

Em 1981 foi criada a Secretaria da Cultura do MEC - Ministério da Educação e Cultura, tendo por objetivo democratizar a política cultural. O Ministério da Cultura – MINC, criado somente em 1985 na presidência de José Sarney, registrou a fusão SPHAN e Fundação Nacional Pró Memória.¹³⁵

O objetivo era o de estimular a participação da sociedade brasileira com a criação de diferentes secretarias, como por exemplo, do índio, do negro. Essa estrutura sobreviveu até a presidência de Fernando Collor de Melo, quando ocorreu

¹³³ FONSECA, 1997.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

uma quebra de continuidade nas políticas federais de preservação do patrimônio cultural.¹³⁶

Sobre esse momento da política de cultura no Brasil, Fonseca afirma:

O “desmantelamento” da área de cultura, no início do governo Collor, produziu uma quebra de continuidade de uma política estatal que se caracterizava pela estabilidade. Reorganizada a partir da reestruturação institucional (extinção da SPHAN/ FNPM e criação do IBPC – **Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural**), (grifo nosso), da recondução do Conselho Consultivo em maio de 1992, e da retomada da prática de tombamentos, essa política estatal se vê, atualmente, frente a uma nova realidade e novos problemas.¹³⁷

Com essa breve análise da atuação do IPHAN até a instituição do IBPC no início da década de 1990, passamos a abordar as políticas de patrimônio elaboradas no Estado de São Paulo, com o estudo das práticas políticas e culturais do CONDEPHAAT.

1.2. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT

Marly Rodrigues, na obra “Imagens do passado”¹³⁸, trata do órgão que preserva e institui o patrimônio cultural paulista, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT, desde o período da sua instituição, em 1969, até o ano de 1987.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem. P. 253.

¹³⁸ RODRIGUES, 2000.

Observa que a criação de um órgão paulista de proteção ao patrimônio foi se tornando realidade na gestão de Roberto Costa Abreu Sodré, quando foi criada a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo - SCET e com o apoio da elite paulista:

A criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964. O ato protetor pressupunha uma ameaça de destruição quase sempre atribuída, pelos que escrevem a História, àqueles que nela não são incluídos.¹³⁹

A autora aborda a instituição do patrimônio no Estado de São Paulo, recuando sua análise até as idéias preservacionistas de Paulo Duarte e Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura de São Paulo.

Percorre a história do CONDEPHAAT a partir da definição de três fases distintas: 1969 – 1975, período ligado à concepção ortodoxa de preservação do patrimônio, herdeiro das políticas do IPHAN; 1975 – 1982, que assinala a fase considerada de transição entre a proposta conservadora e os novos conceitos de patrimônio; e, finalmente, 1982 – 1987, quando se verifica a consolidação das práticas anunciadas no período anterior, incluindo a noção de memória como objeto da preservação.¹⁴⁰

Durante a primeira fase de atuação, o CONDEPHAAT, como já foi dito, reproduzia a ortodoxia do órgão federal de preservação. Apresentava e ainda apresenta critérios indefinidos na questão dos valores atribuídos aos bens apontados para tombamento, onde se analisa caso a caso. Em sua maioria eram valores relacionados à história da arquitetura e da arte, de caráter excepcional para

¹³⁹ Idem. P. 41.

¹⁴⁰ Idem.

a história oficial paulista, agregados aos bens selecionados para a proteção oficial:

141

Ao fim de seis anos, os limites das possibilidades políticas de funcionamento de um órgão de patrimônio no quadro de distanciamento entre a sociedade e o Estado estavam delineados e reforçavam a concepção culturalista que orientara sua instituição, pois o tornaram cada vez mais voltado para o passado.¹⁴²

Para Rodrigues, o curso promovido em 1974 pela Universidade de São Paulo – USP e o Ministério da Educação e Cultura – MEC, coordenado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e FAU – USP foi imprescindível para a revisão da postura excludente e elitista do CONDEPHAAT. A presença de Hùgues Varine-Bohan, ex – diretor do ICOM – Conselho Internacional de Museus, no evento, foi importante na ampliação do conceito de patrimônio:

Ao discutir o conceito de patrimônio Varine-Bohan abriu aos especialistas o caminho da compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito de patrimônio como um fator cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento, tudo que o homem fabricou, isto é, os bens culturais.

143

Com Varine-Bohan o conceito de patrimônio começa a ser revisto e discutido entre os especialistas do CONDEPHAAT. A autora aponta, nesse período, para o distanciamento entre a sociedade e o Estado, pois além do conservadorismo presente no órgão, o país passava pelo período de maior repressão da ditadura militar. Outros fatores que prejudicaram a atuação do órgão foram a carência de recursos humanos e materiais, a falta de interesse político na área da cultura, uma

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem. P. 78.

¹⁴³ Idem. P. 73.

constante em todo o período estudado, e os conflitos com o crescente mercado imobiliário.¹⁴⁴

O período de 1975 – 1982 é caracterizado por uma redefinição do conceito de patrimônio. Surgem novos objetos a solicitar a proteção oficial, como o tombamento de áreas naturais. Nesse sentido o CONDEPHAAT foi pioneiro no Brasil, com o tombamento da Serra do Mar e do Maciço da Juréia.¹⁴⁵

A preservação do patrimônio começava a ser entendida como um direito social associado ao exercício da cidadania.

É nesse ínterim que se define o conceito de patrimônio ambiental urbano, como lembra Marly Rodrigues:

O conceito de patrimônio ambiental urbano procurava sintetizar elementos diversos, as ruas, as casas, a paisagem, de modo a compor a um só tempo o quadro material que dá suporte à memória e permite preservar o meio ambiente.¹⁴⁶

A questão da relação entre patrimônio e memória começa a ser discutida, o patrimônio é visto como um elemento que une passado e presente. Rodrigues critica o lugar secundário da cultura nas políticas do governo estadual, em particular na proteção do patrimônio cultural, onde o Estado concede mínimas condições de atuação ao órgão responsável pela preservação da memória e da identidade paulista.¹⁴⁷

O último período pesquisado pela autora, 1982 – 1987, é caracterizado pela ampliação da noção de patrimônio, influenciado pela nova postura do âmbito federal,

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem. P. 87.

¹⁴⁷ Idem.

com o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e IPHAN, orientados por Aloísio Magalhães.¹⁴⁸

Marly Rodrigues ressalta que a valorização da memória e sua preservação pela sociedade civil, no momento de tentativa de reorganização da sociedade, a reivindicação pelos grupos étnicos e pelos que se ligavam à proteção do patrimônio natural, foram importantes passos na tentativa de democratizar a preservação.¹⁴⁹

Sobre esse momento afirma a autora:

O clima de reflexão entre os técnicos coincidiu com a crescente valorização da memória e da preservação pela sociedade, movimento expresso, entre outras formas, pela busca de raízes culturais de grupos étnicos que, reivindicando o direito ao passado, procuravam firmar sua cidadania; pela expansão de grupos voltados à preservação do meio ambiente; pelo interesse de empresas privadas em divulgar sua história e pela organização de arquivos históricos particulares.¹⁵⁰

Outro ponto importante a ser ressaltado na tentativa de democratizar o CONDEPHAAT foi o ano de 1984, final da ditadura militar que assinala a aproximação do órgão de preservação com as universidades públicas paulistas na composição dos seus conselheiros. Foi nesse período que os pareceres dos técnicos ganharam maior relevância nas decisões referentes à proteção do patrimônio.¹⁵¹

Rodrigues afirma que há muito trabalho a ser feito na preservação do patrimônio paulista, pois:

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem. P. 128.

¹⁵¹ Idem.

Do conjunto de bens tombados no Estado de São Paulo, fazem parte poucas memórias de negros, de imigrantes e de trabalhadores. Os remanescentes de sede de fazendas e ricas mansões urbanas sombreiam os da senzala, dos cortiços e dos bairros operários. Desse modo, o patrimônio paulista se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do esquecimento oficial.¹⁵²

Cíntia Nigro Rodrigues abordou o final da década de 1980 quando aumentaram consideravelmente os pedidos de tombamento de bens culturais encaminhados ao CONDEPHAAT. Isto foi, possivelmente, um reflexo da abertura do órgão de proteção ao patrimônio à sociedade civil.¹⁵³

Mas no início do governo Mário Covas houve um descaso ainda maior com a área cultural, instalando-se uma contenção de gastos que atingiu o CONDEPHAAT, materializando-se na demissão e afastamento de vários profissionais do patrimônio.

154

Sobre esse período, aponta Cíntia Nigro Rodrigues:

As dificuldades crônicas do órgão (como a falta de verbas e a má remuneração dos técnicos) foram fortemente agravadas a partir de 1995 com a mudança do governo estadual – gestão Mario Covas. A política de “enxugamento” da máquina estatal ocasionou, sobretudo, o corte e o afastamento do pessoal (...). A falta de recursos e condições operacionais de trabalho e o esvaziamento da equipe técnica são apenas alguns fatores que configuram, desde então, a maior e, possivelmente, a mais longa crise do órgão estadual.¹⁵⁵

A partir da análise dos dois órgãos de preservação, apresenta-se a seguir uma síntese das políticas de proteção ao patrimônio no Brasil, ressaltando brevemente, outros órgãos de preservação do patrimônio e da memória.

¹⁵² Idem. P. 151.

¹⁵³ RODRIGUES, 2001.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem. P. 63.

1.3. Do Arquivo Nacional à Constituição de 1988

Célia Camargo em sua tese “À margem do patrimônio cultural”¹⁵⁶ estuda as ações governamentais de preservação do patrimônio cultural, em especial do patrimônio documental (arquivístico e bibliográfico), desde 1808 até 1988, centrando atenção no período de sua institucionalização no Estado Novo.

O trabalho dividiu-se em duas partes. Na primeira, a autora estuda as instituições culturais em âmbito federal, que tiveram como objetivo a preservação do patrimônio cultural, em particular dos registros documentais, e, na segunda, analisa o discurso jurídico expresso nas constituições federais, procurando desvendar nos textos legislativos a figura do patrimônio documental.

A autora estabeleceu uma periodização das ações governamentais de proteção ao patrimônio, buscando identificar as diretrizes que marcaram essas iniciativas, correspondendo a quatro períodos fundamentais: 1808 – 1889; 1890 – 1937; 1937 – 1975 e 1975 – 1988.¹⁵⁷

Célia Camargo relaciona processos de *boom* institucional, isto é, de criação de órgãos públicos de proteção, com as mudanças político – administrativas ocorridas na estrutura governamental e na alteração dos regimes políticos, refletidas nas alterações das políticas culturais.¹⁵⁸

O período de 1808 a 1889 é conceituado como o da *construção da nação*, apresentando como característica a criação de instituições vinculadas ao poder

¹⁵⁶ CAMARGO, 1999.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

central, com a tarefa de reunir documentos coloniais e produzir uma história oficial do Brasil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o Arquivo Nacional, criado no mesmo ano com o propósito de organizar e preservar a documentação do Império. É importante ressaltar as instituições criadas durante o período joanino, como a atual Biblioteca Nacional e o Museu Nacional.¹⁵⁹

A *construção da federação*, entre 1890 a 1937, representou a consolidação do processo descrito anteriormente, reproduzindo-se no âmbito estadual, com a criação de instituições similares, exemplo dos arquivos públicos e dos institutos históricos estaduais.¹⁶⁰

De acordo com Camargo:

É quando se realiza o conhecimento e a construção das identidades regionais/ locais, que serão a base para novas ações, no sentido de centralizar o saber histórico, descentralizando o reconhecimento de seus fundamentos, e de selecionar os bens – testemunho da nação, descentralizando, conforme os interesses políticos centrais, sua localização e preservação.¹⁶¹

Entre 1937 e 1975, temos o período em que se institui a proteção do patrimônio cultural como dever do poder público, como questão de Estado, portanto. O marco fundamental, o Decreto – Lei n. 25, de 30/11/1937, institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Com a centralização da tarefa ao SPHAN, as iniciativas estaduais de preservação ao patrimônio, que já na década de

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Nesse período foram criados respectivamente os seguintes arquivos estaduais: Amazonas – 1897; Bahia – 1890; Espírito Santo – 1908; Minas Gerais – 1895; Para – 1894; Piauí – 1909; Rio de Janeiro Ex - DF – 1894, Rio Grande do Sul – 1906 e São Paulo – 1891. Fonte: CAMARGO, 1999.

¹⁶¹ Idem. P. 68.

1920 estavam em ascensão foram suprimidas, considerando a criação do órgão federal.¹⁶²

O período é caracterizado pelo tombamento do patrimônio arquitetônico, cujos critérios se pautaram pela sua produção no período colonial, e continua:

Paralelamente ao movimento de centralização e de liderança do SPHAN, as instituições magnas da nacionalidade passaram a viver um longo período de ostracismo, no que diz respeito aos estímulos do Estado. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional assistem a ascensão de uma nova modalidade de bens patrimoniais no cenário político.¹⁶³

O último período, o da *construção da memória*, representa a reformulação das concepções de preservação do SPHAN, ampliando sua base conceitual, que passa a incorporar a noção de bem cultural e a questão da memória. Com isso, novos bens serão objetos da política de preservação, não se restringindo mais aos de estrito valor artístico ou arquitetônico, como já foi visto anteriormente neste capítulo.¹⁶⁴

Nesse momento, novos e velhos atores institucionais entram em cena, na área de proteção ao patrimônio, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o Arquivo Nacional, entre outros, concretizando a idéia de descentralização das ações do IPHAN, incluindo nesse conjunto as universidades, com a instituição dos centros de documentação e memória.¹⁶⁵

Como observa Camargo:

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem. P. 71 - 72.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

A revalorização dessas instituições magnas nacionais, que representavam o universo dos arquivos, bibliotecas e museus, formando os três eixos de sustentação institucional de guarda de documentos e informação sobre o país, foi, sem dúvida, o resultado mais importante da movimentação anterior conduzida dentro do aparelho de Estado brasileiro.¹⁶⁶

É importante ressaltar que na década de 1980, como afirma Alexandre Fernandes Correa, os “novos patrimônios”, entram em pauta nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil:

O choque entre as posições andradinas e as dominantes na área de preservação torna-se mais forte quando a própria noção de patrimônio cultural começa a entrar em deriva. Observa-se então que quando aparecem os chamados “novos patrimônios” na década de 1980, o antigo aparato conceptual ligado à arquitetura desmorona-se completamente. Já não é possível pensar exclusivamente no valor arquitetural dos bens, pois não é mais a história da arquitetura que vai dar o eixo do sentido para o histórico e o artístico no patrimônio. (...).¹⁶⁷

Não acredito que a influência de história da arquitetura esteja totalmente acabada sobre os bens apontados para tombamento, como afirma o autor. Ao menos na análise que faço sobre a política do órgão paulista de preservação sobre os bens culturais do oeste paulista, tombados ou arquivados, sobre o que falaremos nos capítulos seguintes.

A Carta Magna de 1988, conforme Camargo, contemplou o patrimônio cultural de forma mais detalhada em relação às outras constituições nacionais,

¹⁶⁶ Idem. P. 32-33.

¹⁶⁷ CORREA, 2001, p. 99.

particularmente o Artigo n. 216.¹⁶⁸ O texto constitucional inova ao estender a tarefa de preservação à sociedade civil e ao incorporar a noção de memória coletiva:

O conceito de memória, ao que tudo indica, apresenta-se como o elemento chave que altera a composição do discurso legitimador da intenção preservacionista. Ainda mais quando relacionado a um escopo tão amplo de bens e áreas de conhecimento a que foi relacionado.¹⁶⁹

Ainda sobre essa ampliação do conceito de patrimônio reitera Ruben Oliven:

Essa conceituação mais abrangente de patrimônio cultural abriu espaço não somente para as expressões da cultura popular, mas também para os “bens imateriais”, que formam o patrimônio intangível.¹⁷⁰

Como observa Camargo, a Constituição de 1988 foi a primeira das Cartas Magnas nacionais a indicar a participação da sociedade civil nas decisões políticas através das políticas públicas, principalmente em âmbito municipal, definidas como norma para o Brasil.¹⁷¹

Hoje vemos nos municípios a instituição dos Conselhos Municipais, junção de representantes da sociedade civil com o poder público para a formulação de políticas, exemplo dos Conselhos de Preservação, de Cultura, tendo como meta principal, a descentralização das políticas culturais.¹⁷²

2. OS DISCURSOS DO PATRIMÔNIO

¹⁶⁸ CAMARGO, 1999.

¹⁶⁹ Idem. P. 136.

¹⁷⁰ OLIVEN, 2003, p. 78.

¹⁷¹ CAMARGO, 2005.

¹⁷² A existência de Conselhos Municipais não é regra para o seu completo funcionamento, pois na maioria dos municípios, em particular os de Cultura, qdo existem, funcionam precariamente.

A análise de José Reginaldo Santos Gonçalves em sua obra “A retórica da perda”¹⁷³ sobre as narrativas do patrimônio cultural tem como foco de pesquisa os discursos de dois intelectuais: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN por mais de 30 anos, e Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN entre 1979 e 1982, ambos com o propósito fundamental da construção da memória e da identidade nacional.

Segundo Gonçalves, a história aparece como um processo destrutivo, mesmo no presente, do patrimônio cultural e, com isso, a memória e a identidade nacional estarão sempre prestes a se perder.¹⁷⁴

O autor analisa a “estrutura do desejo”, presente nas narrativas do patrimônio, pois quanto mais longe no espaço e no tempo, mais se transforma em objeto de desejo, e continua:

É por intermédio dessa estrutura que a nação é retirada da história e da contingência e transformada num distante objeto de desejo, numa entidade estável e permanente, dotada de coerência e continuidade.

¹⁷⁵

Gonçalves estuda o patrimônio cultural como a alegoria que, segundo críticos literários, é uma situação do presente onde existe um sentimento de perda, um jogo permanente de destruição e reconstrução, onde a nação é apresentada no processo de perda do patrimônio cultural, onde preservá-lo é preservar a nação.¹⁷⁶

O autor aborda as duas importantes narrativas do patrimônio cultural, a de Rodrigo Melo Franco de Andrade na década de 1930, quando se institui o primeiro

¹⁷³ GONÇALVES, 1996.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem. P. 26.

¹⁷⁶ Idem.

órgão encarregado da preservação da memória nacional, e utiliza o discurso histórico para justificar suas teses, tendo a “civilização” como meta:

Em sua narrativa, Rodrigo combate àqueles que não acreditam que a nação tenha um patrimônio cultural de valor para justificar um empreendimento oficial de preservação, uma vez que, segundo Rodrigo, pensam apenas em termos de patrimônio cultural das “nações civilizadas” como França, Itália e Inglaterra.¹⁷⁷

Durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a política do SPHAN expressa na preservação de testemunhos do passado colonial, especialmente as igrejas e obras barrocas.¹⁷⁸

Sobre a visão de Rodrigo Melo Franco Andrade sobre o patrimônio nacional, transcrevemos um trecho de uma palestra proferida em 01 de julho de 1968, na cidade de Ouro Preto, isto é, depois de sua aposentadoria como diretor do SPHAN:

A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em número maior e com feição mais expressiva de que as demais regiões do país.¹⁷⁹

Isto nos mostra um a visão extremamente ligada à história oficial e a valorização dos bens culturais de caráter excepcional como bens identificadores da memória e da identidade nacional.

Nos anos de 1980, Aloísio Magalhães representará uma nova orientação política no campo da preservação. Em primeiro lugar, em 1975, com o Centro

¹⁷⁷ Idem. P. 45.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ REVISTA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1969, p. 11.

Nacional de Referência Cultural, onde marcou seu posicionamento em relação ao patrimônio com o conceito de pluralidade cultural. Depois como diretor do IPHAN, entre 1979 e 1982, onde implantava a revisão do modelo de “pedra e cal”, a partir das inovações desenvolvidas no CNCR.¹⁸⁰

O discurso de Aloísio de Magalhães aproxima-se da antropologia cultural, onde a preservação é orientada por valores contemporâneos, apoiada na noção de diversidade cultural e em sua relação com o desenvolvimento nacional.¹⁸¹

Na narrativa de Magalhães, Gonçalves observa:

(...) Aloísio critica a política tradicional do SPHAN porque, supostamente, ela deixa de lado certas dimensões do patrimônio cultural brasileiro – notadamente sua diversidade - assim como a importância do papel desempenhado pelas diferentes formas de cultura popular.¹⁸²

Para Aloísio Magalhães era a perda da identidade nacional o principal problema na preservação dos bens culturais, representada pela homogeneização da cultura, imposta por influências externas.

Gonçalves observa duas narrativas do patrimônio nacional:

Em cada uma delas, a nação é apresentada sob a ameaça de perder sua “tradição” ou sua “diversidade cultural”. Mais que isto, essa ameaça é concebida como um risco para o próprio processo de “civilização” ou para o “desenvolvimento” do Brasil como nação moderna.¹⁸³

O ponto central que diferencia os dois discursos do patrimônio fica explícito na visão de Rodrigo Melo Franco Andrade, onde se privilegia a civilização e a tradição,

¹⁸⁰ GONÇALVES, 1996.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem. P. 55.

¹⁸³ Idem. P. 90.

e, para Aloísio de Magalhães, a valorização da cultura popular, como visões norteadoras da preservação do patrimônio brasileiro.

3. AS POLÍTICAS ATUAIS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Dois tópicos foram escolhidos para análise, visando identificar os fundamentos das políticas contemporâneas oficiais de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Em primeiro lugar, o *Programa Monumenta* e, em seguida, a análise de um caso específico: as discussões sobre o patrimônio imaterial ou intangível, instituído pelo Decreto Federal n. 3.551 de 04 de agosto de 2000 que institui o registro desses bens culturais, mecanismo que se diferencia do recurso do tombamento, como se verá mais adiante.

3.1. O Programa Monumenta - BID

Preservar monumentos históricos, mesmo os mais singelos, é uma maneira de reverenciar o passado. De lembrar fatos e personagens que contribuíram para a construção da nossa identidade. A preservação de nossos monumentos e legados do passado também contribui com os benefícios econômicos, promovendo o turismo e a divulgação cultural.¹⁸⁴

Nesta passagem estão sintetizados os objetivos do Programa Monumenta, que mescla elementos de natureza pública e privada, associando o mercado às políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

¹⁸⁴ <http://www.abrasil.gov.br/> acesso em 29/11/2004.

O Programa Monumenta, apoiado pela UNESCO, foi criado em 1997 pelo Ministério da Cultura - MINC e conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, coordenado por Luiz Fernando de Almeida, tendo sido prorrogado o contrato de empréstimo do BID com a União até dezembro de 2006, no valor de US\$ 62,5 milhões de dólares.¹⁸⁵

No Brasil foram escolhidas sete cidades para participar da primeira fase a implementação das políticas de revitalização dos seus centros urbanos. São elas: São Luis do Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Olinda e Ouro Preto.¹⁸⁶

Os municípios contemplados com o Programa Monumenta até o dia 07/12/2004 são os seguintes: Alcântara – MA, Belém – PA, Cachoeira – BA, Congonhas – MG, Corumbá – MS, Diamantina – MG, Goiás – GO, Icó – CE, Laranjeiras – SE, Lençóis – BA, Manaus – AM, Mariana – MG, Natividade – TO, Oeiras – PI, Olinda – PE, Ouro Preto – MG, Pelotas – RS, Penedo – AL, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ, Salvador – BA, São Cristóvão – SE, São Francisco do Sul – SC, São Paulo – SP e Serro – MG.¹⁸⁷

No quadro abaixo, os municípios estão agrupados por grandes regiões:

QUADRO 1.

Região	Municípios
Norte	Três
Nordeste	Onze
Centro Oeste	Três

¹⁸⁵ <http://www.monumenta.gov.br/> acesso em 07/12/2004.

¹⁸⁶ <http://www.abrasil.gov.br/> acesso em 29/11/2004.

¹⁸⁷ <http://www.monumenta.gov.br/>, acesso em 07/12/2004.

Sudeste	Sete
Sul	Três

Fonte: <http://www.monumenta.gov.br>, acesso em 07/12/2004.

Através da análise da geografia da preservação da memória nacional do Programa Monumenta percebe-se ainda a ênfase nos registros da memória localizados principalmente na região do Nordeste e, em segundo lugar o Sudeste. A maioria dos municípios pertence ao Estado de Minas Gerais, como nos primeiros anos de atuação da política federal de patrimônio. O Estado de São Paulo tem apenas a sua capital como local considerado importante para se implantar o Monumenta. As práticas estabelecidas para a execução do Programa Monumenta continuam a valorizar as áreas de antiguidade de povoamento, calcadas na noção de passado colonial.

Para se entender a estrutura do Programa Monumenta, é preciso apresentar as atribuições das instituições envolvidas: BID – empréstimos, MINC – gerenciamento, UNESCO – monitoria e avaliação de resultados, IPHAN – fiscalização e orientação técnica. Já os municípios contemplados com o Programa Monumenta executam as obras de revitalização nos conjuntos e monumentos tombados.¹⁸⁸

Durante a execução do Programa serão realizadas oficinas com a participação das sociedades locais, visando à sua conscientização quanto à proteção dos bens culturais tombados.¹⁸⁹

¹⁸⁸ <http://www.unesco.org.br/> acesso em 30/11/2004.

¹⁸⁹ Idem.

Dentre as principais realizações do Programa estão o restauro e preservação do patrimônio, a educação patrimonial e a promoção do turismo nas cidades contempladas.¹⁹⁰

De acordo com Cíntia Nigro Rodrigues¹⁹¹, o objetivo principal do Programa Monumenta foi a valorização do turismo e a conseqüente valorização econômica:

Tais projetos de recuperação de núcleos urbanos, entretanto, se inserem claramente nesse processo de alinhar a política federal de preservação do patrimônio histórico à política de desenvolvimento do turismo no Brasil. A idéia de fazer com que as áreas selecionadas, a partir do turismo, gerem novas atividades econômicas e arrecadem impostos a fim de reverter os investimento feitos pelo programa.¹⁹²

Como objeto do financiamento, o BID selecionou cidades onde haveria parcerias entre os governos estaduais e municipais e a iniciativa privada. Outra exigência voltou-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN: tombar bens culturais ainda não reconhecidos como monumentos nacionais.¹⁹³ Trata-se da influência de um órgão privado na política de preservação da memória nacional.

Lia Motta realiza uma avaliação contundente sobre esse tipo de presença do setor privado nas políticas de preservação do patrimônio:

Esse modelo - de interesse do mercado internacionalizado -, assumido pelo poder público, disponibiliza (ou pretende disponibilizar) grandes somas de recursos para as intervenções que o viabilizem, (...). Sua implantação requer projetos programados de acordo com as necessidades do capital privado, e obedecem, assim, aos “tempos” ditados pelo lucro. São negados os prazos necessários

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ RODRIGUES, 2001.

¹⁹² Idem. P. 55.

¹⁹³ Idem.

para o desenvolvimento de estudos adequados à complexidade dos sítios como fontes da história e de identidades. Ao invés de o poder público cumprir seu dever de garantir ao cidadão acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, ele colabora para a construção de valores que interessam ao capital especulativo.

¹⁹⁴

É importante destacar a apropriação simbólica dos bens pela maioria da população, através das práticas de revitalização e restauração do Programa Monumenta, exemplo da Estação da Luz em São Paulo.

Mas é preciso ressaltar uma outra consequência dessas novas políticas sobre o patrimônio referente à seleção dos bens, voltada para o período colonial e imperial, como já visto no Quadro n. 1.

Esta seleção é pautada, quase sempre, nos critérios de excepcionalidade e monumentalidade. Os bens culturais representativos da história recente, como é o caso do oeste paulista, não são valorizados como patrimônio que deve ser protegido pelo poder público, criando-se assim uma hierarquia para o conjunto do patrimônio, decorrente da condição de ser ou não contemplado pelo Programa.

Sobre as exigências do BID, uma das críticas refere-se à alteração da estrutura do IPHAN:

(...), muito preocupados com os riscos da implantação dessa postura mercadológica no campo da preservação do patrimônio.

A criação desta nova Secretaria **de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas**, (grifo nosso) foi repudiada e vista como um comprometimento da autonomia do IPHAN, que deixou de estar subordinado diretamente ao MINC, a fim de que o projeto Monumenta fosse implantado sem “resistências”. As ingerências e exigências do BID, acatadas em razão do financiamento concedido a

¹⁹⁴ MOTTA, 2000, p. 263.

juros bem altos, também foram contestadas pelo fato de esta entidade internacional não ter “tradição” na área de projetos culturais.

¹⁹⁵

A tese de doutorado de Rogério Proença Souza Leite intitulada “Espaço público e política de lugares” ¹⁹⁶ contém análise das políticas implementadas a partir do Programa Monumenta no bairro do Recife Antigo na cidade de Recife – Pernambuco.

Conforme o autor, essas políticas podem ser entendidas como práticas de *gentrification*, que:

(...) articulam essa dimensão do consumo à tradição e ao patrimônio quando revalorizam localidades, em pelo menos dois eixos fundamentais: (1) por destacarem os centros históricos como lugares de convergência da população para um suposto passado e identidades comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e da cidadania; e (2) por tratarem a intervenção como uma forma de recuperar o espaço urbano enquanto “espaço público” de lazer, entretenimento e consumo da população.¹⁹⁷

Como se pode observar, essa política de revitalização dos centros urbanos traz consigo uma postura formulada a partir do mercado, atravessando as concepções tradicionais de preservação do patrimônio cultural. Seus benefícios ou malefícios ainda não podem ser objeto de afirmações mais contundentes.

3.2. Patrimônio Imaterial

(...) o novo recurso constitucional proposto não oferece novas práticas no sentido da promoção da cidadania do patrimônio no país.

¹⁹⁵ RODRIGUES, 2001, p. 56 - 57.

¹⁹⁶ LEITE, 2001.

¹⁹⁷ Idem. P. 06.

Creio que instituindo-se este novo conceito não se contribui para a superação da visão compartimentadora, que parcializa e fragmenta: Natureza e Cultura, Material e Imaterial, Tangível e Intangível. Não se está adiante de uma nova estratégia adequada de salvaguarda dos bens culturais na sociedade brasileira atual. Trata-se do velho paradigma ocidental dualista ainda dominante na área preservacionista, que se nutre da compartimentação do saber em especialidades disciplinares.¹⁹⁸

A crítica de Alexandre Fernandes Correa sobre ao registro do patrimônio imaterial permite abordar, com maior precisão conceitual e perspectiva política os estudos de certos autores que trataram do tema em questão.

Antonio Augusto Arantes, atual presidente do IPHAN (2005), em discurso durante o lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial afirma:

Entretanto, a consolidação de uma política cultural democrática exigiu que ampliássemos o nosso universo de atuação. Para os que participaram da reforma constitucional de 1988, já não bastavam os bens móveis e imóveis, ou o assim chamado “patrimônio de pedra e cal”. Em resposta às mudanças políticas e sociais que marcaram a retomada do processo democrático no Brasil, tornou-se inadiável reconhecer e valorizar os aspectos da produção cultural em que as camadas populares, os diversos grupos étnicos da população brasileira - em particular, as nações indígenas e os afro-descendentes - têm participação inquestionavelmente visível e efetiva. Esse é o caso das celebrações, das formas de expressão (como a dança, música, literatura oral, artes gráficas), dos conhecimentos tradicionais e dos lugares.¹⁹⁹

¹⁹⁸ CORREA, 2001, p. 229.

¹⁹⁹ <http://www.iphan.gov.br>, acesso em 02/04/2005.

De acordo com Márcia Sant'anna, a idéia de preservar o patrimônio imaterial não surgiu das práticas preservacionistas da sociedade ocidental, associadas à cultura material, mas nos países do Oriente e do chamado "Terceiro Mundo":²⁰⁰

Sant'anna exemplifica essa afirmação, falando do mundo oriental:

Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural do passado, é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.²⁰¹

Foi a partir da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - UNESCO - 1972 que os países do Ocidente começaram a entender a importância de preservar o patrimônio cultural imaterial, mas foram poucos os países que legislaram a favor, como a França.²⁰²

No Brasil, os ideais de preservação do patrimônio imaterial remontam ao "visionário" anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional de Mário de Andrade na década de 1930, quando era evidente a preocupação em proteger os saberes e costumes do povo brasileiro retomados na década de 1970, com a ampliação do conceito de patrimônio formulada entre os especialistas do Centro Nacional de Referência Cultural, centrados na figura de Aloísio de Magalhães, já analisados neste capítulo.

Sobre o registro do patrimônio imaterial, Márcia Sant'anna afirma:

O Instituto do Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000, não é um instrumento de tutela análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este. O registro corresponde à

²⁰⁰ SANT'ANNA, 2003.

²⁰¹ Idem. P. 49.

²⁰² Idem.

identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, (...). O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, (...). Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. (...).²⁰³

Como no tombamento, o instituto do registro também utiliza livros para inscrever os bens culturais de natureza imaterial selecionados para a preservação: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro dos Lugares e Livros das Formas de Expressão.²⁰⁴

Até março de 2004 foram registrados seis bens culturais nos seguintes livros de registro: Arte Kusiwa – Livro das Formas de Expressão, Samba de Roda do Recôncavo Baiano – Livro das Formas de Expressão, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – Livro dos Saberes, Círio de Nossa Senhora de Nazaré – Livro das Celebrações, Acarajé e Viola-de-cocho.²⁰⁵

A metodologia para se tentar registrar um bem cultural em um dos quatro livros de registro envolve três fases: a primeira, um levantamento do bem cultural apontado para proteção; em seguida a identificação e documentação do mesmo; para finalizar, o registro que corresponde a um trabalho etnográfico que permite definir se o bem cultural pode ou não ser inscrito em um dos quatro livros.²⁰⁶

²⁰³ Idem. P. 52.

²⁰⁴ <http://www.iphan.gov.br>, acesso em 15/03/2005.

²⁰⁵ Sobre os dois últimos bens culturais não encontramos, nos conjuntos de informações oferecidas pelo IPHAN, detalhes mais precisos sobre a natureza de sua inscrição .

²⁰⁶ SANT'ANNA, 2003.

No quadro abaixo estão foram discriminados os nove pedidos que ainda se encontram em tramitação no IPHAN:

QUADRO 2.

Bem Cultural de Natureza Imaterial	Município ou Estado
Talian	Erechim – Rio Sul
Enciclopédia Itaú Cultural	São Paulo
Toque dos Sinos	São João Del Rei – Minas Gerais
Festival Folclórico de Paritins dos Bumbas Garantido e Caprichoso	Amazonas
Obra do Poeta Patativa do Assaré	Ceará
Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto e Crato	Ceará
Festa do Pau de Santo Antônio	Barbalho – Ceará
Queijo do Serro	Minas Gerais
Festa do Glorioso São Benedito	Angra dos Reis – Rio de Janeiro

Fonte: <http://www.iphan.gov.br>, acesso em 15/03/2005.

Maria Cecília Londres Fonseca destaca as diferenças entre o patrimônio material e imaterial:

Talvez o melhor exemplo para ilustrar a especificidade do que se esta entendendo por patrimônio imaterial (...) seja a arte dos repentistas. Embora a presença física dos cantadores e de seus instrumentos seja imprescindível para a realização do repente, é a capacidade de os atores utilizarem de improviso, as técnicas de composição dos versos (...) que produz a cada “performance”, um repente diferente. Nesse caso, estamos no domínio absoluto do aqui e agora, tampouco sem possibilidade, a não ser por meio de algum registro audiovisual, de perpetuar esse momento. ²⁰⁷

É importante ressaltar o artigo de Antonio Augusto Arantes, onde analisa a sustentabilidade da proteção do patrimônio imaterial brasileiro. Arantes afirma que

²⁰⁷ FONSECA, 2003, p. 66.

as populações que participam de programas de valorização e salvaguarda do seu patrimônio devem ter em pauta, a conservação do meio ambiental e material, o controle sobre as mudanças políticas na sociedade local e na transmissão e formação de novos agentes, a participação nos registros e inventários, bem como a defesa dos seus direitos de autoria.²⁰⁸

E continua:

Muitas vezes, a interação entre técnicos e comunidade depende da implementação de mudanças importantes nos referenciais políticos de ambos. Enquanto gestores de uma nova política de patrimônio cultural, que priorize os sentidos dos bens culturais para a população que os detêm, que não esteja cega para o seu potencial para a melhoria das condições de vida dessa mesma população e o interesse dela em utilizá-lo para tanto, esse é um enorme desafio. (...).²⁰⁹

O registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível representa uma forma inovadora de se preservar a pluralidade da cultura nacional, privilegiando os modos de fazer, as tradições e os costumes do povo brasileiro. Com isso, os técnicos e especialistas do IPHAN deverão observar e estudar os vários modos de expressão da nossa cultura, e se possível, tentar não privilegiar qualquer segmento social, via sua exclusão.

Ruben George Oliven chama a atenção para a dificuldade na definição de um bem de natureza imaterial ou intangível:

Em 2002, foi apresentada uma proposta para registrar o acarajé no Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Isso significa que serão definidos os ingredientes e a forma “correta” de preparar tal quitute. Entretanto, as formas de preparar alimentos modificam-se

²⁰⁸ ARANTES, 2004.

²⁰⁹ Idem. P. 18.

com o tempo. Além de ser registrado, o acarajé está sendo “congelado”. (...). Os “bens imateriais” não só são de difícil definição, mas também só tem sentido se significarem uma prática regular.²¹⁰

Outro ponto importante a observar é que, depois da consolidação do registro em âmbito federal, Estado e Municípios devem organizar suas legislações para preservar o patrimônio imaterial, ampliando as condições para proteger, em maior número, os bens culturais identificadores de sua memória e identidade, significando também, uma descentralização das políticas de patrimônio, que teve como ponto de partida a Carta Magna de 1988.

A análise das políticas de patrimônio no Brasil, enfocando as instituições IPHAN e CONDEPHAAT, a identificação das instituições de guarda da memória social como os arquivos, institutos históricos, centros de memória, museus, entre outros, culminando com a Constituição de 1988, apontariam para um desfecho onde o ponto central seria a democratização da memória e a ampliação do conceito de patrimônio.

No entanto, as iniciativas mais recentes, como mostram o Programa Monumenta e o Registro do Patrimônio Imaterial, indicam que as políticas de patrimônio, mesmo depois da ampliação do conceito, continuam não privilegiando os locais de formação recente, como o oeste paulista. Aí, esforços urgentes da sociedade civil e do poder público são imprescindíveis, na tentativa de preservar sua memória e de reconhecer/construir suas identidades.

²¹⁰ OLIVEN, 2003, p. 79.

CAPÍTULO 3

O EMBATE POLÍTICO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO OESTE PAULISTA

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas. É, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado (...), o que o torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança.²¹¹

Este capítulo apresenta uma análise temática dos processos e guichês de tombamento que tramitaram no Condepmaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Turístico criado pela Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968,²¹² com a responsabilidade de atuar junto ao Governo do Estado de São Paulo na tarefa de preservar o seu patrimônio cultural.

O Condepmaat, vinculado a Secretaria de Estado da Cultura, é formado por vinte de cinco conselheiros que representam diversos setores da administração pública e da sociedade civil: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga, IAB - Institutos dos Arquitetos Brasileiros, Cúria Metropolitana de São Paulo, IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CONSEMA - Conselho Estadual de Meio-Ambiente, Secretarias de Estado (Agricultura e Abastecimento, Ciência e Tecnologia e Esportes e Turismo), quatro

²¹¹ RODRIGUES, 2000, p. 145.

²¹² Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

membros da Secretaria de Estado da Cultura; das universidades estaduais, quatro membros da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, cinco membros da USP - Universidade de São Paulo, e quatro membros da UNESP - Universidade Estadual Paulista.

A composição do Conselho aponta para o conceito de política pública que prevê a participação de membros da sociedade civil ao lado de representantes do Estado nas decisões sobre o patrimônio cultural paulista.

Sobre as políticas públicas Paulo Vieira da Silva e Luiz Pedone afirmam:

(...) as políticas públicas podem também ser consideradas como o encontro entre os valores sociais e institucionais, e, neste caso, apresentam como itens obrigatórios questões referentes à democracia e seus dilemas, às tensões inerentes ao liberalismo, à natureza dos grupos políticos e à interação de forças políticas e de grupos de pressão em instâncias específicas do Estado, entre outras.²¹³

A partir da análise dos processos e guichês foi possível estabelecer os principais aspectos das políticas de preservação do CONDEPHAAT para com o oeste paulista. O período de estudo sobre o tombamento inicia-se com a primeira solicitação de agente social ou político e se estende até a decisão final do Condephaat sobre cada um dos casos apontados para tombamento.²¹⁴

Para uma melhor análise das políticas estaduais de preservação do patrimônio foram delimitados três períodos distintos, a saber: *Patrimônio de Elite*

²¹³ SILVA & PEDONE, Jan. 1988, p. 204.

²¹⁴ A análise ficou circunscrita apenas aos processos e guichês de tombamento que apresentaram decisões finais do CONDEPHAAT. Esse procedimento se justifica pela possibilidade de diferenciar e analisar as políticas do Conselho para com o oeste paulista.

(1969 a 1972), *Primeiras Tentativas (1973 a 1984)* e *Interiorização do Patrimônio (1985 a 1999)*.

1. PATRIMÔNIO DE ELITE (1969 – 1972)

No período inicial de atuação do Condephaat no oeste paulista, os especialistas do patrimônio estiveram em consonância com as políticas de preservação no âmbito mundial, particularmente sobre a aproximação entre patrimônio e turismo, e na conseqüente valorização da indústria turística (Carta de Quito - OEA - 1967). Sobre o momento no Brasil discorre Marly Rodrigues:

A indústria cultural experimentava grande impulso no país e, além disso, o regime militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. O casamento entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeito e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a 'salvação' do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico. ²¹⁵

Durante o primeiro período (1969 – 1972) ²¹⁶, tivemos como principais temáticas analisadas nos processos de tombamento: a origem dos pedidos de tombamento, todos de dentro do Condephaat, a influência da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo na decisão dos estudos de tombamento, a valorização turística dos bens apontados para proteção oficial pelos membros do Conselho, o grau de participação das sociedades locais e a temática mais recorrente, o mito fundador, com a valorização dos bens culturais a serem os primeiros construídos em suas localidades.

²¹⁵ RODRIGUES, 2005, p. 21.

²¹⁶ Esse momento é considerado pelos estudiosos como o mais repressivo da ditadura militar com a decretação do Ato Institucional n. 5.

Nos três processos examinados do primeiro período, todas as solicitações partiram do Condephaat como o processo da Casa Souza Leão, hoje ocupada pelo Museu Histórico Índia Vanuíre, localizado na cidade de Tupã. A solicitação de tombamento desse bem cultural foi desencadeada por um dos membros do Condephaat, o conselheiro Vinício Stein Campos, enumerando o valor histórico do imóvel, por ser a casa do fundador de Tupã, Luiz Souza Leão.²¹⁷

A proposta de tombamento dos Sítios históricos vinculados ao desbravamento da zona noroeste do Estado,²¹⁸ em Penápolis, originou-se de manifestação favorável da Presidente do Conselho, Lucia Piza F. de M. Falkenberg.

Orentino Martins, Delegado do Condephaat em Penápolis, descreveu em documento enviado ao Conselho os bens culturais apontados para tombamento. O primeiro, segundo Martins, referiu-se à primeira escola e primeira residência dos frades Capuchinhos e o segundo, o cemitério onde estão enterrados os pioneiros da cidade mortos por indígenas em finais do século XIX. O solicitante definiu os bens culturais como importantes marcos históricos para Penápolis.

O pedido de tombamento do Palácio do Imperador (Antiga Colônia Militar)²¹⁹, em Itapura, originou-se de outra solicitação de Vinício Stein Campos. Ressaltou que o edifício, embora pouco usado pelo governo Imperial, fora importante na proteção ao país. Mesmo considerando o seu estado de ruínas, recomendava o tombamento estadual. Stein Campos utilizou como argumento o fato de ter sido uma construção do período Imperial, ao seu entender, importante na valorização do turismo:

²¹⁷ Processo n. 11.101/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

²¹⁸ Processo n. 17.386/70. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT. Este processo iniciou na Secretaria de Cultura Esportes e Turismo em 05/03/1970.

²¹⁹ Processo SCET n. 12.318/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

O edifício em ruínas, no Itapura, conhecido como “Palácio do Imperador”, embora não tenha sido um local de significação histórico de monta, (...). Marca, esse edifício, um acontecimento de relevo na epopéia da luta nacional pela implantação de um sistema defensivo na linha dos rios que levam a Mato Grosso e ao Prata, e, por esse fato, não seria de todo desaconselhável a sua conservação. Ademais, as obras que as Centrais Elétricas de São Paulo – CESP – estão executando naquela área facilitarão o aproveitamento do local como ponto turístico de grande interesse, conforme tem sido exposto ao Presidente dessa autarquia.²²⁰

O valor histórico foi o mais recorrente nas solicitações de tombamento, com a ênfase nas primeiras construções das localidades pelos membros do Condephaat. A esse valor agregou-se, no caso do pedido de tombamento da Colônia Militar em Itapura, a valorização do turismo.

Sobre a influência da Secretaria de Esportes e Turismo nas decisões de tombamento, o estudo da Casa Souza Leão é esclarecedor. Depois do parecer de Carlos Lemos, contrário ao tombamento do bem cultural por identificar apenas o valor local do bem imóvel,²²¹ insurge-se contra esse parecer Secretário Executivo do Conselho Estadual de Cultura, Paulo L. Bonfim, que apontou como valor histórico exatamente o fato de ter sido a morada do fundador da cidade de Tupã, aspecto que, segundo ele, teria desdobramentos na valorização turística do município. Mas o pedido, naquele momento, em decorrência do parecer de Carlos Lemos, foi arquivado.

No processo dos Sítios Históricos vinculados ao desbravamento da zona noroeste do Estado, do município de Penápolis, o Secretário Executivo, Ruy de Azevedo Marques declarou que aqueles bens apresentavam valor apenas no âmbito

²²⁰ Idem. P. 02.

²²¹ Processo n. 11.101/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

regional e que, por falta de méritos arquitetônicos, não carregavam valores que justificassem sua inscrição no patrimônio cultural paulista.²²²

E continua:

Do que resulta da informação da Assessoria desta Secretaria-Executiva, os sítios históricos vinculados ao desbravamento da zona Noroeste do Estado de São Paulo revestem-se de interesse estritamente regional.

III

Considerando a ausência de valores arquitetônicos e dos demais pressupostos que, necessariamente, embasam o instituto do tombamento, esta Secretaria-Executiva propõe o arquivamento do processo.²²³

O Egrégio Conselho Deliberativo, em Sessão de 19/04/1972 Ata - 109, de acordo com o parecer de Ruy de Azevedo Marques, decidiu pelo arquivamento do processo.

O processo de tombamento onde a influência da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo fica patente é a da Colônia Militar em Itapura. A Presidente do Conselho, Lucia Falkenberg, solicitou auxílio financeiro da SCET para a restauração do imóvel em Itapura. Em seguida, o Secretário de Estado Orlando Zancaner, em vista do interesse turístico do bem cultural, pediu ajuda ao Governador do Estado.

224

O Governador Roberto de Abreu Sodré autorizou a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Itapura, com finalidade de empreender, através de uma ação conjunta, a restauração do imóvel.

²²² Processo n. 17.386/70. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

²²³ Idem. P. 08.

²²⁴ Processo SCET n. 12.318/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

Orlando Zancaner, pela Resolução de 04 de dezembro de 1969, tombou o Palácio do Imperador em Itapura, pelo seu valor turístico:

Artigo 1 – Fica tombado, como monumento turístico do Estado de São Paulo, o imóvel denominado ‘Palácio do Imperador’, construído em Itapura, em 1858, para aquartelamento de um contingente militar, compreendendo esse tombamento o edifício e a área que o circunda, destinada ao ajardinamento decorativo do local. (...).²²⁵

O poder público de Itapura, através da Câmara Municipal, aprovou por unanimidade o convênio com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, que teve por objetivo o trabalho de restauração.²²⁶

O tombamento do Palácio do Imperador (Antiga Colônia Militar) em Itapura foi o terceiro bem cultural a ser inscrito no Livro do Tombo do Condephaat, precedido pelo Solar Major Novaes (Cruzeiro) e pelas Obras do Pintor Benedito de Calixto de Jesus (vários municípios).

A influência da SCET foi mais decisiva nos processos de Penápolis e Itapura, gerando o arquivamento do primeiro (Sítios Históricos) por determinação do Secretário Executivo e o tombamento do segundo, feito pelo próprio Secretário de Estado, sem consulta ao Condephaat, evidenciando a fraca autonomia e autoridade que o órgão usufruía dentro da burocracia estatal.

É importante destacar a valorização pelos membros do Condephaat, do momento de fundação das localidades, bem como os fundadores dos municípios do oeste paulista, como já exposto nas solicitações de tombamento.

²²⁵ Idem. P. 19.

²²⁶ Idem.

O parecer do arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos nega o valor histórico e arquitetônico da Casa Souza Leão, embora enfatize a condição histórica de residência do fundador da cidade:

A casa, de boa feitura e de estilo indefinido, foi construída em 1935, seis anos após a fundação da cidade. Certamente não se trata da primeira ou das primeiras construções de Tupã. Assim sendo, não estamos em face de um exemplar arquitetônico de valia e, de modo algum, constituem obra de arte digna de tombamento e, pelo visto, também não é aquela residência um documento histórico de maior valor, seu único título é servir de moradia ao fundador da cidade (...).

227

Nesse parecer a ênfase está na impossibilidade de incluir a Casa Souza Leão no conjunto das primeiras residências/ edificações construídas na cidade. Fica evidente uma visão de história que privilegia o passado remoto, o momento da origem ²²⁸, como ponto fundamental para a preservação do patrimônio cultural. Portanto, o parecer de Carlos Lemos sobre a Casa Souza Leão não reconhece seu valor no âmbito do patrimônio cultural do estado, mas apenas na esfera municipal.

229

Em seguida o processo passou para as mãos de dois conselheiros: Vinício Stein Campos, o mesmo que pediu o tombamento do bem, e Arnaldo D'Ávila Florence, ambos elaborando parecer favorável ao tombamento, privilegiando o valor histórico:

Embora não tenha sido esse edifício dos primeiros a ser edificado em Tupã, essa circunstância não tira do solar a sua condição histórica de casa de fundador, pois foi a primeira e única casa

²²⁷ Processo n. 11.101/69. P. 09.

²²⁸ LE GOFF, 1984.

²²⁹ Processo n. 11.101/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

residencial por ele construída para seu uso na cidade que havia fundado (...). A única maneira válida de se preservar o magnífico patrimônio, erigindo em bem histórico de interesse estadual, pela trasladação dos episódios de significação municipal e estadual que neles se deram, é o tombamento do imóvel na forma da proposta inicial, (...).²³⁰

Nesse primeiro processo de tombamento temos a oportunidade de observar, no espaço da memória, a disputa entre membros do próprio Condephaat pelo discurso simbólico. O parecer do arquiteto Carlos Lemos nega o seu valor histórico e arquitetônico, “*não estamos em face de um exemplar arquitetônico de valia*”, enquanto os conselheiros Stein Campos e D’Ávila Florence, ao contrário, destacarão o valor histórico da Casa Souza Leão enquanto a morada do fundador da cidade de Tupã.

Nos dois pareceres, tanto o contrário quanto o favorável ao tombamento, observa-se o conceito de história enquanto passado remoto, mito fundador, período distante onde se encontram os símbolos fundadores das identidades atuais.²³¹

Outro aspecto importante foi o destaque dado à única morada do fundador de Tupã, Luiz Souza Leão, o que revela uma visão de patrimônio que torna visível o Estado e dá ênfase aos grandes vultos da história.

No estudo de tombamento dos Sítios Históricos vinculados ao desbravamento da zona noroeste do Estado, em Penápolis, o arquiteto Carlos Lemos, relatou que a escola foi a primeira construção da cidade de Penápolis e observou seu valor para a comunidade local, fazendo a mesma observação para o cemitério, ambos reclamados para proteção. Mas ressaltou a falta de estudos sobre esta região,

²³⁰ Idem. P. 49.

²³¹ POLLAK, 1992.

necessários ao embasamento de possíveis méritos que pudessem ser atribuídos aos bens culturais apontados para tombamento:

(...). Esta Comissão de Estudos e Tombamentos, no entanto, julga necessária antes de qualquer formalidade, (...), uma pesquisa em profundidade naquela zona, que resultou de uma fase econômica do Estado ligada ao encaminhamento do café em procura de terras novas. (...).²³²

A análise deste processo destaca dois itens importantes. O primeiro refere-se ao constante valor atribuído aos bens culturais que apresentassem como característica o fato de terem sido os primeiros a serem construídos em suas localidades, relacionados aos pioneiros, fundadores das cidades do oeste paulista. Esses critérios de valoração atribuídos tanto pelo solicitante como no parecer do arquiteto Carlos Lemos, remetem mais uma vez a uma visão de história que privilegia o passado remoto.

O processo do Palácio do Imperador (Antiga Colônia Militar)²³³ é um dos únicos bens culturais da região oeste de São Paulo construído no período Imperial²³⁴, em 1858. Foi também o primeiro a ser tombado como patrimônio cultural paulista. Uma indagação importante se formula: o bem foi tombado apenas por datar do período Imperial? Ou pelas intenções sobre a valorização do turismo entre os membros do Conselho?

Nos três casos examinados foi praticamente nula, nesse processo, a participação das sociedades locais no tombamento dos bens culturais. Nenhum abaixo assinado foi encontrado nos autos dos processos que pudesse evidenciar a

²³² Processo n. 17.386/70. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT, p. 05.

²³³ Processo - SCET n. 12.318/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

²³⁴ O cemitério de Penápolis é do ano de 1886. Processo n. 17.386/70. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

participação ou conhecimento da existência dessa iniciativa pelo tombamento dos bens. O único agente da sociedade local a interessar – se pela preservação da Casa Souza Leão foi a Diretora do Museu de Tupã.

Em carta enviada ao Presidente do Condephaat em 14/06/1969, Nair Ghendini, Diretora do Museu de Tupã, ressaltou:

Em conversa com o nosso amigo prof. Vinício Stein Campos, achou ele de toda a conveniência, que fosse proposto a este Conselho, o tombamento da residência do Sr. Luiz de Souza Leão, doado por escritura pública a Prefeitura Municipal, para após sua morte ser instalado a sede do “Museu Histórico e Pedagógico índia Vanuíre” de Tupan, (...).²³⁵

No segundo processo analisado também não se registrou qualquer tipo de participação ou envolvimento da sociedade e do poder local no processo de tombamento. O único agente social a aparecer na tarefa de preservação foi o Delegado do órgão de preservação em Penápolis. A maioria absoluta da população de Penápolis ficou totalmente alheia ao processo de tombamento.

No tombamento da Colônia Militar em Itapura, podemos observar a circulação de notícias sobre o estudo de tombamento em nível nacional, através do jornal O Estado de São Paulo.

Está anexado ao processo um recorte de jornal da Folha de Rio Preto, com a seguinte notícia, *Preservação do Palácio de Itapura*, sobre um requerimento do vereador José Barbar Cury, onde defendeu a preservação do bem cultural, e destacou seu valor histórico e turístico:

²³⁵ Processo n. 11.101/69, p. 04.

Considerando que a Colônia Militar de Itapura deve ser restaurada, por ser valioso documentário histórico e por se constituir excelente local de turismo implantado às margens do Tiete e do caudaloso Paraná;²³⁶

Existem outros elementos relacionados ao valor histórico, no entender do vereador: os discursos do Imperador Dom Pedro II aos soldados brasileiros feitos no Palácio de Itapura e, ainda, o destaque que foi dado à edificação no livro *Álbum de Rio Preto*.

Em outra notícia, do jornal O Estado de São Paulo, *Só o turismo pode salvar Itapura*, logo depois de homologado o tombamento do bem cultural, relatou-se a pobreza da população local, o roubo e destruição do patrimônio, através de depoimentos de moradores. Menciona-se a inundação do cemitério, da igreja e das casas da Colônia Militar, devido à construção da barragem da CESP.

Durante o estudo de tombamento da Casa Souza Leão em Tupã, circulou também uma notícia veiculada em âmbito nacional, no jornal O Estado de São Paulo, de 28/03/1971, intitulada *Tupã é homenagem aos índios*, onde se descreveu a relação da sociedade local com os indígenas, e afirma que Tupã é a localidade brasileira onde mais se valoriza o índio, ao seu entendimento, com desdobramentos turísticos para a cidade.

As discussões sobre a preservação, nos três processos examinados, ficaram restritas aos especialistas do patrimônio. As sociedades locais mantiveram-se alheias aos estudos realizados pelo órgão estadual, salvo o caso da participação do poder público municipal de Itapura na restauração do bem cultural, pedido feito pelo Governo Estadual, viabilizado pelo convênio com a SCET. O parâmetro principal em

²³⁶ Processo n. 23.318/69, p. 03.

que se pautou o Condephaat ficou restrito à história oficial e à história da arquitetura brasileira, critério básico para as decisões finais.

Deve-se ressaltar o pedido de restauração da Antiga Colônia Militar feito pela Presidente do órgão, Lucia P. F. de M. Falkenberg. Em ofício a Lucas Nogueira Garcez, Presidente da CESP pediu ajuda à autarquia: que tomasse para si a restauração do bem cultural em razão do estado de abandono da Colônia Militar, prédio de 1858, ressaltando novamente o valor turístico do bem cultural.²³⁷

Em resposta, Lucas N. Garcez argumentou que a restauração do edifício seria muito onerosa à CESP. A única ajuda que poderia ser oferecida pela CESP seria, conforme suas palavras:

(...) parece possível fazer alguns reparos e melhorar o acesso ao local, de modo que possa ter, o antigo edifício, certa atração turística como ruína histórica, sugestão essa que apresentamos a Vossa Excelência.²³⁸

Sobre a eficácia do Condephaat quanto à valorização e preservação dos bens imóveis para o turismo, discorre Marly Rodrigues:

Do ponto de vista do aproveitamento turístico do patrimônio, a eficiência do Condephaat é discutível uma vez que o poder público não oferece compensações legais ou fiscais que incentivem a preservação dos bens tombados. O estado de conservação dos bens, em geral precário, não atende ao pragmatismo exigido pelo consumo cultural e compromete a harmonia e a beleza buscadas pela indústria turística.²³⁹

A Presidente do Condephaat solicitou auxílio financeiro da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo para a restauração do imóvel em Itapura. Em seguida, o

²³⁷ Processo – SCET n. 12.318/69. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

²³⁸ Idem. P. 10.

²³⁹ RODRIGUES, 1996, p. 197.

Secretário de Estado Orlando Zancaner, em vista do interesse turístico do bem cultural, pediu ajuda ao Governador do Estado.

O Governador Roberto de Abreu Sodré autorizou a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Itapura, com finalidade de empreender, através de uma ação conjunta, a restauração do imóvel.

240

Note-se a insistência da Presidente do Conselho, Lúcia P. F. de M. Falkenberg, pois entra em contradição com as normas de tombamento, onde o proprietário fica encarregado de sua conservação e restauração.

Mas insistiu em obter o compromisso dos órgãos públicos paulistas para o restauro do Palácio do Imperador, tentando inicialmente com a CESP, depois através do SCET – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e, por fim, com o Governo do Estado que autorizou convênio com a Prefeitura Municipal de Itapura. Todo o apelo foi empreendido antes da resolução de tombamento.

No exame dos processos e guichês de tombamento foi o primeiro e único caso encontrado em que o próprio Conselho tomou para si a restauração de um imóvel e o único tombado em razão do valor turístico. Mas seria porque o bem remonta ao período Imperial? Seria razão suficiente para mobilizar amplos setores da administração pública em favor de sua restauração?

Com isso pode-se afirmar que os esforços na restauração e tombamento da Colônia Militar pelo Condephaat foram uma tentativa de “salvar” o último remanescente do período Imperial do oeste paulista, devido à inundação do restante

²⁴⁰ Processo – SCET n. 12.318/69.

das edificações do século XIX presentes no local, pois com a construção da barragem da CESP, até a cidade de Itapura teve de ser mudada de lugar, distante 500 metros do lago formado pela barragem.

Mas se a ambição pelo progresso e desenvolvimento não respeita nem a população das cidades, como podemos esperar, nesse caso, a preservação do patrimônio cultural?

Os bens apontados para tombamento constituem ícones da história oficial e, nesse primeiro momento se evidencia um distanciamento do órgão em relação à sociedade civil, pela mínima participação no curso dos processos de tombamento. Com isso, justifica-se o nome dado ao primeiro momento de atuação do Condephaat na região oeste paulista: *Patrimônio de Elite (1969 – 1972)*.

Em seu estudo sobre o órgão estadual de preservação, Marly Rodrigues afirma que durante o período de 1969 – 1975:

Ao fim de seis anos, os limites das possibilidades políticas de funcionamento de um órgão de patrimônio no quadro de distanciamento entre a sociedade e o Estado estavam delineados e reforçavam a concepção cultualista que orientara sua instituição, pois o tornaram cada vez mais voltado para o passado.²⁴¹

Sobre a valorização do turismo, pelos membros do Condephaat, evidenciado na análise dos processos de Tupã e Itapura, ambos tombados, pode-se dizer que, nesse momento, os membros do Condephaat e da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, estavam possivelmente orientados pela política de cultura em âmbito federal que, a partir de 1965, institui vários órgãos normatizadores da atividade cultural no país como o Conselho Federal de Cultura, o Conselho Nacional de

²⁴¹ RODRIGUES, 2000, p. 78.

Turismo e a EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, todos em 1966 ²⁴² e o DAC - Departamento de Assuntos Culturais do MEC em 1972. ²⁴³

Faça-se referência também à questão da autonomia do órgão paulista de preservação, onde ficou evidente a ingerência de membros da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo na condução dos três processos de tombamento examinados. O melhor exemplo disso foi o tombamento do Palácio do Imperador realizado pelo próprio Secretário de Estado sem consulta ao Condephaat.

2. PRIMEIRAS TENTATIVAS (1973 – 1984)

Esse período está considerado como intermediário na implantação das políticas de preservação para o oeste paulista. Intermediário porque apresenta alguns traços das políticas de patrimônio que serão consolidados no último período de estudo.

Foi a partir da década de 1970 que ocorreu o aumento gradativo da importância atribuída à preservação do patrimônio natural. Essa idéia originou-se na comunidade científica, diferentemente da preservação do patrimônio cultural que ficou circunscrito à atuação do Estado durante a Revolução Francesa. ²⁴⁴

No âmbito estadual, a valorização das áreas naturais teve no conselheiro Aziz Ab'sáber um dos seus principais expoentes. Nesse período foram tombados o

²⁴² ORTIZ, 1994.

²⁴³ MICELI, 1984.

²⁴⁴ FONSECA, 1997.

Maciço da Juréia e Rio Verde - Iguape - 1979 e a Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal - vários municípios - 1983, entre outros exemplos.²⁴⁵

Outro ponto importante sobre a política estadual foi o tombamento de grandes áreas urbanas, como os centros históricos, exemplo de Iguape - 1975 - São Luís do Paraitinga e Santana do Parnaíba - ambos em 1982, e de bairros, como os Jardins - 1986, no período posterior de análise da pesquisa, onde se confrontaram vários interesses, particularmente os da especulação imobiliária.²⁴⁶

Durante o segundo período (1973 – 1984), de onze anos, foram solicitados para o oeste paulista apenas dois estudos de tombamento de bens culturais, que contemplam decisões finais do Condephaat. Esse silêncio das políticas de patrimônio contrasta com o *boom* institucional em plano nacional.

Para compreender os principais fundamentos da política de preservação do patrimônio nesse momento devem-se observar na origem dos pedidos de tombamento as visões de história que se expressam, tanto das sociedades locais quanto dos membros do órgão paulista de patrimônio. Para finalizar, destaque-se uma contribuição inovadora, em plena ditadura militar: o tombamento de um bem cultural que representa a memória da imigração japonesa, o Cemitério Japonês de Álvares Machado.²⁴⁷

A solicitação de tombamento do Cemitério da Colônia Japonesa de Álvares Machado partiu da Delegacia Regional de Cultura de Presidente Prudente. O delegado Gilberto Malacrida ressaltou como itens importantes para o tombamento no nível estadual: o atributo mítico fundador do bem cultural, pois foi construído antes

²⁴⁵ RODRIGUES, 2000.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Processo n. 28.028/79. Centro de Documentação do Condephaat.

da chegada da Estrada de Ferro Sorocabana na região; o valor excepcional do bem, pois, de acordo com Gilberto Malacrida, trata-se do único cemitério japonês do Brasil.

E continua:

A colônia da gleba Brejão, no município de Álvares Machado, começou a funcionar em fevereiro de 1918, por iniciativa dos pioneiros Ken Itiro Hoshina e (...) Ogassawara, (...), para receberem os imigrantes japoneses, quando os trilhos da estrada de ferro, (...) não tinham chegado na região. Foram épocas difíceis e de muitos sacrifícios e obstáculos para os primeiros colonos da região da gleba Brejão, (...).²⁴⁸

O Delegado Regional de Cultura destacou o turismo em torno do bem cultural, pois de acordo com o Malacrida, descendentes de japoneses de várias partes do Brasil visitam todo ano o cemitério no segundo domingo de julho.

Marcelo Alario Ennes afirma que a formação das colônias japonesas foi parte do segundo momento da imigração nipônica no Brasil, quando os imigrantes, desiludidos com a tentativa de lucro rápido em terras brasileiras, optaram por fixar-se à terra, não mais como colonos e sim, proprietários, indo ao encontro das áreas ainda não desbravadas para praticar a agricultura.²⁴⁹

Sobre as colônias japonesas, Ennes discorre:

A formação de colônias responde a uma característica cultural japonesa, a saber o caráter gregário do povo. Associações de vários níveis, com propósitos vários, estruturaram-se a medida que as colônias consolidavam.²⁵⁰

²⁴⁸ Idem. P. 04.

²⁴⁹ ENNES, 2001.

²⁵⁰ Idem. P. 60.

O tombamento do atual Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente, antigo matadouro, foi desencadeado, outra vez, pela Delegacia Regional de Cultura, por meio do delegado Arthur Galvão de Mello.²⁵¹

Para atribuir mérito ao bem cultural, discorre o Delegado Regional de Cultura:

(...). Construído em 1929 por um dos membros da família Leão (...) – o Dr. Romeu Leão Cavalcanti teria pensado em instalar um matadouro. (...). Há vários anos o matadouro cessou as atividades, (...) até seu redescobrimto pela Comissão de Instalação e Organização do Museu, em 1974.

O edifício, de sóbrias linhas arquitetônicas desde a origem, continua sê-lo até hoje, abrigando de agora em diante o precioso acervo da Fundação Museu Histórico Municipal.²⁵²

Sobre o valor atribuído ao atual Museu, destaca-se, de novo, seu papel na composição do mito fundador, pois foi uma das primeiras construções de Presidente Prudente. Outro ponto é a valorização dos museus, como lugares de memória, ressaltado no pedido de proteção oficial.

O solicitante anexou ao guichê jornais locais que, no seu entendimento, comprovavam a importância do bem cultural no âmbito estadual. As notícias foram publicadas no Correio da Sorocabana, de Presidente Prudente, durante o período de 20 de abril de 1980 a 27 de julho de 1980, para a comemoração dos cinco anos de instalação do Museu Histórico Municipal.

Essas notícias enfatizam as relações entre museu e educação, a valorização das instituições de preservação da memória, como *Museu e Educação* (Correio da

²⁵¹ Guichê n. 001/80. Seção de Protocolo do Condephaat.

²⁵² Idem. P. 04.

Sorocabana de 20/04/1980), *O enfoque sócio-pedagógico na administração de um museu* (Correio da Sorocabana de 11/05/1980), entre outras notícias.

Na notícia do dia 27 de julho de 1980, intitulada *Características arquitetônicas um fenômeno social*, de autoria de Sebastião Jorge Chammé, destacou-se a história do bem cultural e a importância na preservação do imóvel para a memória local:

A iniciativa da construção do Matadouro deveu-se ao Dr. Romeu Leão Cavalcanti, médico, de origem nordestina, que via nessa construção uma oportunidade de melhorar as condições de saúde pública (...).

(...) fora buscar num bem montado matadouro de Piracicaba, idéias para a construção de Presidente Prudente, fator esse que visou ainda finalidades da arquitetura (...).

Eis aí a mais louvável preocupação quanto à preservação do edifício enfocado, hoje abrigando um acervo precioso a nível da cultura local.²⁵³

Durante a análise das políticas de patrimônio no oeste paulista foi a primeira vez que se encontrou um pedido de tombamento que partiu das sociedades locais, representada nesse caso pela Delegacia Regional de Presidente Prudente, o que justifica o título desse item da dissertação: *Primeiras Tentativas (1973 – 1984)*.

É importante notar a preocupação com a preservação da memória local e o envolvimento da comunidade de Presidente Prudente no pedido de tombamento do Museu Histórico Municipal, e de Álvares Machado, no estudo de tombamento do Cemitério Japonês. Essa participação local pode ser considerada pequena, mas representa muito em relação ao período anterior analisado.

²⁵³ Idem. P. 22.

A conselheira Maria Thereza S. Petrone deliberou em favor da abertura de estudo de tombamento do Cemitério Japonês - deliberação aceita pelo Egrégio Conselho Deliberativo, Ata – 425 - e ressaltou o valor histórico da imigração japonesa e da ocupação do oeste paulista:

(...), cujo início data de 1920, época em que se localizaram grandes levas de imigrantes japoneses no oeste paulista (...).

A abertura de processo de tombamento do cemitério japonês, pelas pesquisas que se farão necessárias, talvez permita inclusive um exame mais cuidadoso de outros bens culturais ligados à história da imigração e da ocupação das frentes pioneiras no nosso Estado (...).

²⁵⁴

É importante ressaltar a viagem feita por membros do Condephaat ao município de Álvares Machado para explicar e conscientizar o Prefeito Municipal e o presidente da Nihonjinkai (associação dos antigos imigrantes japoneses) sobre o significado do ato jurídico do tombamento, e vale lembrar, tudo isto antes do referido ato de proteção oficial ser decidido.

Transcrevemos um comunicado de Kazuo Miyazaki, Presidente da Colônia Japonesa, em que assinala o valor histórico e afetivo do bem cultural para a comunidade japonesa, endereçado ao Secretário de Estado da Cultura:

(...), o referido cemitério, constitui para nós, um marco histórico da cultura da imigração japonesa e campo sagrado onde foi derramado, sangue e suor, indício de lutas contra suas adversidades. ²⁵⁵

Na solicitação de Presidente Prudente, os conselheiros decidiram arquivar o pedido de tombamento, pois consideraram apenas o valor local do imóvel, histórico e

²⁵⁴ Processo n. 21.028/79, p. 22.

²⁵⁵ Idem. P. 29.

arquitetônico, não estadual, destacando que o bem não estava em perigo de destruição, sugerindo sua preservação no nível municipal.²⁵⁶

O Condephaat elaborou uma minuta, justificando a decisão:

Considerando que a Fundação Histórico Municipal de Presidente Prudente é uma instituição que se propõe a servir a sociedade da qual se torna parte integrante no processo de recuperar e preservar o patrimônio cultural do município, e que a comunidade já se conscientizou da necessidade de preservação desse bem cultural.

Com a participação de doações por parte de moradores da cidade, não seria de imediato seu tombamento, como grande necessidade por estar este patrimônio em perigo (...).

Isto nos mostra que como técnicas construtivas à representação da arquitetura brasileira pouco representa como valor histórico, não desmerecendo o valor técnico dos artesões locais. Este valor arquitetônico está representado a nível municipal (...).²⁵⁷

Analisando o conteúdo dessa citação verifica-se que além reconhecimento do valor local do bem cultural, no início da década de 80 as políticas de patrimônio já apresentavam traços da descentralização que seria adotada pelo Condephaat em favor da instituição de Conselhos Municipais de Preservação, fato esse que somente seria oficializado pela Constituição de 1988, como vimos no capítulo anterior.

O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em parecer favorável ao tombamento, datado de 10 de julho de 1980, inscreveu o Cemitério da Colônia Japonesa de Álvares Machado como parte integrante do patrimônio cultural paulista, enumerando quatro valores: etnográfico, histórico, afetivo e o estético:

a) valor etnográfico, pelos elementos característicos da cultura japonesa, aos quais acrescentam traços aculturativos;

²⁵⁶ Guichê n. 001/80.

²⁵⁷ Idem. S/P.

- b) Valor estético, pelo interesse formal (...);
- c) Valor histórico, por sua associação à atividade pioneira da colonização (...);
- d) Valor afetivo, pela referencia indispensável que constitui para os descendentes e para toda a comunidade.²⁵⁸

A proteção oficial do Cemitério Japonês foi noticiada em âmbito nacional em reportagem do jornal O Estado de São Paulo de julho de 1980, intitulada *Cemitério japonês é monumento*, e destacando os seguintes pontos:

(...). A cerimônia está marcada para domingo e faz parte das comemorações do dia de Finados japonês, na presença de membros do Condephaat e Secretaria da Cultura, que visitarão a região pela primeira vez.

A informação, transmitida por fonte oficial, causou euforia na colônia japonesa, que vê na medida a salvação do cemitério, composto por 180 túmulos. (...).

Durante a cerimônia, a ser presidida por Ruy Othake (...), os japoneses rememorarão a história do cemitério (...).²⁵⁹

O tombamento do Cemitério Japonês pelo Condephaat, em finais do Regime Militar, representou um avanço considerável dentro das políticas tradicionais de patrimônio, com a inclusão e o reconhecimento do primeiro bem cultural que não representava os valores cristãos da história oficial, a católica luso-brasileira²⁶⁰, e sim, da história da imigração japonesa no Brasil, o chamado patrimônio cultural não consagrado.²⁶¹

²⁵⁸ Processo n. 21.028/79, p. 59.

²⁵⁹ Idem. P. 76.

²⁶⁰ O tombamento do Casarão do Chá (1982); o Bairro do Cafundó (1990); exemplos de bens culturais representativos da comunidade japonesa e negra. RODRIGUES, 1996.

²⁶¹ A expressão “patrimônio cultural não consagrado” surgiu (...) para designar aqueles bens culturais que, até então, não integravam o universo do patrimônio histórico e artístico nacional. (...). *Tratava-se das produções dos “excluídos” da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes etc.* FONSECA, 1996, p. 159.

Com a inclusão do Cemitério da Colônia Japonesa reconhecia-se mais uma vez a pluralidade da cultura nacional, as múltiplas memórias formadoras da nacionalidade brasileira, em detrimento dos tradicionais bens em “pedra e cal”.

Sobre esse momento das políticas de preservação no Estado de São Paulo, Marly Rodrigues afirma:

(...). As considerações dos excluídos, das singularidades e o silêncio na atual escrita da História, é um fator que, juntamente com a percepção do patrimônio como fator cultural, tende a modificar este quadro, pois desvenda o existir não apenas de um patrimônio, mas de patrimônios, cada um dos quais referenciados em memórias específicas ou locais cujo valor tem que ser aferido por critérios múltiplos.²⁶²

No plano estadual das políticas de patrimônio, como já referido, o Condephaat passou a adotar novos objetos para proteção, incluindo o patrimônio natural e a ampliação da noção de patrimônio, aprofundada com o curso de Varine-Bohan em 1974.²⁶³

Sérgio Miceli sintetiza o momento da abertura política na área cultural:

As três últimas iniciativas relevantes no domínio cultural oficial ao longo dos anos 70 – a saber, a implantação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, do Centro Nacional de Referência Cultural, e a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró Memória – alteraram significativamente o perfil da vertente “patrimonial”, refletindo ao mesmo tempo a emergência de novas lideranças e orientação doutrinárias.²⁶⁴

²⁶² RODRIGUES, 1996, p. 198.

²⁶³ RODRIGUES, 2000.

²⁶⁴ MICELI, 1984, p. 59.

Na esfera federal, durante o período analisado, como já foi dito, houve um *boom* institucional das políticas de cultura, com a aprovação da Política Nacional de Cultura em 1975, o primeiro plano estatal para orientar as atividades culturais, e a criação de uma série de órgãos e entidades relacionados à cultura, como a Funarte (Fundação Nacional de Arte - 1975), o Concine (Conselho Nacional de Cinema - 1976), a Fundação Nacional Pró Memória (1979), a SEAC (Secretaria de Assuntos Culturais - 1978), entre outros, todos ligados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).²⁶⁵

2.1. Entre o imaterial e o material: a capela da família Ikeda

É importante analisar as relações entre o patrimônio imaterial e material no estudo e tombamento do Cemitério Japonês²⁶⁶, município de Álvares Machado.

Dez anos depois de tombado, através da Resolução n. 23 de 1980, o Condephaat recebeu um aviso de uma construção irregular dentro do perímetro tombado como patrimônio estadual, a Capela da família Ikeda. Juntado a esse aviso estava o pedido de demolição da capela, feito pelo órgão responsável.

A arquiteta Diana Danon do Condephaat discorre:

2 – Causa-me enorme surpresa que doze anos de seu tombamento seja questionada sua importância como bem cultural e histórico e como vem se arrastando durante dez anos a solução para a construção irregular da capela (...). Neste caso o CONDEPHAAT foi ignorado, (...).

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Processo n. 21028/79.

3 – A capela da família (...) deve ser inegavelmente demolida (...) já que descaracteriza o bem (...).²⁶⁷

A arquiteta do STCR a ausência de comunicação sobre a construção da capela, pois, como sabemos, toda alteração de bens tombados tem de ser aprovada pelo Conselho o que, nesse caso, não foi feito pela família Ikeda.

As relações entre o patrimônio material, representado pelo Cemitério em questão, e o imaterial, pelas variadas práticas religiosas que acontecem nesse espaço físico emergem claramente dessa discussão.

No tombamento de bens de natureza religiosa, estudado por Alexandre Fernandes Correa²⁶⁸ e Wanessa Pires Lott,²⁶⁹ quanto ao tombamento de bens etnográficos como os terreiros de candomblé em São Luís/ São Paulo e Belo Horizonte, é praticamente impossível dissociar o meio material do meio imaterial, como demonstra o tombamento do Cemitério Japonês.

Sobre o estudo de tombamento dos terreiros, em São Luís do Maranhão, Correa afirma:

(...). O que realmente é tombado num terreiro de mina ou candomblé? O que se tomba são os bens materiais e imateriais, os bens móveis, as heranças culturais e simbólicas? Tomba-se os ritos e a mitologia, o panteão das entidades, os vestuários, as cores da parede, o peji?

(...) A prática de tombamento deve evitar congelar, petrificar e fossilizar bens sociais e culturais que estão enraizados na vida social, na memória e tradição viva de grupos.²⁷⁰

²⁶⁷ Idem. P. 130.

²⁶⁸ CORREA, 2001.

²⁶⁹ LOTT, 2005.

²⁷⁰ CORREA, 2001, p. 157-158.

No caso da capela construída no Cemitério Japonês, foi o que ocorreu: a tensão entre o material e o imaterial e a figura jurídica do tombamento, uma vez que a capela da família Ikeda é um monumento aos mortos.

Como afirma Meneguello,²⁷¹ o sentido inicial de todo monumento é a rememoração. Neste caso significava rememorar os mortos que sepultados no local, representando os valores espirituais, ritualísticos, religiosos e também etnográficos, pois o bem cultural pertence à comunidade japonesa de Álvares Machado.

Quando ocorreu o fato as discussões sobre o patrimônio imaterial, que culminariam no registro desses bens no ano de 2000, ainda nem haviam se iniciado, mesmo entre os especialistas do IPHAN.

Em carta endereçada ao Prefeito Luiz A. Lustre, o Presidente do Condephaat, Marcos Duque Gadelho discorre sobre uma tentativa de resolver a questão:

(...), considerou indispensável uma tentativa de acordo entre a Prefeitura, a Associação Japonesa local e o Sr. José Ikeda, afim de que não venha a ocorrer nenhum problema de caráter sócio-cultural para a comunidade japonesa de Álvares Machado com a demolição pretendida por este órgão.²⁷²

Para resolver o problema gerado pela construção da capela, a presidência do Condephaat, em comum acordo com a Prefeitura Municipal e a Associação Japonesa local, resolveu em não demolir a capela, mesmo considerando que a sua construção desrespeitava uma norma do tombamento. O pedido de demolição foi arquivado.

²⁷¹ MENEGUELLO, 2000.

²⁷² Processo n. n. 21028/79.

Com esse arquivamento do pedido ficou resolvido o impasse. A demolição da capela da família Ikeda teria provocado sérios problemas locais entre o poder público e a comunidade japonesa, que integra grande parte da população de Álvares Machado, significando desrespeito para com o sagrado - o imaterial - a família Ikeda e a comunidade japonesa local.

3. INTERIORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO (1985 – 1999)

Nesse último período definem-se as principais características da política de preservação do Condephaat no oeste paulista: a valorização da memória social,²⁷³ entendida como objeto de proteção, o conflito de interesses com o crescente mercado imobiliário, a descentralização do Condephaat em favor da proteção dos bens em âmbito municipal, a participação social nas políticas de patrimônio e o recorrente argumento da perda dos bens culturais apontados para o tombamento.

Em primeiro lugar, analisaremos a visão de história expressa tanto pelos solicitantes quanto por membros do órgão paulista de preservação do patrimônio.

O processo da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a SANBRA, localizada no município de Assis, foi desencadeado pelo Prefeito José Santilli Sobrinho que enumerou os diversos significados que aquela indústria imprimira à sociedade da qual fora parte integrante:

O dia a dia vivido pela comunidade constitui-se num testemunho (...) da identidade de uma população com seu meio, considerando principalmente a condição de uma sociedade nova, com passado

²⁷³ MENESES, 1992. Artigo importante para o entendimento de conceitos e questões fundamentais que permeiam as relações entre memória e história.

recente, que possibilita aos mais jovens uma convivência harmônica com as autênticas raízes do passado (...). Construído em 1947, pela SANBRA (...), o conjunto arquitetônico abrigou a primeira indústria de grande porte instalada no município, destinada ao beneficiamento de sementes oleaginosas (...).²⁷⁴

Os valores destacados pelo Prefeito Municipal prendem-se à história de Assis, justificando a valorização da memória e da identidade local. Também aparece a ênfase no mito fundador: a SANBRA foi a primeira grande indústria instalada na cidade.

O pedido de tombamento da Grande Chaminé da extinta fábrica de cadeiras “Peliciari”, na cidade de Andradina, partiu da Câmara Municipal através do Presidente Olindo Pereira dos Santos em 08 de fevereiro de 1990, em nome do solicitante, o vereador Justiniano Rodrigues Moraes.²⁷⁵

O solicitante, em requerimento aos vereadores de Andradina, anexo ao guichê, ressaltou que a indústria “Peliciari” foi importante no contexto local tanto no âmbito social como econômico e destacou a Grande Chaminé, que ao seu entender é um

(...) marco representativo de uma importante época que já se foi, como que perdida nos anais, a nos lembrar áurea fase, a provocar justos sentimentos de nostalgia na alma de nosso povo, e, contudo, as nos trazer também imensa preocupação ante a possibilidade de que em um dia qualquer venha a deixar de existir.²⁷⁶

²⁷⁴ Processo n. 24.344/85. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT, p. 03-04.

²⁷⁵ Guichê n. 307/90. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

²⁷⁶ Idem. P. 03.

O tombamento do Teatro São Vicente ²⁷⁷ de Assis foi solicitado pela Prefeitura Municipal, novamente pelo Prefeito José Santilli Sobrinho através da Delegacia Regional de Cultura de Marília.

Santilli Sobrinho destacou a importância histórica do bem cultural para a população local, o caráter excepcional do bem quanto à qualidade acústica do teatro, e também sobre a falta de espaços culturais em Assis, fato esse enumerado em outros pedidos de tombamento, como o das Indústrias Matarazzo de Marília, objeto de análise do último capítulo.

E continua:

Construído sob orientação do padre Enzo Ticianelli, integrante pontifício Instituto Missionário Italiano, o prédio do Centro Católico mantém as linhas originais dos modelos de arquitetura italiana. Por isso mesmo, um empenho especial na edificação, de palco e caixa cênica possibilitou os resultados acústicos, que ainda hoje surpreendem técnicos e especialistas.

Na opinião de músicos especializados, esse fenômeno, é resultado feliz de uma coincidência casual e difícil de ser conseguida por meios técnicos. Essa revelação mobilizou toda a comunidade de Assis e iniciou-se um amplo movimento de preservação daquele local. ²⁷⁸

O historiador do STCR, Haroldo Leitão de Camargo, em parecer de novembro de 1986, ressaltou que o bem cultural apontado para tombamento é importante para a comunidade local e regional, mas não para o Estado. É um parecer um tanto controverso, pois ao mesmo tempo em que destacou o valor local do imóvel não transferia ao poder municipal a ação de tombamento.

Afirma Camargo:

²⁷⁷ Processo n. 24.042/85. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

²⁷⁸ Idem. P. 05-06.

Sob o ponto de vista histórico, o teatro deveria ser entendido num quadro mais amplo no contexto do Estado de São Paulo. Nessa medida, o teatro tem uma enorme importância local, para sua cidade e para a região. Entretanto, comparado às outras salas de espetáculos existentes no Estado sua importância é mínima.²⁷⁹

A conselheira Anna Maria Martinez Correa foi favorável ao tombamento do Teatro São Vicente ressaltando o valor local e afetivo do bem cultural para a população de Assis. Como ainda veremos nesse capítulo, o que ocorreu em Assis foi o maior movimento social em torno da preservação do patrimônio do oeste paulista. Outro ponto enfatizado foi a ameaça de perda desse bem, com o aumento da especulação imobiliária e da verticalização empreendida nos municípios da região:

(...). Trata-se, antes, de respeitar um desejo da comunidade assisense, que vê no teatro São Vicente um patrimônio seu. Considero o teatro São Vicente como um monumento histórico para a cidade de Assis, impregnado de valor simbólico para a população que o tem como um marco de sua identidade cultural.²⁸⁰

O parecer da conselheira, destacando o valor afetivo e local do imóvel, foi acatado pelo Egrégio Colegiado em 15/12/1986. Inscreveu-se o Teatro São Vicente como parte integrante do patrimônio cultural paulista.

Os estudos para o tombamento da Sede da Fazenda Santa Sofia e do Mirante iniciaram com a solicitação da Promotoria de Justiça do município de Presidente Venceslau, através dos promotores públicos Eduardo Araújo da Silva e João Aparecido dos Santos.²⁸¹

²⁷⁹ Idem. Pg. 35.

²⁸⁰ Idem. P. 388-389.

²⁸¹ Processo n. 26.912/89. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

Os promotores ressaltaram a importância da Fazenda Santa Sofia no momento inicial da ocupação do oeste paulista. Segundo os promotores o imóvel foi uma das primeiras fazendas da região, residência do primeiro prefeito de Presidente Venceslau, onde aparece, de novo, a valorização do momento inicial, como a fundação das cidades, ponto principal na identificação de sua memória e de sua identidade.

Os solicitantes compararam a Fazenda Santa Sofia às fazendas dos Estados Unidos e o Mirante a um estilo de arquitetura européia sem, no entanto, precisar o estilo arquitetônico, enfatizando o seu idealizador, Álvaro Antunes Coelho:

(...) formam singular conjunto arquitetônico, fruto da inteligência, criatividade do senhor Álvaro, cuja cultura foi assimilada nos claustros dos conventos lusitanos, (...), justificando, pois, a beleza estética dos monumentos.

Tal beleza inclusive já determinou a presença da “torre” em cartões postais da região (...).²⁸²

O cidadão João Marques de Oliveira, em carta datada de 05 de janeiro de 1979, endereçada ao proprietário do bem apontado para o tombamento, Álvaro Ribeiro Coelho, pediu a conservação da sede da Fazenda Santa Sofia como forma de preservar a história de Presidente Venceslau e solicitou a instalação de um museu histórico no local.

Em parecer da conselheira Maria Ângela D’Incao, favorável à abertura de processo de estudo de tombamento, ressaltou o valor da Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante para a cidade de Presidente Venceslau e para a região do oeste

²⁸² Idem. P. 06.

paulista, representando um ciclo econômico importante no Estado de São Paulo, a expansão da cultura cafeeira e o conseqüente povoamento da região.

A conselheira relatou ainda a participação da esposa do senhor Álvaro Antunes Coelho, Dona Carmem Coelho, que segundo Maria Ângela D’Incao foi líder política regional. Insiste ainda:

Neste imóvel ocorreram grande números de reuniões políticas sob a direção da chefe política da região, Dona Carmem Coelho, esposa de Álvaro Coelho e figura interessante e precursora, digamos assim, da liberdade feminina. Um estudo mais aprofundado, tanto da casa como de sua história deverá se proceder, assim como, um estudo de sua arquitetura.²⁸³

O técnico do Condephaat, Flávio Luiz M. B. de Moraes, manifestou interesse em preservar a Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante, destacando o valor arquitetônico do conjunto:

(...) o conjunto edificado exemplo fiel de uma postura cultural trazida de fora para nosso meio, no modo de construir e pensar os espaços numa região ainda virgem de pesquisa científica com essa finalidade nos leva a manifestar uma posição favorável a sua preservação.²⁸⁴

Até o momento foi o único bem cultural tombado no oeste paulista em razão de seu valor arquitetônico. Na minuta de resolução de tombamento, elaborada por Flavio Luiz M. B. de Moraes, enviada à Presidência do órgão, enfatiza-se a excepcionalidade do bem cultural como sendo o principal quesito que levou a Sede da Fazenda Sofia e Mirante a serem considerados como patrimônio cultural paulista.

O pedido de tombamento da Capela e do Túmulo do “Menino da Tábua” em Maracaí foi solicitado pelo Poder Executivo e apoiado pelo Legislativo local. O

²⁸³ Idem. P. 29.

²⁸⁴ Idem. P. 140.

Prefeito, José Roberto Brasil Machado, em ofício datado de 15/09/1995 encaminhado ao Presidente do Condephaat enumera como principal item para a proteção estadual a valorização do turismo em torno dos bens culturais.²⁸⁵

E continua:

(...) como mostram as evidências anexadas a este ofício, a cidade recebe milhares de romeiros de todo o Brasil e semanalmente para a visitação pública.

(...) Deste modo, muitas vezes ficamos impossibilitados de atender as necessidades básicas do povo visitante por discordância de alguns membros da família criando um impasse e uma dificuldade do prefeito agir de forma correta com relação à recepção dessa população crente e de benfeitorias que poderíamos ter feito no local para adequá-las as necessidades que toda essa multidão que nos visita.²⁸⁶

Como podemos observar o Prefeito Municipal, além de valorizar o turismo no município, o tombamento estadual poderia ajudar a resolver, como relatou o Prefeito, o *impasse* em torno da família do “Menino da Tábua”, com a inscrição dos bens no Livro do Tombo e o reconhecimento no nível estadual.

A historiadora do STCR Edna Kamide ressaltou que a Capela e Túmulo do “Menino da Tábua”, já fora objeto de preservação pelo poder público municipal através da Lei n. 1.195, e com isso, sugere que o guichê seja arquivado.

A conselheira Maria Luiza F. de Mello, reiterando o parecer do STCR, destacou que o bem cultural não possui méritos históricos e arquitetônicos que justificassem seu tombamento no âmbito estadual e, com isso, o Egrégio Colegiado decidiu pelo arquivamento do guichê aos 08/09/1997.

²⁸⁵ Guichê n. 444/95. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

²⁸⁶ Idem. P. 02.

Pelo que foi visto podemos afirmar que mesmo com a ampliação do conceito de patrimônio, com a valorização e democratização da memória social, o valor arquitetônico continua pesando incisivamente nas decisões finais do órgão paulista de preservação.

Nesse período destaca-se também a ênfase no argumento da perda, devido ao crescente conflito com o mercado imobiliário. O parecer da historiadora Celina Kuniyoshi chamou a atenção para os riscos de destruição da SANBRA em Assis,²⁸⁷ dado o seu estado de abandono.

A conselheira Anna Maria Martinez Correa corroborou a afirmação de que o referido bem cultural estava em perigo de destruição, como fica demonstrado no seguinte trecho de seus comentários:

(...) essas edificações, que constituem testemunho de um momento histórico importante vivido pela região da Sorocabana, encontram-se ameaçados de destruição, para fim de loteamento (...).²⁸⁸

No guichê da Grande Chaminé da Indústria “Peliciari” de Andradina, o vereador solicitante, além de destacar a chaminé e a sua importante referência para a sociedade local, relatou também a possibilidade de destruição do bem cultural.²⁸⁹

No parecer de tombamento do Teatro São Vicente, a conselheira Anna Maria Martinez Correa discorre sobre a possibilidade da perda do bem cultural em questão:

(...). O fato é mais grave se considerar a disposição da Paróquia São Vicente. Existe, portanto, uma ameaça real de destruição do

²⁸⁷ Processo n. 24.344/85. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT. Sobre o argumento da perda é importante a leitura da obra de José Reginaldo Santos Gonçalves: *A retórica da perda*. 1996.

²⁸⁸ Idem. P. 39.

²⁸⁹ Guichê n. 307/90. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

edifício e da substituição do teatro por uma edificação que atende às aspirações da especulação imobiliária.²⁹⁰

Os promotores que solicitaram o tombamento da Sede da Fazenda Santa Sofia em Presidente Venceslau entraram com uma Ação Civil Pública contra o proprietário, Álvaro Ribeiro Coelho, proibindo-o de empreender qualquer descaracterização do bem cultural:

(...) devido a crescente especulação imobiliária neste município, tais monumentos estão sendo ameaçados de destruição, tendo em vista que o requerido resolveu transformar a antiga fazenda Santa Sofia em um condomínio fechado, (...).

(...), pois da noite para o dia podem ser objeto de destruição, o que acarretará incalculável prejuízo à gente desta região, já que somente guardarão na memória a lembrança da primeira fazenda deste município.²⁹¹

É importante destacar no discurso do solicitante o argumento da perda, representado pelo perigo iminente de destruição deste bem cultural pela crescente especulação imobiliária, sempre referida pelos especialistas do patrimônio. Importante também é a valorização da memória como direito social e expressão da cidadania.

Durante o terceiro período de atuação do Condephaat no oeste paulista, na questão da participação social, verificamos dois importantes movimentos sociais locais em torno da preservação do patrimônio, particularmente dos seguintes bens culturais: a Capela e Túmulo do “Menino da Tábua” em Maracaí, e o Teatro São Vicente de Assis.

²⁹⁰ Processo n. 24.042/85, p. 388.

²⁹¹ Processo n. 26.912/89, p. 23.

O poder público de Maracaí anexou ao guichê um abaixo assinado contendo quatorze páginas, e também jornais locais, destacando a valorização do turismo em torno da Capela e do Túmulo do “Menino da Tábua”. São exemplos das notícias: *Romeiros invadem a cidade* (Folha de Maracaí da primeira quinzena de 1995), *Fiéis pagam suas promessas por ter seu pedido atendido* (Voz da Terra Regional de 03/09/1995), entre outras.

Na notícia intitulada *Cidade espera receber milhares de romeiros domingo* do jornal Voz da Terra Regional (Assis, 27/08/1995), foram ressaltados o turismo e a fé dos romeiros:

Maracaí se prepara para receber os milhares de romeiros que comparecem assiduamente a cada aniversário da morte do “Menino da Tábua”. A Prefeitura Municipal articulou um forte esquema de organização (...). Aproximadamente 150 pessoas estarão envolvidas nessas atividades (...).

Todos os anos centenas de ônibus chegam a Maracaí no último domingo de agosto. De dentro deles saem rostos aflitos, olhares esperançosos e mãos trêmulas de quem faz da sua fé a sua única esperança.²⁹²

Mobilizaram-se o Poder Público Municipal - solicitante do tombamento - e entidades da sociedade civil organizada como a Comissão Pró Teatro São Vicente, a Universidade Estadual Paulista e a grande maioria da população local.

Para se verificar o conhecimento e a participação da comunidade de Assis, está apenso ao processo de tombamento, um abaixo assinado constante das páginas 104 a 385, de aproximadamente dez mil assinaturas dos munícipes.

²⁹² Guichê n. 444/95. P. 33.

Outro ponto que evidencia a participação da comunidade local fica em torno da quantidade de jornais locais apensos ao processo, que enfatizam principalmente a relação entre a sociedade com o bem cultural: *Comunidade recupera Teatro* (Voz da Terra de 30/01/1982), *A conservação do cinema* (Voz da Terra de 16/12/1983), *Na luta pelo São Vicente, 50 pessoas em reunião com o prefeito* (Voz da Terra de 09/10/1986), *Cresce a defesa do cinema* (A Gazeta de Assis, 10/10/1986), entre outras.

Na notícia *Reiniciado movimento para defender o “Cine São Vicente”*, do jornal A Gazeta de Assis, assinalava-se:

Reunidos na última quarta feira no Cine São Vicente, lideranças políticas, representantes da Adunesp, grupo ecológico e Setor de Cultura da Prefeitura decidiram adotar novas maneiras de reativar o movimento em favor da preservação do antigo São Vicente.

(...) Toda a história do movimento iniciado em 81, e um pouco da fantástica história do Cine São Vicente será publicada amanhã na página especial de cultura “Abertura”. O motivo de tanta demora na finalização e concretização do tombamento e o porquê a população anseia tanto esse espaço.²⁹³

Nessa citação evidencia-se um pouco da movimentação que se verificou em torno do tombamento do Teatro São Vicente.

A UNESP de Assis em ofício enviado à Presidência do Condephaat datado de 09/10/1986 destacou a falta de locais para práticas culturais da população e para a própria universidade pública. Outra entidade, a Comissão Pró Teatro, solicitou auxílio da Secretaria de Estado de Cultura para a liberação de recursos necessários

²⁹³ Processo n. 24.042/85, p. 80.

à compra do bem cultural, de propriedade da Paróquia da Catedral, pela Prefeitura Municipal.

O embate político pela preservação da memória - via discurso simbólico - entre os membros do Condephaat e os conflitos de interesse com o mercado imobiliário em torno dos bens culturais apontados para a proteção oficial foram e continuam sendo a principal característica da política estadual de preservação do patrimônio durante o período estudado.²⁹⁴

No processo da SANBRA ficou patente o embate político na preservação da memória, tanto entre os próprios membros do Condephaat quanto entre eles e a sociedade civil.

O arquiteto Bernardo José Castello Branco, Chefe da Seção de Projetos do Condephaat, não atribuiu qualquer tipo de valor ao conjunto da SANBRA em Assis, histórico ou arquitetônico. Sugeriu que a proteção do bem cultural fosse efetivada no âmbito municipal que proporcionaria a preservação do manancial que abastece a cidade de Assis. Ressalta em seu parecer:

Senhor diretor técnico,

1 – Babilônia de arquitetura confusa, sem estilo e de mau gosto, não vejo nada pela documentação fotográfica anexa que justifique ao menos uma vistoria com finalidade de preservação, muito menos qualquer interesse quanto ao tombamento da área proposta, sem valor documental.²⁹⁵

²⁹⁴ É preciso destacar a análise da casa da rua D. Pedro, 87 e das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, ambos em Marília, estudados no Capítulo 4 desta dissertação.

²⁹⁵ Processo n. 24.344/85. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT, p. 51.

Ficou evidente que o arquiteto não levou em conta a importância da indústria SANBRA como referencial histórico e urbanístico, conforme o que havia sido exposto pelo Prefeito Municipal.

Em clara insatisfação com o parecer do arquiteto Bernardo José Bernardo Castello Branco, Marcos Sorrentino, presidente do GEA – Grupo Ecológico de Assis – entidade da sociedade civil, enviou uma carta ao Presidente do Condephaat argumentando a necessidade de proteção dos mananciais de Assis. Insiste contra o argumento do arquiteto:

(...) de que o prédio “não tem valor documental”, pois se trata da primeira indústria de Assis, que marcou um clíco econômico da região, fundamental na formação e desenvolvimento desta cidade, do qual não restam muitos testemunhos arquitetônicos. (...).²⁹⁶

O arquiteto atendeu ao pedido de reconsideração da conselheira Anna Maria Martinez Correa, mas negou novamente o valor arquitetônico da SANBRA. Nesse sentido, solicitou à conselheira que distinguisse os conceitos de área natural e de manancial, retornando o processo à Presidência do órgão.

Em vista disso, a conselheira elaborou um parecer onde destacou que a SANBRA constituía bem cultural que, ameaçado de destruição, era representativo da história local dada sua presença e significado para a economia regional. Ressalta:

Aqueles valores têm significado especial para a comunidade assisense (...). Nossa sugestão é, portanto, que este processo seja sobrestado para que o caso de possível tombamento do conjunto arquitetônico da SANBRA seja retomado pelos órgãos locais (...).²⁹⁷

²⁹⁶ Idem. P. 52.

²⁹⁷ Idem. P. 57.

Durante esse período, outro critério importante na preservação da memória paulista e com grande influência na condução dos processos, como veremos mais adiante, é o conflito de interesses entre o público e o privado, representado pelo mercado imobiliário.

Depois do parecer da conselheira Anna Maria Martinez Correa, que evidencia os valores da SANBRA para a sociedade local, entra em cena o seu proprietário, a SUDESTE – Empreendimentos Imobiliários, que nega a intenção de loteamento, reconhecendo apenas sua intenção de venda.

Acusou o Prefeito Municipal de querer, ele mesmo, lotear a área, sem qualquer tipo de preocupação com seu valor enquanto manancial. Outro argumento apresentado pela SUDESTE relaciona a proposta de tombamento a interesses políticos da Prefeitura, mascarados pelas declarações de seu interesse para a comunidade assisense.

A proprietária contratou o arquiteto Adolpho R. Morales que reafirmou a posição da SUDESTE, negando o valor histórico, cultural e ambiental do conjunto arquitetônico. Ainda assim, acaba destacando o valor artístico do bem como de alguma valia:

(...) Conclusão do capítulo – Ao nosso entender, face à fragilidade da proposição da Prefeitura et alli, o porque e o para quem da proposta redundaram precários, restaria apenas o aspecto artístico como substancial essencial no efeito de tombamento (...).²⁹⁸

Com isso, o Egrégio Colegiado em Sessão Ordinária de 14 de setembro de 1987, Ata – 758 reconheceu o valor do bem apenas para o nível municipal e aguardou sessenta dias, prazo em que o bem ficou protegido pelo Conselho, para

²⁹⁸ Idem. P. 60.

que os poderes executivo e legislativo municipal de Assis tomassem para si a tarefa de sua preservação.

Pode-se considerar que, em relação aos bens culturais, a Casa Souza Leão que pertence a Prefeitura Municipal de Tupã e o Teatro São Vicente de Assis, também da Prefeitura local, constituem exemplos do poder público municipal assumido como agente essencial na preservação do patrimônio cultural.

A Mitra Diocesana de Assis, depois do parecer favorável ao tombamento do Teatro São Vicente, entrou em cena refutando o ato administrativo, na pessoa do Monsenhor Floriano Garcez. Desqualificou o valor histórico (“existem outros bens culturais mais antigos em Assis”, valorizando de novo o mito fundador) e arquitetônico do bem cultural e ressaltou o valor econômico do bem para a Igreja Católica, enumerando outros bens de Assis que, no seu entendimento, seriam mais importantes que o teatro no que tange os valores históricos e arquitetônicos:

Por todos os motivos aqui alinhados, espera-se a não ratificação da medida de tombamento do prédio em apreço, como salutar e cristão medida de justiça.²⁹⁹

Em vista dessa contestação, a conselheira Maria Ângela D'Incao elaborou um parecer onde se manifestou favorável a decisão de tombamento feita por Anna Maria Martinez Correa e refuta a posição da Mitra Diocesana de Assis. Mas foi apenas em 19/12/1989 através da Resolução SC n. 31, o tombamento foi homologado pelo Secretário de Estado da Cultura.

O proprietário da Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante³⁰⁰ em Presidente Venceslau, Álvaro Ribeiro Coelho, entrou com um Mandado de Segurança na

²⁹⁹ Processo n. 24.042/85, p. 397.

Justiça objetivando anular o processo de estudo de tombamento. O advogado João Braz Serraceni afirmou que os prazos para uma decisão de tombamento expiraram em mais de sessenta dias.

O Juiz de Direito Thales Estalishau do Amaral Sobrinho caracterizou a ação do Condephaat como abuso de poder, pois não liberou nem tombou o bem cultural:

Isto posto, (...), concordo em parte a segurança, (...) Sr. Presidente do CONDEPHAAT, no prazo de 60 dias contados da intimação desta sentença, ultime o processo de estudo de tombamento, iniciando ou não a abertura do processo, (...).³⁰¹

Mas o proprietário Álvaro Ribeiro Coelho, por meio de seu advogado Mario Roberley Carvalho da Silva, entrou novamente com um Mandado de Segurança contra o Presidente do Condephaat, alegando não possuir condições financeiras para recuperar o imóvel. Pediu o cancelamento do tombamento afirmando não ter condições de atender ao Decreto que determinou a área de entorno dos bem tombados.³⁰²

O Presidente do Conselho, Edgard de Assis Carvalho, em comunicado ao Juiz de Direito Ari Alves Arantes, insurgiu contra o Mandado de Segurança impetrado pelo proprietário reafirmando o interesse do órgão em preservar: *um testemunho da história paulista*.

O Juiz de Direito de Henrique Ferraz C. de Mello emitiu sentença e ressaltou o valor histórico do bem cultural, corroborado por Álvaro Antunes Coelho, pois o local foi parte da história da família do proprietário. E continua:

³⁰⁰ Processo n. 26.912/89. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

³⁰¹ Idem. P. 103. Mas o processo de estudo de tombamento já havia se iniciado com o parecer da conselheira Maria Ângela D'Incao acatado pelo Egrégio Colegiado em 08/05/1989. A decisão judicial é de 29/01/1990.

³⁰² Decreto n. 13.426 de 16/03/1979 define em 300 metros a área envoltória dos bens tombados. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

A torre ou mirante, por sua vez, tornou-se símbolo arquitetônico da cidade, como se vê na impressão deixada pelo cartão folha 12. (...). Ela e a mansão do primeiro prefeito formam um todo harmônico, visão histórica do passado, deixado pela ação do tempo.³⁰³

Relatou que o impetrante insurgiu apenas contra a questão do entorno. Com isso, o Juiz sentenciou o proprietário a não realizar o loteamento pretendido. O Juiz de Direito Danilo Panizza Filho denegou o Mandado de Segurança impetrado por Álvaro Ribeiro Coelho.

Mas o proprietário, em carta endereçada ao Presidente do Condephaat em 11 de fevereiro de 1992, acatou a preservação do bem cultural, mas criticou incisivamente o entorno, dado seu interesse em construir um condomínio fechado, sobre o que afirmou:

Com a altura de 3,50 metros fica vedada a realização de um loteamento em regime de condomínio fechado que daria segurança e proteção aos imóveis tombados, (...). Não era nem é nossa intenção descaracterizar ou destruir os imóveis históricos (...), o loteamento vira proporcionar a segurança necessária à preservação, evitando atos de vandalismo (...).³⁰⁴

Argumentou que a sua família sempre preservou o imóvel, residência de seu pai, e pediu a resolução da questão sobre a área envoltória. Em mais duas cartas datadas de 27 de março de 1992 e 12 de junho de 1992, solicitou uma solução para a questão do entorno.

Na última correspondência sustentou não possuir condições financeiras, pedindo auxílio ao Condephaat para resolver a questão. O que mostra que o

³⁰³ Idem. P. 259.

³⁰⁴ Idem. P. 294.

tombamento, em alguns casos, não está em consonância com os anseios econômicos dos proprietários dos imóveis sob proteção oficial do Estado.

O arquiteto Nilson Ghirandello do Condephaat, na tentativa de resolver a questão da área envoltória do bem cultural, pediu a presença do proprietário no Conselho e decidiu:

3 – Como permuta e em contra partida na liberação deste lote, o Conselho poderia exigir a restauração da casa, e especialmente da torre, (...).³⁰⁵

No processo de tombamento da Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante não houve um embate entre historiadores e arquitetos do Condephaat, mas as disputas ficaram circunscritas em torno da área envoltória do bem cultural por parte da não aceitação por parte do seu proprietário.

Na análise do estudo de tombamento da SANBRA em Assis, a historiadora Celina Kuniyoshi ressaltou a ausência de estudos sobre este tipo de indústrias de produção de óleos vegetais no Estado de São Paulo e, pela primeira vez, aparece na análise dos processos e guichês de tombamento o critério de preservação de áreas naturais como item relevante para as decisões finais:

Após minuciosos estudos, constatou-se que esta área além de historicamente fundamental para o município, a sua preservação se faz necessária, uma vez que nela se concentra a fonte de abastecimento denominada 'Cabeceira da Água da Porca', também conhecida como 'Água Leandra', que juntamente com a 'Água do Cervo' formarão a represa de abastecimento da cidade.³⁰⁶

³⁰⁵ Idem. P. 325.

³⁰⁶ Idem. P. 08.

É importante destacar a valorização das chaminés, no pedido de tombamento da Chaminé da indústria “Peliciari” em Andradina, já analisado e desencadeado pelo Legislativo local.

No exame do Guichê da Grande Chaminé da indústria “Peliciari” em Andradina observa-se que a solicitação de tombamento da Grande Chaminé dá ênfase à preservação dos registros da memória local. Outro ponto importante está no fato de o poder público escolher apenas a chaminé para o tombamento e não o imóvel industrial como um todo, como se percebe no discurso do vereador.

Na análise do pedido de Andradina, bem cultural de natureza industrial ficou evidente o destaque dado às chaminés, símbolos do poder econômico, ressaltado pelo poder público local.

Sobre a atuação do poder municipal, nos dois casos citados, os pedidos de tombamento partiram, um do Executivo e o outro do Legislativo. Nos dois casos onde o Poder Municipal manifestou interesse em preservar um bem cultural não houve resposta, por motivos que não pudemos identificar, às solicitações do Condephaat, incluindo a pesquisa e o fornecimento de informações. O que resultou afinal no arquivamento do estudo de tombamento.

É importante ressaltar a questão da descentralização do Condephaat em favor da proteção dos bens culturais ao âmbito local, práticas verificadas na análise do pedido de tombamento da Capela e do Túmulo do “Menino da Tábua” e da SANBRA. No primeiro o poder municipal, no decorrer do estudo do guichê, já protegeu o bem cultural através de lei municipal. No segundo caso, o Condephaat reconheceu valores apenas de âmbito local. Esses dois pedidos de tombamento foram arquivados.

O último período analisado coincide com a redemocratização da sociedade brasileira. Já foram analisados, no capítulo 2, os elementos principais da política de preservação, tanto no âmbito estadual como federal, os marcos que influenciaram a política de patrimônio durante esse período, a Constituição de 1988, a política neoliberal com a falta de apoio e incentivo a área da cultura, o Decreto Federal 3.551 de 04 de agosto de 2000 que institui o Patrimônio Imaterial e o Programa Monumenta.

Na análise dos estudos de tombamento da terceira fase de atuação do Conselho no oeste paulista, destacam-se como principais aspectos o aumento gradativo da participação das sociedades locais, não da sociedade civil mas de órgãos da administração pública (exceto o Teatro São Vicente que, como vimos, foi literalmente um movimento social), revelando, ao nosso entender, que a maioria das discussões sobre a preservação do patrimônio continuou restrita a setores da própria burocracia estatal.

Outro aspecto importante fica em torno do argumento recorrente, tanto nas solicitações como nos pareceres técnicos, sobre a possibilidade de destruição dos bens culturais apontados para o tombamento, o que não acontecia na análise dos estudos de tombamento durante a primeira fase de atuação do Condephaat no oeste paulista, bem como nos bens da segunda fase, em que os bens selecionados para a proteção partiam de pedidos de dentro do próprio órgão.

O perigo de destruição dos bens culturais, fruto da crescente especulação imobiliária, onde o valor econômico dos imóveis pesou gravemente contra as decisões do Condephaat, na maioria das vezes através da recusa do proprietário ao ato administrativo, proporcionou entraves políticos originados dos conflitos entre o público e o privado.

É importante destacar, nos pedidos das sociedades locais, a valorização da memória social, entendida como expressão da cidadania, e a inclusão da preservação do meio ambiente como importante direito social.

Nos dez estudos de tombamento analisados até o momento a origem da maioria veio de membros da administração pública, tanto no âmbito estadual como no municipal. Isto evidencia que os meios mais representativos de apresentação das propostas ao órgão paulista de preservação ficam em torno da própria Administração Pública.

Um aspecto recorrente, observado no exame dos processos, particularmente os da Casa Souza Leão e da SANBRA, foi a constante disputa entre historiadores e arquitetos, em que os últimos negam constantemente o valor arquitetônico, portanto histórico, do imóvel em questão.

Percebe-se que, pelo fato de tratar-se de bens localizados em uma região de ocupação recente do estado de São Paulo, não são reconhecidos como parte dos estilos arquitetônicos privilegiados pelas políticas de preservação.

As sociedades locais tiveram pouco conhecimento dos estudos de tombamento, exceto nos casos de Maracaí - Capela e Túmulo do "Menino da Tábua" - e de Assis - Teatro São Vicente - onde a sociedade local esteve inteiramente mobilizada e informada dos acontecimentos relacionados preservação do seu patrimônio.

Exerceram influência, quanto à condução dos processos e guichês, pequenos grupos organizados como o Grupo Ecológico e a Comissão Pró Teatro São Vicente, ambos de Assis. Isto nos dá suporte para afirmar que as discussões sistemáticas sobre a preservação do patrimônio cultural ficaram circunscritas a pequenos grupos.

Na análise dos bens culturais propostos para tombamento, foi o valor histórico, avaliado pela referência ao momento fundador das cidades, o mais exposto e recorrente, tanto dos solicitantes quanto dos membros do Condephaat, conceituando o patrimônio cultural como o conjunto de bens associados à história como visão do passado remoto. Os bens culturais, portanto, não passariam de registros desse passado distante, revelando uma concepção da história ligada aos grandes feitos e aos grandes homens.

A valorização da memória social foi manifestada principalmente nas solicitações locais, entendidas como importante direito social, expressão da cidadania.

Os critérios de seleção, utilizados pelos usuários locais dos bens culturais para a proteção oficial basearam-se principalmente nos bens que tiveram um papel fundamental na formação dos municípios do oeste paulista, como a função desempenhada pela atividade industrial, das residências, das fazendas e mirante, teatros, cemitérios, entre outros, que são uma referência histórica do presente. A sua preservação estabeleceria uma continuidade entre o passado e o presente.

Os pareceres de técnicos e conselheiros do órgão paulista de preservação se pautaram, na maioria das vezes, em concepções da história que, mesmo na época em que se deram, já estavam superadas pelo avanço das pesquisas históricas, como a idéia dos ciclos econômicos na ocupação da região oeste paulista. A preocupação com a preservação, em si mesma, de registros da memória foi pouco observada no exame dos processos e guichês de tombamento. O argumento recorrente do Condephaat, em consonância com as solicitações, foi a possibilidade de destruição dos bens culturais.

A memória do oeste paulista, até agora, está sendo construída principalmente pelos critérios desenvolvidos pelos arquitetos, dada a sua influência na condução dos processos de tombamento, muito maior do que podem os seus colegas historiadores.

O período da fundação das cidades e a importância atribuída ainda a figuras políticas importantes, como os fundadores e os primeiros prefeitos, são valores que acabam integrando a construção da memória coletiva, revelando a disputa, também nesse espaço simbólico, pelo predomínio social e econômico.

Nesse sentido, é importante destacar que os pedidos de proteção oficial feitos pelas sociedades locais não ultrapassaram o corte cronológico da década de 1940, exceto os pedidos do Teatro São Vicente (1948) e da SANBRA (1947), confirmando a hipótese principal desta pesquisa sobre o predomínio de uma visão de história que privilegia o passado remoto em detrimento da história presente.

CAPÍTULO 4

PÚBLICO *versus* PRIVADO: O TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO EM MARÍLIA

(...), é preciso levar em conta que os objetivos e procedimentos do mercado e da cultura não são e não podem ser os mesmos e são de natureza a provocarem conflitos. A lógica do mercado, que pressupõe, por exemplo, a obtenção de lucros, tende a instrumentalizar a cultura; esta, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade, em que a produção de sentido e da comunicação é que constitui a prioridade. Cálculo de investimento/ retorno, custo/ benefício só são legítimos, no campo da cultura, se estes termos forem determinados segundo hierarquia fundamentada na lógica cultural. (...).³⁰⁷

Neste capítulo temos por objetivo a análise pontual de dois processos de tombamento do município de Marília, a Casa da Rua Dom Pedro, 87, e das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, e com isso, demonstrar o teor informativo da fonte utilizada na pesquisa, os processos de tombamento, apresentando os trâmites burocráticos e os conflitos de interesse que permeiam a preservação da memória paulista.

A escolha dos processos e guichês de tombamento justifica-se pelo fato de apresentarem um conteúdo documental e informativo que permite exemplificar as possibilidades de discussão em torno das relações entre história e política³⁰⁸, expressas com clareza nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

³⁰⁷ MENESES, 2000, p. 43.

³⁰⁸ BORGES, Set/ 1991 e Ago/ 1992.

Maria Cecília Londres Fonseca estudou os processos de tombamento do IPHAN. Sobre sua natureza, possibilidades e importância, afirma:

A partir da década de 60 esses processos passaram a ser formados segundo uma certa sistemática, constituindo em verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas documentos oficiais (pedidos de tombamento, notificações ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo, eventuais impugnações e contra razões etc.) como todo material que diga respeito ao processo (recortes de jornais e revistas, cartas, abaixo-assinados, informações extraídas de livros e folhetos, fotos, plantas e desenhos etc).³⁰⁹

Os processos do Condephaat estão divididos em quatro grupos distintos. O primeiro se refere aos pedidos que resultaram em tombamento; a seguir estão os pedidos que foram arquivados; depois, os bens que foram tombados, mas não homologados pelo Secretário de Estado da Cultura; e, por último, os processos ainda em estudo.

O processo de tombamento da Casa da rua D. Pedro, 87 e o das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, podem ser considerados polêmicos, porque mesclam vários elementos importantes para a discussão do patrimônio cultural no oeste paulista. Como já se anunciou anteriormente o primeiro, tombado duas vezes, ainda não foi homologado pelo Secretário de Estado da Cultura e o segundo apresentando um embate jurídico entre o público e o privado.

Um capítulo dedicado exclusivamente ao estudo minucioso do patrimônio em Marília se justifica pela riqueza de informações contidas em ambos os processos de tombamento. São processos polêmicos e, além do mais, Marília é a localidade do

³⁰⁹ FONSECA, 1997, p. 208. Contém análise minuciosa das práticas sociais consolidadas a partir das políticas do SPHAN, atual IPHAN, no Brasil entre 1930 e 1990.

oeste paulista onde existem mais bens culturais considerados como integrantes do patrimônio cultural paulista.³¹⁰

1. A CASA DA RUA DOM PEDRO N. 87

O tombamento, na medida que tem implícita a supremacia do interesse público sobre o privado, nem sempre reverte em benefício do primeiro; seus efeitos são, por isso, contraditórios. Ao mesmo tempo que protege, a aplicação do tombamento altera o valor imobiliário dos bens sem oferecer compensação aos proprietários atingidos, o que faz com que a proteção oficial, muitas vezes percebida como punição, seja também motivo para a destruição dos bens.³¹¹

O pedido de tombamento desse bem cultural partiu da Comissão Organizadora dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília em 27 de janeiro de 1986, argumentando em favor da sua preservação: a casa representa um ícone do desenvolvimento do núcleo urbano, ressalta seu valor arquitetônico e enfatiza a existência de uma ameaça concreta de destruição³¹², evocando o trágico fato da Avenida Paulista, ocorrido em 1983.³¹³

E continua:

O imóvel, primeira residência assobradada de tijolos construída em Marília, foi concluído em abril de 1929, ano de criação oficial do município que tem hoje 56 anos.

Tendo testemunhado o crescimento histórico, econômico e sócio-cultural do município, a casa da rua D. Pedro é um marco da cidade

³¹⁰ Além dos dois bens citados, atualmente foi tombado como patrimônio paulista a Escola Senac, não analisada nesta dissertação.

³¹¹ RODRIGUES, 1996, p. 198.

³¹² GONÇALVES, 1996.

³¹³ Processo n. 24.405/86. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

que precisa ser respeitado e preservado. (...) Lembre-se que o imóvel objeto desta solicitação esta localizado em terreno de alto valor comercial (...).³¹⁴

Os solicitantes destacam a importância da preservação da memória para uma cidade nova como Marília, onde aparece a questão do mito fundador com a afirmação de ser o primeiro imóvel construído de tijolos naquela cidade e ainda no ano de sua fundação, em 1929.

Outro elemento importante é que a casa está localizada em local de alto valor comercial, o que gerou e ainda provoca amplas e acaloradas discussões sobre o ato jurídico do tombamento.

Está em discussão a preservação de um bem cultural da última região ocupada no Estado de São Paulo, o oeste paulista, e não representa, na visão predominante, um bem a ser tombado como patrimônio cultural paulista.

Sobre o aumento da verticalização dos edifícios Nestor Goulart Reis Filho assinala o período de 1920 a 1940, devido à mecanização das atividades de construção civil, como o momento em que surgiram os primeiros arranha-céus nos grandes centros urbanos no Brasil.³¹⁵

Pelo o exame dos processos de tombamento pode-se afirmar que o oeste paulista apenas irá conhecer um crescimento acelerado do processo de verticalização de suas cidades em meados da década de 1980.

³¹⁴ Idem. P. 03-04.

³¹⁵ REIS FILHO, 1978.

Anexado ao processo está um recorte de jornal local ³¹⁶ – Marília News – com uma matéria intitulada *SOS para a memória cultural de Marília*, onde o autor enumera bens culturais que considera significativos para a comunidade de Marília. ³¹⁷ Nessa matéria, o primeiro bem cultural a merecer destaque é a Casa da Rua Dom Pedro, 87, aparecendo novamente a ênfase sobre a primeira casa de tijolos construída em Marília. O autor também faz uma comparação entre o Cine São Vicente de Assis e o Cine Marília.

Na cidade de Assis, como já analisamos, a população se mobilizou em favor da preservação do Cine São Vicente que ia ser modificado, dando lugar a um supermercado. *Tão logo tomou conhecimento das negociações ergueu seu protesto exigindo que o tradicional Cine-Teatro fosse preservado*, e o Cine Marília, construído no ano de 1940, segundo o autor, de valor arquitetônico e cultural, foi demolido em razão da crescente especulação imobiliária, que traz sérios riscos à memória local, para construir-se um banco no local.

Outra matéria desse mesmo jornal intitulada *A casa de Marília*, critica a destruição do Cine Marília. São palavras de Olympia Salette Rodrigues:

Em Ouro Preto não souberam preservar a casa cujo teto abrigou um amor conhecido de todo o mundo. Em Marília não soubemos preservar a casa cujo teto tantos amores anônimos nasceram (...). Preservar-se um patrimônio porque ele é um documento histórico, mas também porque ele é útil no cumprimento de sua função. (...). ³¹⁸

³¹⁶ Sobre a imprensa local Taís Assunção Curi Pereira afirma: *O jornal local mantém vínculos com seus leitores que os grandes jornais não conseguem estabelecer. Por estar próximo do leitor e oferecer aquilo que interessa para o seu dia a dia, às vezes numa linguagem acentuada por significados regionalistas, a imprensa local permite ao cidadão participar do desenvolvimento de seu município, reclamar de falhas do poder público, exigir direitos. O jornal faz parte da vida comunitária da cidade.* PEREIRA, 2000, p. 53.

³¹⁷ Processo n. 24.405/86. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT.

³¹⁸ Idem. p. 13.

Nessa declaração, percebe-se a frustração de uma cidadã de Marília, que expressou a impotência de tantos outros, em razão da destruição de um bem cultural significativo para toda uma geração, um espaço de sociabilidade como o Cine Marília, em nome da especulação imobiliária. Defende, agora, a preservação da Casa da Rua Dom Pedro, 87.

Logo depois das duas matérias da imprensa local, aparece um documento anônimo com o título *T.G.I. Residência da família Schelini – Marília – SP. Um estudo de caso*. Nele o autor enfatiza a necessidade de conscientizar a população para a preservação:

Em vez de admitir que a especulação domine completamente os locais onde estão situados os monumentos históricos, tem-se, pelo contrário, de lutar para um desenvolvimento cultural de sentido mais humano, venha incorporar ao seu processo, as vantagens da preservação.

É de fundamental importância que a comunidade seja conscientizada e assuma a preservação histórica para que a reivindique e, atendida, funcione como seu fiscal ou sua protetora.³¹⁹

O autor trata da importância da educação patrimonial para que a população entenda o significado de seus bens tombados e assumam a tarefa de preservar os registros materiais de sua memória e identidade.

Um argumento importante apresentado também nesse texto refere-se à questão da descentralização do Condephaat, a favor da criação de órgãos municipais de preservação do patrimônio. Segundo o autor:

Esta medida deveria ser tomada nas cidades do interior, porque em grandes centros existem órgãos responsáveis (...), mas há uma

³¹⁹ Idem. P. 46.

super carga de trabalho (...), acontecendo muitas vezes de não poderem dar uma assistência regular nas cidades de pequeno porte.

³²⁰

Hoje, nessa região, existem apenas cinco municípios que possuem conselhos municipais de preservação institucionalizados e dois municípios com uma legislação específica para a preservação do patrimônio.³²¹

Sobre esse tema, foi organizado pelo Condephaat o seminário “Preservação do Patrimônio Cultural no Âmbito Municipal”, onde se debateu, durante os dias 30 e 31 de julho de 2002, na Secretaria de Estado de Cultura, a questão da aproximação das esferas estadual e municipal na preservação do patrimônio paulista.

Foi elaborada uma Carta do Seminário, da qual reproduzimos algumas recomendações:

- 1 – Que os municípios cumpram um papel preponderante no levantamento, reconhecimento e preservação do seu patrimônio cultural (...) e auxiliando o CONDEPHAAT (...);
- 2 – Criação de Conselhos Municipais de Preservação, (...);
- 3 – Estabelecimento de uma política de divulgação da importância da preservação, conscientizando a comunidade sobre seus objetivos, através de projetos ligados à educação (...).³²²

Dentre as recomendações do seminário, foi essencial a questão da educação patrimonial: apenas quando a população se conscientizar da eficácia simbólica do tombamento, o patrimônio será entendido como um direito social.

³²⁰ Idem. P. 47.

³²¹ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Presidente Prudente, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Araçatuba, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Garça, Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de São José do Rio Preto; Andradina e Maracá e, o mais recente deles, criado em Assis em 2004. Não podemos esquecer a Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal e da cidade de Marília, proponente do tombamento da casa da Rua Dom Pedro n. 87.

³²² Carta do Seminário “Preservação do Patrimônio Cultural no Âmbito Municipal”.

Mas um problema recorrente é a falta de apoio à política de cultura no âmbito estadual, situação que piora ainda mais na esfera municipal. Em meu trabalho de iniciação científica, sobre os arquivos municipais de Palmital (nenhum institucionalizado), pude constatar na análise da legislação (de 1920 a 2002) a ausência de políticas municipais que contemplassem a preservação do patrimônio cultural.³²³

Voltando para a análise do processo de tombamento, Ana Luiza Martins, técnica do Condephaat, emite um parecer onde reafirma a posição dos solicitantes de que a casa foi a primeira a ser construída de alvenaria em Marília no ano de sua fundação (1929) e destaca o ecletismo da sua arquitetura como ponto fundamental para a preservação:

Portanto, o que temos neste imóvel em estudo, e que o singulariza no elenco dos exemplares de uma frente pioneira é seu ensaio eclético, uma cópia de muitos valores emprestados de outras regiões culturais e sobretudo das elites dos centros mais expressivos – daí seu aspecto senhorial.

É exatamente nesta originalidade que se reside sua importância e que o torna extremamente representativo da evolução urbana do município.³²⁴

Ana Luiza Martins enfatiza a importância da preservação da memória de Marília, pois existe a possibilidade de destruição do bem cultural, e destaca a importância de estudos sobre o urbanismo no Estado de São Paulo. E a partir desse parecer, o Colegiado, em 03/02/1986 manifesta-se favorável à abertura de processo de tombamento.

³²³ NASCIMENTO, 2002.

³²⁴ Processo n. 24.405/86. Seção de Protocolo do CONDEPHAAT, p. 56.

Em seguida, Ana Luiza Martins elabora um histórico da ocupação da região, desde o surgimento do município de Marília e destacou a Casa da rua D. Pedro, como um exemplar representativo para a história do Estado de São Paulo:

Pelas razões expostas concluímos que a casa da rua D. Pedro, de significado para a população local como se infere da solicitação de tombamento, é exemplar significativo para o Estado, uma vez que cristaliza em seu ecletismo tardio um momento de marcha para o oeste, revelando muitos valores e visões de mundo em uma sociedade em formação.³²⁵

Ressalta a historiadora do STCR do Condephaat que a Casa da rua D. Pedro foi à primeira em alvenaria construída na cidade de Marília, diferenciando-se da maioria, feitas à época em madeira, e revela que as primeiras construções e os primeiros moradores dos municípios localizados no oeste do Estado representam os momentos fundadores da memória social.

De acordo com Antonio Carlos Zani,³²⁶ estudioso da arquitetura de madeira do Norte do Paraná, a sua afirmação vale para também para o oeste paulista, devido às características sociais e econômicas e da proximidade geográfica. Zani ressalta que a prática de se edificar em madeira durou por mais de 40 anos e resultou, como no oeste paulista, na destruição quase completa das áreas de matas.

O arquiteto Roberto Leme Ferreira em documento enviado ao STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauo) relata que a Prefeitura Municipal de Marília aprova a construção de dois edifícios, um deles ao lado da Casa da rua D. Pedro, prejudicando a área envoltória do bem cultural.³²⁷

³²⁵ Idem. P. 82.

³²⁶ ZANI, 2003.

³²⁷ Processo 24.405/86.

Este fato demonstra a existência de um conflito ou falta de comunicação, entre o Legislativo e o Executivo Municipal, pois o pedido de tombamento foi feito pelo Legislativo. A atitude da Prefeitura expõe a falta de entendimento entre os poderes públicos sobre a preservação do patrimônio local e regional.

A conselheira Anna Maria Martinez Correa, em parecer datado de 08/12/1986, aprova o tombamento da Casa da rua D. Pedro, 87 na cidade de Marília, destacando a seu favor o seu caráter fundador, pois, exceto pelos edifícios públicos, foi à primeira casa de alvenaria, estando ameaçada de destruição pela crescente especulação imobiliária. E continua:

(...). Em visto disso, endossamos as justificativas apresentadas pelo STCR no sentido de se atender ao pedido da comunidade de Marília, pela voz da sua Câmara Municipal, aprovando a solicitação de tombamento do edifício 87 da rua D. Pedro, memória de uma época.

328

Logo após o parecer da conselheira encontra-se uma carta enviada ao Condephaat por um dos seus proprietários, Goffredo Abarca Schelini. Inicia-se o conflito de interesses entre o público e o privado.

Schelini ressalta que o bem é o segundo mais antigo da cidade de Marília, reiterando a afirmação do STCR de que o imóvel é um dos mais antigos de Marília. Uma das críticas está no valor arquitetônico atribuído pela Comissão dos Registros Históricos de Marília, pois, de acordo com o senhor Schelini, essa comissão, não teria condições de avaliar o valor arquitetônico do imóvel e afirma que a casa é uma cópia de uma existente em São Paulo.

³²⁸ Idem. P. 111.

Mas a questão principal é o valor do econômico, *o que vale mais, a casa ou o terreno?*, indaga o senhor Schelini, e enfatiza que o tombamento, pela área envoltória, “congela” os seus arredores para fins econômicos.

E prossegue:

Sob ameaça de tombamento e pelas circunstâncias tão bem arquitetadas em que ela foi articulada, acreditamos que houve ação de forças estranhas, (...) embutidas no propósito explícito de uma “preservação” patrimonial. (...).

(...). Mas no caso desta casa, pelo que ela representa ou representou para nós e como ela se faz representada por um pequeno grupo titulado de guardião da cultura mariliense, não posso e não consigo permitir que se consuma uma injustiça e uma violência em nome da mitificação.³²⁹

A contestação do senhor Schelini está calcada na defesa do valor econômico do imóvel para os proprietários, pois o mesmo localiza-se em terreno de alto valor comercial, e o tombamento inviabilizaria a sua venda para a construção de outro imóvel.

Outro ponto importante ressaltado no documento é a questão de existir, segundo Goffredo Abarca Schelini, outros interesses mascarados na preservação, questionando assim a integridade do solicitante, a Comissão dos Registros Históricos de Marília.

Em seguida, o Egrégio Colegiado em Sessão Ordinária de 19/01/1987, Ata – 742, aprova o parecer da conselheira Anna Maria Martinez Correa e tomba da Casa da rua D. Pedro, 87 em Marília SP, como integrante do patrimônio cultural paulista.

³²⁹ Idem. P. 116.

O advogado da família Schelini, João Bernardino Scarabôto entra com recurso contra o tombamento da casa, questionando a afirmação do Condephaat de que o imóvel é o único de alvenaria do bairro Alto Cafezal.

Outro ponto da contestação fica em torno da importância histórica do bem cultural a nível estadual e sugere ao Condephaat que procure os primeiros edifícios das cidades do interior para incluí-los como patrimônio cultural paulista.

Continuando a contestação, afirma que as casas de madeira ainda existentes no bairro Alto Cafezal são os verdadeiros exemplares significativos a preservar, negando o valor atribuído pelo Conselho e pelos técnicos do STCR:

(...), a casa da rua D. Pedro, não é o derradeiro exemplar. Além de não ser exemplar, trata-se de uma anomalia no universo de 686 prédios existentes em 1928 e de 1084 existentes em 1929. Anômala como ela, restam diversos exemplares, de estilo indefinido e congórico, sem nenhuma identidade com a realidade de 1929 nesse ano, predominava, nas construções de tijolos, o prédio que servia de moradia e para negócios. Este é o verdadeiro exemplar.³³⁰

O advogado enumera os bens culturais que, segundo ele, eram importantes para a *memória de Marília*: Hotel São Bento, Ginásio Municipal e Hotel Líder e seguem anexados ao processo recortes do jornal local, Correio de Marília de 1929 e 1938, com as fotos desses imóveis e mais a residência da Família Almeida e Nogueira (já demolida), primeiro hotel do Alto Cafezal do senhor Luiz M. de Brito, o Tênis Clube de Marília, prédio da primeira Câmara Municipal, prédio da Prefeitura, Posto de Puericultura, Ginásio Estadual e destaca que o Hotel São Bento foi o primeiro de tijolos da cidade.

³³⁰ Idem. P. 129.

Segundo o advogado, todos esses bens culturais são mais importantes do que a casa da rua D. Pedro, mas corrobora a afirmação do valor dos bens culturais que primeiro foram edificados em suas localidades, como identificadores da memória e da identidade local.

Essa contestação de tombamento, datada de 19/02/1987 ficou dois anos no Condephaat sem nenhuma resposta por parte da Assessoria Jurídica do órgão. Por isso o presidente Edgard Assis de Carvalho reitera o despacho do antigo presidente (04/08/1987), que era o tombamento do bem cultural.

Isto nos mostra as carências materiais e humanas por que passam os órgãos ligados aos setores culturais, vistos muitas vezes com descaso pelo poder público em todos os níveis.

A historiadora Ana Luiza Martins, em face da contestação, ressalta que destacou a importância do bem nos níveis municipal e estadual, refutando o critério cronológico alegado pelo advogado da família Schelini. E continua defendendo que as características arquitetônicas do bem em questão estão na reunião de vários elementos identificadores da ocupação e povoamento do oeste paulista.

Martins enfatiza a preservação da memória dos excluídos:

Quanto à prioridade sugerida pela contestação, propondo a preservação de “prédios na cidade, muito mais significativos para a memória de Marília, representativos da supremacia cafeeira”, folhas 130, marco de uma história vitoriosa que é hábito do poder público preservar, sugerimos que ao lado dela se olhe tanto os espaços do trabalho, dos grupos sociais imigrantes, que por vezes não correspondem ao imaginário projetados pelas idealizações do poder

público e que são destruídos em nome do “progresso” mutilando o processo histórico que as cidades tradicionalmente espelham.³³¹

E critica ainda a visão de história como um passado sem conflitos e contradições e a destruição dos bens representativos da memória em nome da ambição econômica desenfreada.

A conselheira Maria Ângela D’Incao em parecer de 11/03/1991, questiona a posição de tomar o bem como integrante do patrimônio cultural paulista, destacando que existem interesses estranhos envolvidos no tombamento e o imóvel não é importante para a arquitetura do Estado e propõe o tombamento a nível local.

O presidente Edgard Assis de Carvalho confirma a decisão de tombamento de 19/01/1987, pois a contestação da família Schelini não obedeceu aos prazos e o Secretário de Estado da Cultura, homologa a decisão de tombamento em 14/03/1991.³³²

O tombamento desse bem cultural, além de envolver a posição contrária dos proprietários, também suscitou o embate pela sua preservação entre os próprios membros do Condephaat. O favorável, alegando a defesa da memória do oeste paulista (história e arquitetura) e o outro, ressaltando os inúmeros problemas que permeiam o processo tanto da recusa ao tombamento pelos proprietários como os próprios conselheiros, como já visto acima, ressaltando apenas o seu valor local.

Logo após o parecer, um Mandado de Segurança foi impetrado contra o Secretário Estadual de Cultura e o Presidente do Condephaat por dona Izabel Abarca Schelini Carnevalli.

³³¹ Idem. P. 149.

³³² Idem. Diário Oficial do Estado. Resolução SC n. 6 de 14/03/1991.

O Secretário de Estado da Cultura, Adílson Monteiro Alves, anulou, em 24/07/1991, a Resolução SC n. 6 de 14/03/1991, pois todos os proprietários da casa da rua D. Pedro, 87 não foram notificados do tombamento, procedimento obrigatório em caso de oficialização do tombamento.

Adílson Monteiro Alves, também em ofício enviado ao Juiz de Direito Pedro Aurélio Pires Maríngolo, pediu que fosse denegado o Mandado de Segurança que tentava anular o processo de tombamento 24.405/8. O Juiz anulou apenas a Resolução em questão e não o processo todo como queriam os proprietários do imóvel, pois, segundo o magistrado, não havia nulidade no ato administrativo.

O jornal local - Diário da Cidade - de 09/05/1992 com matéria intitulada *Casarão com estrutura debilitada* ressaltou que a proprietária da casa dona Leonor Schelini pediu a vistoria do local ao Corpo de Bombeiros de Marília, pois existia o perigo de desmoronamento, devido a fortes chuvas, mas os bombeiros não puderam vistoriar o local na noite do chamado, pois a casa não tinha luz elétrica.

Segundo Izabel Schelini Carnevalli em depoimento ao jornal:

(...), ela admitiu que o estado de conservação do sobrado está muito prejudicado e que a responsabilidade pela situação é do próprio Condephaat. Segundo ela, o Condephaat, ao tomar o sobrado, agiu por interesses políticos e que nunca demonstrou a mínima preocupação em preservar a casa ou a sua história.³³³

Com o tombamento os proprietários, criticando a atitude do Legislativo local em pedir o tombamento da casa por motivos que consideram casuísticos, ressaltam que já perderam dinheiro que poderiam obter ao alugar o local ou vender o terreno, de alto valor comercial. Izabel Schelini Carnevalli acusa o órgão que efetuou o

³³³ Idem. P. 248.

tombamento e continua: *Como a política do Brasil não presta, este órgão também não presta.*

Na análise desta notícia de jornal, podemos observar alguns elementos importantes que interferem nas ações de preservação do patrimônio cultural em São Paulo. Em primeiro lugar, o não entendimento por parte dos proprietários (e da maioria da população!) do significado simbólico do ato jurídico do tombamento e a falta de incentivos fiscais aos proprietários dos bens culturais tombados. Após o tombamento, toda a manutenção da sua estrutura fica a cargo do proprietário, o que provoca um sentimento de indignação contra o poder público, como demonstrou a família Schelini frente ao tombamento da casa.

Em carta ao Secretário de Estado da Cultura, Leonor Abarca Schelini, em 18/02/1993, ressalta as condições precárias em que se encontra o bem cultural e sobre a área envoltória prejudicada pela construção de dois edifícios durante o processo de tombamento.

Na defesa, a família Schelini solicitou o auxílio do Legislativo Estadual Paulista, em nome do Deputado Abelardo Camarinha e do Deputado Vicente Botta, endereçada ao Secretário de Estado da Cultura.

O processo retornou ao STCR onde Ana Luiza Martins e Roberto Leme se manifestaram, acusando o poder municipal de desinteresse na manutenção da casa da rua D. Pedro, 87, apontando a falta de estudos sobre o oeste paulista, onde o patrimônio está sendo destruído:

Certo que as atuações do órgão em áreas de formação recente são sempre problemáticas. No caso de Marília, cidade da frente pioneira, nascida sobre o da especulação imobiliária, com o retalhamento dos

patrimônios iniciais em lotes para a exploração comercial, só agora exercitando sua identidade local, (...).³³⁴

Como enfatiza o parecer do STCR, é de difícil solução a preservação de bens culturais em áreas de ocupação recente como o oeste de São Paulo. O próprio processo histórico de formação das cidades, ao contrário das localidades mais antigas, não permite que se veja a presença de bens que sobreviveram ao período de especulação imobiliária e que ainda despontam no cenário urbano. Nas cidades mais antigas, muitos desses bens culturais remontam ao período colonial ou imperial, representando a memória e a identidade do local de acordo com o entendimento da história enquanto visão do passado, de um tempo das origens.

Esse fato agrava-se no oeste paulista com a crescente especulação imobiliária, pois a maioria da população, de modo geral, acredita que os bens a serem preservados devem recuar ao século XIX e aos tempos da colônia, relacionados a um passado remoto, e que o oeste de São Paulo, de recente ocupação, não tem lugar na “galeria” do patrimônio cultural paulista.

O caso foi levado para apreciação do conselheiro Odeibler Santo Guidugli, destacando *um conjunto de situações, no mínimo estranhas*, onde solicita da família Schelini esclarecimentos sobre as aspirações econômicas da utilização do imóvel em questão e do Condephaat do uso das suas partes externas.

De acordo com o conselheiro, o STCR emitiu um parecer em que autoriza os proprietários a procurar parceiros e apresentar um projeto de verticalização das partes vagas do terreno, conservando: *a integridade do bem tombado*.

³³⁴ Idem. P. 318-319.

Na notícia do jornal – Correio de Marília – de 31 de julho de 1986, intitulada *Casarão a ser tombado virou comitê político*, mostra a interferência dos poderes municipais em nome da utilização do bem para comitê do PMDB local. Segundo o jornal, a proprietária pediu ao prefeito Abelardo Camarinha que o imóvel não fosse tombado, recebendo a promessa do chefe do executivo que cedesse a casa ao uso do partido durante o período eleitoral, que logo desmentiu a promessa:

No entanto, o prefeito Camarinha, ao falar ontem à reportagem do “Correio”, garantiu não haver nenhuma proposta nesse sentido e afirmou que “o processo de tombamento é irreversível. É simplesmente uma coincidência”.³³⁵

No dia 07/08/2000 foi realizada no Condephaat uma reunião com os proprietários e representantes do Poder Público Municipal de Marília. Da parte do Conselho, o arquiteto José Guilherme destacou o mau estado de conservação do bem cultural e a busca de uma solução com os proprietários e a historiadora Ana Luiza Martins apresentou as sugestões do STCR de aproveitamento da parte vaga do terreno.

O representante dos proprietários Fernando Abarca Schelini, contestou o tombamento, pois, segundo ele, a manutenção fica a cargo dos proprietários que almejam a destruição da casa, mas enfatiza: se o Estado ajudasse com os recursos, a preservariam. A reunião termina com os familiares concordando em observar a posição do Condephaat.

O conselheiro Jon Andoni Maitrejan, ressalta que se os proprietários não tiverem mesmo condições financeiras para recuperar o imóvel a Prefeitura local poderia colaborar com a restauração. Se tivessem, deveria então se aplicar a Lei.

³³⁵ Idem. P. 392.

Em carta anexada ao processo, de autoria de Izabel Schelini em 23 de maio de 2001, ressaltou que o próprio solicitante do tombamento, a Comissão dos Registros Históricos de Marília, pediu o arquivamento do processo n. 24.405/86, com certeza, devido a pressões locais em torno do caso e destacou as várias modificações na estrutura da casa desde sua construção, refutando sua autenticidade e continua:

Mediante o marasmo de preocupações em que a família se encontra, não se encontra nenhuma alternativa para a legalização desta situação, pois, como já foi dito não existe orçamento para melhorias do prédio e, também, desde o início desse processo a família se obrigou a seguir e ouvir uma série de ameaças e por isso, sempre pedimos para que se revertesse esse tombamento, uma vez que isso não passava de um mero gosto, crendo que para mostrar serviço ou aparecer na comunidade.³³⁶

O arquiteto Sérgio de Simone e a historiadora Ana Luiza Martins em pareceres datados de abril e maio de 2001 e enviados ao Diretor Técnico do STCR, ressaltaram que todos os esforços dentro do alcance do órgão paulista de preservação já foram feitos e nada foi feito pela família herdeira do imóvel.

A maioria dos municípios do oeste paulista, como o exemplo de Marília, foi formada pautada no ideário da modernidade, ocorrendo a todo o momento a substituição “frenética” do velho pelo novo.

A cidade de São Paulo é o principal modelo “copiado” pela maioria dos integrantes da sociedade local, o que resulta muitas vezes na destruição do patrimônio histórico-arquitetônico local comprometendo a construção de sua memória e enfraquecendo os fundamentos de sua identidade.

³³⁶ Idem. Pg. 424.

Diz Pedro Paulo Funari:

(...). Contudo, nem mesmo as igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de 'progresso', (...). Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. (...).³³⁷

A construção de grandes avenidas, *shopings centers* e altos edifícios em muitas cidades do oeste paulista corroboram a afirmação sobre o anseio do progresso e da modernidade. Sem dúvida essa uma das características dessas sociedades de formação recente.

O processo de tombamento 24.405/86, do imóvel residencial da Rua Dom Pedro, 87 ainda se encontra em tramitação, curiosamente tombado duas vezes, pois até a última consulta ao documento, em outubro de 2004, não havia qualquer solução para o impasse que decorreu do processo.

2. INDÚSTRIAS REUNIDAS FRANCISCO MATARAZZO

Em seguida temos o polêmico processo de tombamento que trata das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, complexo localizado na cidade de Marília.

³³⁸

O processo pode ser considerado polêmico, pois até hoje (novembro de 2005), não dispõe de decisão judicial acerca dos interesses do proprietário e do Condephaat.

³³⁷ FUNARI, 2000.

³³⁸ Processo n. 26.030/88. Centro de Documentação do CONDEPHAAT. Dois Volumes.

O estudo de tombamento iniciou com o pedido encaminhado por Aparecido Tenório da Silva à Presidência do Condephaat em 02 de julho de 1987. O cidadão destacou como principal razão para a preservação do complexo industrial a falta de espaços culturais na cidade, além de considerar aquela indústria como um marco no desenvolvimento econômico da cidade. E acrescenta:

Considerando o significado tecnológico, cultural, social representado pela indústria, gerando um espaço urbano e arquitetônico expressivo do capital e do trabalho na história da cidade;

Considerando que se trata de um bem que pertenceu à família Matarazzo, e o seu estudo nos coloca diante das questões centrais e norteadoras do desenvolvimento da história recente do estado de São Paulo. (...);³³⁹

No entendimento do solicitante, o complexo Industrial Matarazzo é importante para a memória da cidade de Marília, bem como para a história recente da industrialização do Estado de São Paulo.

A empresa Miniteras Agropastoril, dona do imóvel e representada por Eduardo André Matarazzo e o Prefeito José Abelardo G. Camarinha celebrou um contrato de comodato. No contrato estão expressas as visões de história e de preservação do patrimônio da Prefeitura Municipal de Marília em relação ao bem cultural apontado para o tombamento.³⁴⁰

Para a Prefeitura Municipal, apenas a chaminé do complexo industrial Matarazzo apresentava importância para preservar e conservar, ficando a Prefeitura responsável pela sua proteção.³⁴¹

³³⁹ Idem. P. 02.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

O solicitante anexou ao processo jornais locais (Marília News S/D) onde se encontra a notícia intitulada '*Malufão*' e *Matarazzo. Os problemas da industrializada Vila São Miguel*, onde se ressalta o abandono do bem cultural:

(...). Outro aspecto deprimente da Vila São Miguel (...), são as também abandonadas instalações das Indústrias Reunidas Matarazzo. São grandes e adaptados prédios industriais expostos à mercê do destino, pois, muito se pensou e opinou, mas pouco se fez para colocar aquele espaço a par com o progresso mariliense. (...).

³⁴²

Observa-se, já no pedido de tombamento, as suas condições de conservação, de abandono e descaso.

Em outra notícia do mesmo jornal, *Arquitetos apóiam sugestão do Marília News*, destacou-se a perda de importantes bens culturais para a memória local e a falta de espaços destinados às práticas culturais:

(...) representa, segundo os arquitetos entrevistados pela reportagem deste jornal, o caminho de maior viabilidade no sentido de solucionar tal carência. Segundo eles, a transformação em espaço cultural da enorme área, atualmente em ruínas, que anos atrás abrigava um dos maiores complexos industriais do interior paulista, garantirá sua preservação histórica e, em curto prazo, se tornará um pólo de atração regional. ³⁴³

Aparecido Tenório da Silva, apoiado por um abaixo assinado de seis páginas, reafirma o propósito da transformação das antigas edificações industriais em um centro cultural e concorda com o seu tombamento.

³⁴² Idem. P. S/P.

³⁴³ Idem. P. 64.

Em seguida, outra solicitação de um cidadão encaminhou-se à Presidência do Conselho. Chieko Toshimoto, estudante de arquitetura e urbanismo da UEL, destacou o valor arquitetônico do bem cultural e a situação de abandono do imóvel:

Assim sendo, não só pela sua grande importância no processo de desenvolvimento da cidade, como pela sua arquitetura imponente, porém de singela linguagem, deve, como uma parte da história, e como marco da industrialização da cidade, permanecer intacta e viva na memória de Marília.³⁴⁴

No pedido aparece a ênfase na preservação da história da cidade de Marília por meio de um bem cultural representativo da memória do trabalho.

Em Sessão Ordinária de 28/03/1988 Ata – 781 o Colegiado decidiu pela abertura dos estudos de tombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na cidade de Marília.³⁴⁵

A conselheira Maria Ângela D'Incao destacou que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo foram importante marco na formação da região de Marília e uma referência urbana:

Trata-se de um complexo industrial de tamanho grande (...), cuja presença foi determinante na conformação sócio – econômica da região de Marília. Além disso, esse complexo industrial situa-se no centro da cidade e se constitui mesmo um perfeito marco da fisionomia arquitetônica de Marília. Aliás, toda a área circunvizinha à área central das linhas ferroviárias compõe um verdadeiro conjunto do que se pode considerar uma arqueologia industrial brasileira.³⁴⁶

Depois do parecer técnico de Maria Ângela D'incao (p. 99 do Processo n. 26.030/88), entrou em cena a Prefeitura Municipal, apresentando um pedido do

³⁴⁴ Idem. P. 78.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem. P. 99.

IAPAS, atual INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), e solicitou a demolição dos prédios 150, 266 e 1278 da Avenida Castro Alves, em razão da extrema precariedade de suas condições de conservação.

A Prefeitura continuou insistindo junto ao Condephaat sobre sua posição de discordância quanto o estudo de tombamento do bem cultural. Declarou que o imóvel oferecia perigo à população de Marília poluindo visualmente o local onde estava instalado.

Na notícia *Prédios da Matarazzo. Preservar ou destruir?*, do jornal Correio de Marília (12/04/1988), de autoria de Áureo Busetto, apontou-se para a elucidação de importantes conceitos e práticas relativos ao patrimônio, as finalidades do Condephaat e da preservação do patrimônio, a desinformação da população em relação aos estudos de tombamento, como a defesa da memória local:

Sabe-se que há pessoas defendendo a demolição deste patrimônio, apenas por concluírem ser este conjunto de construções “velho, feio e sujo”. Porém cabe lembrar a estas pessoas que é incorreto associar tombamento com a impossibilidade de restaurar. O processo de tombamento tem o objetivo de inventariar e julgar a importância do patrimônio (...). Já o (...) restauração tem a finalidade de recuperar o patrimônio e reintegrar esse espaço (...).³⁴⁷

Mas nesse caso o que aconteceu foi a total recusa do proprietário ao ato de tombamento, em função do alto valor comercial da área onde está instalado.

Em vista disso o Colegiado, em Sessão Ordinária de dois de maio de 1988, Ata – 785, atenderam ao pedido da Prefeitura Municipal relativo à demolição dos números 150, 266 e 1.278 da Avenida Castro Alves.

³⁴⁷ Idem. P. 105.

A Prefeitura Municipal, argumentando contra o estudo de tombamento do bem cultural, destacou o abandono e o perigo de desabamento da estrutura do prédio e o alto custo na sua restauração:

9 – Existe interesse por parte dessa Prefeitura em que a área seja negociada, já que implicariam em maior arrecadação, mais empregos e, sobretudo na recuperação da paisagem urbana;

Vimos solicitar empenho de Vossa Senhoria, no sentido de que o processo de tombamento seja revisto e a área liberada, (...), para a recuperação visual daquela importante via pública e da economia do município.³⁴⁸

É importante ressaltar a ênfase dada pela Prefeitura à questão da poluição visual representada pelas edificações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

Em parecer da arquiteta Tânia Martinho da Cunha, enviada do Conselho à cidade de Marília para vistoriar o bem apontado para tombamento, elaborou relatório e propôs ao Egrégio Colegiado:

1 – Deliberar pelo tombamento dos elementos 01, 02, 03, 04, 05 e a chaminé existente junto ao edifício 05, (...). 2 – Fica o restante das edificações liberadas para a demolição, (...).³⁴⁹

O conselheiro José Carlos Ribeiro de Almeida deliberou em favor do tombamento do complexo industrial Francisco Matarazzo. Destacou o estado de abandono, a solicitação de tombamento valorizando a preservação da memória de Marília, a transformação do bem em um centro cultural e a falta de consenso sobre a preservação na comunidade local e continua:

(...). Muito mais que a memória de um momento de pujança no crescimento de Marília, nos recorda a decadência deprimente de

³⁴⁸ Idem. P. 121.

³⁴⁹ Idem. P. 159.

uma família, que não teve a grandeza e a capacidade de seu fundador, sequer para manter o que dele foi herdado (...). Proponho, portanto, que seja tombado o conjunto da chaminé e a sala de caldeiras (...). Do conjunto situado do outro lado da Avenida Castro Alves, proponho o tombamento do 'portal' da indústria, (...) com o mesmo sentido de valor simbólico, liberando-se o restante para os usos determinados pela Prefeitura, relatados pela arquiteta Tânia.³⁵⁰

Como já dissemos, trata-se de parecer controverso, relatando ao mesmo tempo o estado de ruínas do complexo industrial Francisco Matarazzo e sua posição favorável ao tombamento.

Deve-se dar atenção também à falta de consenso na comunidade local. A Prefeitura Municipal é contra o tombamento, ao ponto de criticar a posição da família Matarazzo em relação aos bens que foram herdados do Conde Francisco Matarazzo.

O Egrégio Colegiado, em Sessão Ordinária de 18 de março de 1991, Ata – 904, aprovou o parecer do conselheiro, tombou as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Marília e sugeriu:

A área hoje utilizada para o estacionamento, seja ajardinada para uso público; - Transferência para o local, após a restauração da casa das caldeiras, os arquivos da Matarazzo, criando-se um museu da industrialização de Marília.³⁵¹

Nessa proposição do Colegiado fica evidente que, além de atribuir às Indústrias Francisco Matarazzo os significados simbólicos da história da cidade de Marília e do Estado de São Paulo, tiveram a intenção de integrar o bem cultural ao

³⁵⁰ Idem. P. 161.

³⁵¹ Idem. P. 163.

uso cotidiano da comunidade mariliense, tentativa que, como veremos mais adiante, foi em vão.

O Secretário de Estado da Cultura, Adílson Monteiro Alves, pela Resolução 46 de 18 de dezembro de 1992 homologou o tombamento, prevalecendo o argumento do valor histórico do imóvel, justificado pela preservação de um registro da memória coletiva.³⁵²

Durante a pesquisa fiz uma visita, em 17 de abril de 2004, para fotografar e observar as condições atuais de conservação do imóvel cultural. Verifiquei que as propostas do Egrégio Colegiado não foram cumpridas, estando a Casa de Caldeiras em completo estado de ruínas e totalmente abandonada.

Logo após a homologação do tombamento começou uma disputa judicial em torno das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.³⁵³ O advogado Mucio Zauith, representante da Miniteras Agropastoril, entrou com pedido de procedimento ordinário na Vara da Fazenda Estadual de São Paulo contra o Condephaat e seu presidente Marcos Duque Gadelho, em novembro de 1993.³⁵⁴

Mucio Zauith declarou nulo o tombamento, mas mesmo assim destacou a tradição histórica do bem cultural na cidade de Marília, uma vez que pertencera à família Matarazzo. Outro ponto Po e ele enfatizado foi o estado de conservação do imóvel, em ruínas, negando seu valor histórico ou arquitetônico:

³⁵² HALBWACHS, 1990. Obra primordial para o estudo da memória e sua inserção nos quadros sociais.

³⁵³ Para um melhor entendimento do processo acompanharei o desenrolar dos processos judiciais utilizando a cronologia do desenvolvimento dos fatos, não respeitando o modo como estes estão no processo administrativo de tombamento. Esse método justifica-se, pois o CONDEPHATT só foi tomar conhecimento do processo judicial através de correspondência do proprietário do bem em 2003, isto é, 11 anos depois de homologado o ato administrativo do tombamento.

³⁵⁴ O processo judicial impetrado pela proprietária foi contra a Fazenda do Estado de São Paulo, Luiz A. F. Filho, Prefeitura Municipal e Prefeito de Marília. Processo - 26.030/88. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

Desativada a indústria, o prédio foi parcialmente demolido, e a ação do tempo, inexorável, levou – o a péssimas condições, (...). Destinada a caldeira, não tem valor histórico ou muito menos arquitetônico.³⁵⁵

O advogado afirmou que o processo de tombamento errou na escolha do bem cultural, atingindo os interesses da Miniterras Agropastoril. Acusou o Conselho de superar todos os prazos legais para o exercício das suas funções. Acusou também a administração da cidade de Marília³⁵⁶, apontando outro bem cultural que, em sua avaliação, apresentava valor histórico e arquitetônico: o imóvel que ficava em frente ao INSS, do qual não existe mais detalhe no exame do processo. No final pleiteia a indenização do Estado de São Paulo para com a sua cliente.³⁵⁷

A Procuradoria Geral do Estado, através de Fátima Fernandes Castellani entrou contra o procedimento ordinário pleiteado pela Miniterras Agropastoril, e declarou que a pessoa jurídica não possuía legitimidade para propor o pedido, pois não existiu nenhum direito adquirido, uma vez que foi apenas em 1991 que a Miniterras manifestou a intenção de comercializar o local e argumentou:

(...) que não há identidade entre o imóvel tombado do (...) localizado a Avenida Castro Alves, 276, e o que a autora se diz proprietária, o qual situa-se na avenida Castro Alves, 447, (...).³⁵⁸

O Juiz de Direito da 11ª. Vara da Fazenda Pública, Fernão Borba Franco, demonstrou que o pedido de tombamento foi o do bem localizado na Avenida Castro Alves, n. 276 e o tombamento incidiu sobre outro imóvel, que é a Casa de Caldeiras e a Chaminé, propriedade da empresa Miniterras Agropastoril.

³⁵⁵ Idem. P. 205.

³⁵⁶ É difícil entender essa acusação, pois a Prefeitura Municipal sempre foi contra o tombamento deste bem cultural, exceção feita apenas à chaminé, entendendo-a como parte integrante da paisagem urbana.

³⁵⁷ Processo - 26.030/88. Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

³⁵⁸ Idem. P. 257.

Ressaltou que não existe valor histórico ou artístico do imóvel em ruínas, declarou nulo o decreto de tombamento e rejeitou a indenização pleiteada pela proprietária. O único destaque enunciado pelo Juiz relacionou-se à memória do Conde Francisco Matarazzo, que possuiu uma fábrica em Marília e continua:

O ato é viciado por ausência de motivo. (...). E os fundamentos utilizados no parecer acatado pelo CONDEPHAAT são suficientes para demonstrar que inexistente esse valor, ao menos no conjunto de chaminé e casa de caldeiras (o portal é outra coisa, sua preservação tem interesse histórico, como ressalvado no parecer; embora mais relevantes fossem as construções demolidas).³⁵⁹

Em sentença proferida no Superior Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelos desembargadores Paulo Travain, Pinheiro Franco e José Santana corroboram a sentença do Juiz de Direito da 11ª. Vara da Fazenda Pública, Fernão Borba Franco, favorável à proprietária, que rejeitou o pedido de indenização a Miniterras Agropastoril:

(...) pois, os “estudos” do órgão competente se dirigiam à área pertencente ao IAPAS e não a da autora, como esta própria argumentou.³⁶⁰

Cleusa Gomes, da parte do proprietário, enviou correspondência à Presidência do Condephaat e comunicou que o tombamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo foi considerado nulo em primeira e segunda instância pelo Poder Judiciário, correspondência datada de 08 de janeiro de 2003, onze anos depois de homologado o tombamento pelo Secretário de Estado da Cultura.³⁶¹

³⁵⁹ Idem. P. 274.

³⁶⁰ Idem. P. 295.

³⁶¹ Idem.

Indignado com esse ato, o Presidente do Condephaat José R. F. Melhem, em comunicação aos conselheiros, criticou a atitude do próprio Conselho em tombar esse bem cultural que estava quase todo demolido, pois os estudos embasavam o valor histórico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em sua totalidade, tombando na época apenas os remanescentes não demolidos, a Casa de Caldeiras, Chaminé e o Portal da Indústria.³⁶²

Outro ponto da crítica elaborada pelo Presidente refere-se à Procuradoria Geral do Estado que não comunicou o andamento da ação judicial que tramitava contra o Conselho por parte de Miniterras Agropastoril. O Conselho só tomou conhecimento da ação cível por correspondência da proprietária, quando já havia perdido nas duas primeiras instâncias do Poder Judiciário.³⁶³

E continua:

E naturalmente, no caso em tela, na hipótese muito provável de insucesso do frágil recurso de agravo impetrado pela PGE já nos estertores do feito, vindo a ocorrer de estarmos em face de uma decisão judicial tramitada em julgado, no qual, pelo que constatamos do exame do processo, não nos caberá se não cumpri-la, mediante proposta a Senhora Secretária da Cultura, para que revogue, (...), a Resolução SC-46/92, arquivando-se, a seguir, este malsinado processo.³⁶⁴

Com isso, pode – se afirmar que a burocracia estatal prejudica não só o cidadão comum em busca de seu interesse, como os próprios setores da administração pública.

³⁶² Idem. Não podemos esquecer que foi o CONDEPHAAT que autorizou a demolição.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Idem. S/P.

Quanto ao conhecimento da sociedade local sobre o estudo de tombamento, ficou evidenciado a participação insignificante de setores da população local, como um pequeno abaixo-assinado, de apenas seis páginas, manifestando a posição contrária ao ato administrativo da Prefeitura Municipal.³⁶⁵

Outro ponto importante está na valorização que o poder local atribuiu às chaminés das indústrias, como no caso das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Marília bem como o pedido de tombamento da Chaminé da indústria “Peliciari” em Andradina, já analisado no capítulo anterior e desencadeado pelo Legislativo local.

No exame do processo de tombamento ficou expressa a ênfase tanto dos pareceres técnicos e nas iniciativas da sociedade civil quanto ao valor histórico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo de Marília, ressaltado no tombamento do bem cultural.

O que fica da análise deste processo é a relação entre sociedade, representada pelo proprietário do bem e o Condephaat, onde um erro flagrante de definição dos valores do bem cultural custará em mais uma derrota do interesse público diante do privado.

É importante destacar, sobre o caso em tela, a recusa da família Matarazzo que também ocorreu diante do tombamento das instalações fabris do Parque da Água Branca e de alguns casarões da Avenida Paulista em São Paulo. Como se sabe, em muitas madrugadas, foram demolidas diversas residências e quase todo o

³⁶⁵ Idem. P. 66 a 72.

complexo industrial que estava para ser tombado pelo Condephaat restando apenas a chaminé.³⁶⁶

Mas depois do exame do processo e da visita a Marília, fica uma pergunta: qual o motivo de se tombar um bem cultural em completo estado de ruínas, que serve apenas de morada a indigentes e como estacionamento para veículos, e completamente tomado pela vegetação?

Isto é uma importante indagação a respeito da flexibilização das políticas de preservação no Brasil, onde apenas o proprietário do bem é encarregado de sua conservação. Mas o bem cultural não é da coletividade? Por que a sociedade ou o setor privado não assumem responsabilidades em sua conservação?

Tais indagações são importantes para a reflexão sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural, particularmente para os bens de natureza privada. Uma importante parceria que poderia ajudar nessa situação fica com o poder público municipal e o Condephaat tornando-se assim, um importante agente na preservação do patrimônio cultural. Esse tipo de ação conjunta pode ser uma saída para resolver impasses na conservação dos bens culturais.

Durante a análise dos dois processos de tombamento de Marília que fazem parte do terceiro momento das políticas de patrimônio no oeste paulista, já estudados no capítulo anterior, foi possível concluir que uma de suas mais importantes características foi o embate político entre o público e o privado, representado pelos proprietários envolvidos na crescente especulação imobiliária.

³⁶⁶ RODRIGUES, 2000.

Nada do que foi proposto na resolução de tombamento das Indústrias Matarazzo (ajardinamento para uso público, transferências de arquivos da indústria, restauração e utilização do imóvel como museu da indústria de Marília) foi feito, estando o bem cultural abandonado e em completo estado de ruínas.

Soma-se essa situação à falta de incentivo e de apoio do Poder Público ao proprietário dos bens, tensão que se materializa na recusa ao ato administrativo, aguardando uma decisão favorável do Poder Judiciário, o primeiro solicitando a anulação do processo administrativo e o segundo a espera da decisão final do Poder Judiciário e o “tombamento” literal dessas duas edificações.

Com isso, sem o auxílio do Estado aos proprietários, na sua restauração ou preservação, e ambos utilizados como estacionamento para veículos, estando um deles em estado de ruínas (Indústria Matarazzo), e o outro em mau estado de conservação, a apropriação dos bens tombados pela população de Marília é discutível. Constituem muito mais um símbolo da ausência e do descaso do Estado no campo da política cultural, em sua vertente preservacionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de caminhos que sejam capazes de responder às necessidades que um país como o Brasil apresenta, no que toca a um projeto cultural que venha favorecer a consciência social e o envolvimento amplo dos brasileiros em sua realização, esteve por trás de todas as leituras, pesquisas, levantamentos e análises feitas neste trabalho.

A proteção ao patrimônio cultural, durante a maior parte do tempo em que se desenvolveu nos diversos países do ocidente, significou uma concepção da história enquanto visão do passado, mesmo entre setores da intelectualidade, especialmente a brasileira, que foi a estudada, de quem poderíamos esperar maior abertura e sensibilidade para reconhecer essas questões, as diferenças sociais e culturais que existiram e existem, exigindo muitas vezes soluções particulares, diferentes dos grandes discursos nacionais sobre o patrimônio e a memória.

O estudo das políticas de proteção do patrimônio adotadas para o oeste paulista foi, sem dúvida, uma boa oportunidade para destrinchar algumas formas de reconhecimento da história, incluindo o tempo presente. Sua formação recente desnudou a existência, as posições e os conflitos de diversos agentes sociais envolvidos na missão de construir símbolos de identidade local, disputando seu lugar entre as versões vitoriosas.

Pudemos perceber que o ponto crucial que determina boas ou más políticas de preservação está no distanciamento que as diversas comunidades brasileiras mantêm com relação à sua própria história. E no papel que os poderes públicos, intelectuais, técnicos, juristas e tantos outros desempenham no sentido de manter

essa condição praticamente imutável, apesar dos esforços de muitos grupos no sentido contrário.

Pode-se perceber que da década de 1930 até hoje avançamos. Mas não o suficiente. A participação dos municípios na definição das políticas de preservação do patrimônio cultural é ainda insignificante.

Por outro lado, a relação desse tipo de política cultural com a propriedade privada é difícil de ser encarada e encaminhada. O estudo feito mais de perto sobre a ação do Condephaat, de sua composição, suas formas de trabalho, dificuldades, limitações e possibilidades de inovação, em diferentes momentos, poderá contribuir para a compreensão da dimensão normativa que um órgão como esse assume e as conseqüências que decorrem dos diversos comportamentos institucionais.

Nesse sentido, verificamos também os limites que o poder executivo, no caso o Governo do Estado de São Paulo, impõe a um Conselho de intenções originais tão nobres e democráticas, com sua cegueira e falta daquilo que chamamos “vontade política”, necessária para viabilizar sua missão institucional de definir, articular e proteger o patrimônio cultural paulista.

FONTES

1. Sites consultados:

- <http://www.seade.gov.br>
- <http://www.iea.sp.gov.br>
- <http://www.iphan.gov.br>
- <http://www.abrasil.gov.br>
- <http://www.monumenta.gov.br>
- <http://www.unesco.org.br>

2. Fontes documentais:

- Seção de Protocolo do Condephaat.
- Processo n. 24.405/86: Casa da Rua Dom Pedro, 87 – Marília (Tombado, mas não homologado).
- Processo n. 17.386/70: Sítios históricos vinculados ao desbravamento da zona noroeste do Estado – Penápolis (Arquivado).
- Guichê n. 001/80: Museu e Arquivo Histórico Municipal – Presidente Prudente (Arquivado).
- Processo n. 24.344/85: SANBRA – Assis (Arquivado).
- Guichê n. 307/90: Chaminé da Fabrica “Peliciari” – Andradina (Arquivado).
- Guichê n. 444/95: Capela e Tumulo do “Menino da Tábua” – Maracaí (Arquivado).
- Centro de Documentação do Condephaat.

- Processo n. 26.030/88: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – Marília (Tombado).
- Processo n. 11.101/69: Casa Souza Leão – Tupã (Tombado).
- Processo SCET n. 12.318/69: Palácio do Imperador ou Antiga Colônia Militar – Itapura (Tombado).
- Processo n. 28.028/79: Cemitério Japonês – Álvares Machado (Tombado).
- Processo n. 26.912/89: Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante – Presidente Venceslau (Tombado).
- Processo n. 24.042/85: Teatro São Vicente – Assis (Tombado).

ANEXO I

Seção de Protocolo do Condephaat: processos e guichês em estudo.

- Andradina: Processo n. 30.215/92 - Estação Ferroviária (antigo guichê 348/91).
- Fernandópolis: Processo n. 45.959/03 - EEPG Jardim Paulista - Av. Dezesesseis/Rua Amapá/ Av. Getúlio Vargas (Vilanova Artigas).
- Garça: Processo n. 32.333/94 - Cine São Miguel (antigo guichê 415/94).
- Jales: Processo n. 45.957/03 - EEPG Jardim Oiti - Rua Otávio Graziani (Vilanova Artigas).
- Marília: Guichê n. 136/81 - Antigo Fórum, Capela Sagrado Coração e Residência Giovaneti.
- Paraguaçu Paulista: Guichê n. 874/03 – Prédio no bairro Cardoso de Almeida (senzala).
- Penápolis: Guichê n. 822/02 – Sítio Urbano N.Sr. dos Passos, Rodovia Assis Chateaubriand.
- Pirapozinho: Guichê n. 673/96 - Igreja Matriz de São João Batista.
- Presidente Epitácio: Guichê n. 210/87 - Igreja São Cristóvão/Cemitério da Colônia de Alpad.
- Presidente Prudente: Guichê n. 676/96 - Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Processo n. 32.152/84 - Praça Mosenhor Sarrion e Catedral de São Sebastião (antigo Guichê n. 385/93), Guichê n.893/04 – Edifício das antigas dependências do Instituto Brasileiro do Café.
- Promissão: Guichê n.808/02 – Igreja do Cristo Rei, Guichê n.872/03 - Igreja Cristo Rei e Guichê n.891/04 – Edifício do Fórum.

- São José do Rio Preto: Processo n. 39.842/00 - Antiga Fábrica Swift-Armour (antigo guichê 084/83), Processo n. 27.944/90 - Escolas SESC e SENAC (antigo Guichê 312/90) e Processo n. 45.958/03 – EEPG Joaquim Nabuco (Vilanova Artigas).

ANEXO II



Foto 1: Vista geral do Teatro São Vicente em Assis, note o bom estado de conservação do bem cultural. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005.)



Foto 2: Parte interna do Teatro São Vicente, do palco para os fundos.
(Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 3: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Marília vista da Casa de Caldeiras e da Chaminé ao fundo. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 4: Fundos das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, observe o estado de ruínas do bem cultural tombado. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 5: Portal das IRFM em Marília. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 6: Vista interna das IRFM. Nota-se o estado de abandono e de ruínas em que se encontra o bem cultural tombado pelo Condephaat. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 7: Destruição recente de uma das paredes das IRFM. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 8: Vista interna das IRFM. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 9: Casa da Rua Dom Pedro n. 87 em Marília. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).



Foto 10: Fundos do bem cultural. Observa-se o mau estado de conservação do imóvel. (Foto: Rodrigo Modesto Nascimento, 2005).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaos contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003.
- ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaos contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003. Pg. 30 – 46.
- ANDRADE, M. *Cartas de trabalho*. Brasília, SPHAN/ Pró – Memória, 1981.
- ANDRADE, R. M. F. de. *Rodrigo e seus tempos*. RJ, Fundação Nacional Pró Memória, 1986.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. Sp, Martins Fontes, 1984.
- ARANTES, A. A. (Org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. SP, Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- _____. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas, Papyrus, 2000.
- _____. *O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda*. In: RESGATE. Revista de Cultura. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, n. 13 – 2004. Pg. 11 – 19.
- BACZKO, B. *Imaginação Social*. In. Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. P. 296 – 333.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. RJ, Bertrand Brasil, 2001.
- BORGES, V. P. História e política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História* - Volume 23/24. SP, ANPUH/ Editora Marco Zero/ SCT/ CNPq/ FINEP/ FAPESP, Set/ 1991 e Ago/ 1992. Pg. 07 – 19.
- CABRAL, M. *Memória, patrimônio e educação*. In: RESGATE. Revista de Cultura. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, n. 13 – 2004. Pg. 35 – 43.
- CAMARGO, C. R. *À margem do patrimônio cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980)*. Assis, UNESP, 1999. (Doutorado em História).

_____. Os centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória em três décadas anos. In: *CPDOC 30 anos*. RJ, FGV, 2003.

_____. A preservação da memória institucional e o acesso ao saber técnico. Fundamentos para a qualificação de gestores das PPTR - Políticas Públicas de Trabalho e Renda. 2005.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, S. R. O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. RJ, Renovar, 1991.

CAVALCANTI, L. O cidadão moderno. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24*. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 106 – 117.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. RJ, Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa, DIFEL, 1990.

CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: Nora, P. *Les lieux de mémoire*. II- La Nation. Paris: Gallimard. 1986. Pg. 405-50.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. SP, Estação Liberdade/ EDUNESP, 2001.

COBRA, A. N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo, Tipografia Hermes & Irmãos, 1923.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Exploração do Rio do Peixe. SP, Typografia Rotschild do Brasil, 1913.

CORREA, A. F. Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Paulo, PUC, 2001. (Doutorado em Antropologia).

CORREA, A. M. M. Poder local e representatividade político partidária no Vale do Paranapanema (1920 – 1930). Assis, UNESP, 1988. (Livre Docência em História).

COSTA, E. V. da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. SP, EDUNESP, 1999.

DEAN, W. A ferro e fogo. A história e a devastação da mata atlântica brasileira. SP, Cia das Letras, 1996.

DELGADO, M. G. Política: Introdução à Conceituação do Fenômeno. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. BH, UFMG/ Imprensa Universitária, Jan. 1993, Pg. 55 – 95.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/ Secretaria Municipal de Cultural/ Prefeitura Municipal de São Paulo. *O direito a memória. Patrimônio histórico e cidadania*. SP, DPH, 1992.

DI CREDDO, M. do C. S. A propriedade da terra no Vale do Paranapanema. A fazenda Taquaral. SP, USP, 1987. (Doutorado em História).

DROPA, M. M. A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa - Paraná. Assis, UNESP, 1999. (Mestrado em História).

DUARTE, P. *Contra o vandalismo e o extermínio*. Sp, Departamento de Cultura, 1938.

ENNES, M. A. A construção de uma identidade inacabada. Nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, EDUNESP, 2001.

FALCÃO, J. de A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Miceli, S. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. SP, Difel, 1984, Pg. 21-39.

FERREIRA, A. C. A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). SP, EDUNESP, 2002.

_____. LUCA, T. R. de, IOKOI, Z. G. (Orgs.) *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. SP, EDUNESP, 1998.

FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. RJ, FGV, 1996.

_____. *História do tempo presente: desafios*. Petrópolis, Cultura Vozes, v. 3, P. 111-24, 2000.

FIGUEROA, S. F. de M. Ciências, elites, modernização: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886 – 1931). In: Ferreira, A. C., Luca, T. R. de, Iokoi, Z. G. *Encontros com a história. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. SP, EDUNESP, 1998. Pg. 107-124.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. RJ, UFRJ/ SPHAN, 1997.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003. Pg. 56–77.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24*. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 153-165.

FUNARI, P. P. *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. In: Revista Eletrônica Arqtextos – Texto Especial 013 – 2000. <http://www.vitruvius.com.br>.

GIOVANETTI, B. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo, 1943.

GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. RJ, UFRJ/ SPHAN, 1996.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Volume Dois. Pg. 264–276, 1988.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003. Pg. 21–30.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Volume Um. Pg. 05-27, 1988.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. SP, Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. RJ, Paz e Terra, 1984.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. 1957.

IPHAN. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. RJ, MINC/ SPHAN, 1995.

_____. *Cartas patrimoniais*. RJ, IPHAN, 2004.

LE GOFF, J. *Memória – História*. Lisboa. In: *Enciclopédia Einaudi*, Volume Um. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

LEITE, R. P. de S. Espaço público e política dos lugares. Usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Campinas, UNICAMP, 2001. (Doutorado em Antropologia).

LEMOS, C. A. CONDEPHAAT, experiência de um órgão estadual no Brasil. Porto Alegre, SMC, 1992, Pg. 101-105.

LIMA, J. F. T. de. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo, USP, 1978. (Mestrado em História).

LOTT, Wanessa Pires. *As políticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte: a questão do tangível e intangível*. Londrina, Editorial Mídia, Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, 2005.

MACIEL, L. A. A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. SP, Educ, 1998.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias*. SP, Alfa Omega, Ed. Sociologia e Política, 1974.

MENEGUELLO, C. A Preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico. In: Revista Eletrônica Arquitectos – Texto Especial 07 –2000. <http://www.vitruvius.com.br>.

MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.34, P. 09-23, 1992.

_____. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: *II Seminário Internacional História e Energia*. SP, Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000. Pg. 29-49.

MILLIETTI, S. *O roteiro do café*. SP, Estudos Paulistas, 1938.

MICELI, S. (org.). *Estado e cultura no Brasil*. SP, Difel, 1984.

_____. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: Miceli, S. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. SP, Difel, 1984, p. 53-85.

_____. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: Miceli, S. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. SP, Difel, 1984, p. 97-113.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. SP, Hucitec – Polis, 1998.

MONTEZUMA, R. (org.) *Arquitetura Brasil 500 anos*. Recife, UFPE, 2002.

MOTTA, L. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: Arantes, A. A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000. Pg. 256 - 288.

NASCIMENTO, R. M. *Poder público municipal e patrimônio histórico: fontes para a história de Palmital - SP (1914 – 2001)*. Assis, UNESP, 2002. Relatório Final de Iniciação Científica (FAPESP), Dezembro de 2002. (Inédito).

NOGUEIRA, A. G. R. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal. SP, PUC, 1995. (Mestrado em História).

NORA, P. (Dir.) *Les Lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, C. H. S. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. In: Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material, v. 10/11, 2002/2003. P. 105-127.

OLIVEN, R. G. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidades? In: Miceli, S. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. SP, Difel, 1984, p. 41-53.

_____. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003. Pg. 77 – 81.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. SP, Brasiliense, 1985.

PAULA, Z. C. de. *Jardim América: do projeto urbano ao monumento patrimonial (1915 – 1986)*. Assis, UNESP, 2005. (Doutorado em História).

PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA. *CONDEPHAAT: bens tombados (1968 – 1998)*. SP, Imprensa Oficial, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. SP, Brasiliense, 1972.

PENÇO, C. de C. F. *A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema*. SP, USP, 1980. (Doutorado em Antropologia).

PEREIRA, T. A. C. *Imprensa do interior paulista*. São Paulo, USP, 2000. (Mestrado em Jornalismo).

PINHEIRO, N. S. Vanuíre. *Conquista, Colonização e Indigenismo: Oeste Paulista 1912 – 1967*. Assis, UNESP, 1999. (Doutorado em História).

_____. Os nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo 1850 – 1912. Assis, UNESP, 1992. (Mestrado em História).

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Volume 10. Pg. 200 – 216, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Volume 3. Pg. 03 – 16, 1989.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Editora Perspectiva. 1978.

REMÓND, R. (Org.). *Por uma história política*. RJ, UFRJ, 1997.

REVISTA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RJ, IPHAN/MINC, 1996, N. 24.

REVISTA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. RJ, Ministério da Educação e Cultura. 1969, n. 17.

RODRIGUES, C. N. Territórios do patrimônio. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. SP, USP, 2001. (Mestrado em Geografia).

RODRIGUES, M. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969 – 1987)*. SP, EDUNESP/ Imprensa Oficial/ CONDEPHAAT/ FAPESP, 2000.

_____. Patrimônio, espelho do passado. In: Ferreira, A. C., Luca, T. R. de, Iokoi, Z. G. In: *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. SP, EDUNESP, 1998. Pg. 189 – 193.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 24*. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 195 – 205.

_____. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P. & PINSKY, J. *Turismo e patrimônio cultural*. SP, Editora Contexto, 2005, p. 15-27.

RUBINO, S. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 – 1968). Campinas, UNICAMP, 1991. (Mestrado em Antropologia).

_____. O mapa do Brasil passado. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 24. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 97 - 106.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. RJ, DP&A, 2003. Pg. 46-56.

SANTOS, M. V. M. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil*. Brasília, Unb, 1992. (Doutorado em Antropologia).

_____. Nasce a Academia SPHAN. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 24. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 77 - 97.

SILVA, M. B. S. de R. Preservação na gestão de cidades. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 24. RJ, IPHAN, 1996, Pg. 165 - 175.

SILVA, P. V. da & PEDONE, L. Formação de Políticas de Governo: o caso Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. BH, UFMG/ Imprensa Universitária, Jan. 1988, Pg. 203 – 221.

SILVA, R. S. da. Urdiduras e tessituras urbanas. Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis. Assis, UNESP, 1996. (Doutorado em História).

SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória. Trajetórias e perspectivas*. SP, EDUNESP/ FAPESP, 1999.

SILVA, M. A. da. (Org.). *História em Migalhas: história regional e local*. SP, Marco Zero/ CNPq, 1990.

SILVEIRA, R. M. G. Região e história: questão de método. In: Silva, M. A. da. (Org.). *História em Migalhas: história regional e local*. SP, Marco Zero/ CNPq, 1990, Pg. 17 – 42.

SCHWARCZ, L. K. M. Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros. SP, IDESP, 1989.

SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária 1930 – 1970. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1984.

TANNO, J. L. *Palmital – Memórias de uma cidade do interior*. Palmital, Prefeitura Municipal, 2004.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1972.

VICHNEWSKI, H. T. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Campinas, Unicamp, 2004. (Mestrado em História).

ZANI, A.C. Arquitetura de madeira no Norte do Paraná de 1930 / 1970. In: Zani, A. C. & SZMERECSANYI, M, I. *Arquitetura e cidade no norte do Paraná*. São Paulo, FAUUSP, UEL, 2003. P. 16-30.